



ACADEMIA MILITAR

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**A EUROGENDFOR NA APLICAÇÃO DA POLÍTICA
EUROPEIA DE SEGURANÇA E DEFESA**

ALUNO: Aspirante GNR/INF Rui Alves Silva

ORIENTADOR: Capitão GNR/CAV Diogo Almeida Brito Moreira Doreis

LISBOA, MARÇO DE 2009



ACADEMIA MILITAR

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**A EUROGENDFOR NA APLICAÇÃO DA POLÍTICA
EUROPEIA DE SEGURANÇA E DEFESA**

ALUNO: Aspirante GNR/INF Rui Alves Silva

ORIENTADOR: Capitão GNR/CAV Diogo Almeida Brito Moreira Dóres

LISBOA, MARÇO DE 2009

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmãs e namorada.

AGRADECIMENTOS

Este Trabalho de Investigação Aplicada não poderia certamente ser realizado sem a colaboração de várias pessoas, às quais gostaria de agradecer por terem contribuído para a concretização deste estudo. Assim sendo, quero destacar:

O meu orientador, Capitão Diogo Dore, pela total disponibilidade e determinação que demonstrou sempre ao longo da realização deste trabalho;

O Tenente-Coronel Carlos Alves, pela disponibilidade, camaradagem e empenho durante a realização deste estudo e pelas elucidações e ferramentas que proporcionou em todas as vertentes da investigação, bem como pelas preciosas entrevistas que concedeu para esta investigação;

O Coronel Gaspar Esteves, o Tenente-Coronel Paulo Ferreira, o Capitão Jorge Meireles e o Dr. Michiel de Weger pela importante contribuição que deram, respondendo às entrevistas e ainda por se terem disponibilizados para esclarecer eventuais dúvidas;

O Dr. Vítor Oliveira que forneceu um excelente auxílio na estruturação e metodologia do trabalho;

A minha namorada, os meus pais, as minhas irmãs e amigos que sempre me apoiaram e incentivaram nas horas mais difíceis;

Os camaradas do 14º curso pelo apoio prestado durante os últimos cinco anos;

Todas as pessoas que não mencionei e que directa ou indirectamente colaboraram na realização deste trabalho, contribuindo com a sua experiência pessoal e profissional, fornecendo informações ou dados relevantes.

A todos, muito OBRIGADO.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS	ii
ÍNDICE GERAL	iii
ÍNDICE DE QUADROS	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	viii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	ix
RESUMO.....	xi
ABSTRACT.....	xii
EPÍGRAFE	xiii

CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.1.1 ENQUADRAMENTO	1
1.1.2 ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	1
1.1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO	2
1.1.4 OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO	2
1.1.5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO.....	3
1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO	3
1.3 METODOLOGIA	4

PARTE I – REVISÃO DE LITERATURA	5
---------------------------------------	---

CAPÍTULO 2 - A PESD NA UNIÃO EUROPEIA	6
2.1 INTRODUÇÃO	6
2.2 CONSELHO EUROPEU DE COLÓNIA.....	6
2.3 CONSELHO EUROPEU DE HELSÍNQUIA	7
2.4 CONSELHO EUROPEU DE SANTA MARIA DA FEIRA	7
2.5 CONSELHO EUROPEU DE NICE	8
2.6 ESTRATÉGIA EUROPEIA DE SEGURANÇA.....	9
2.7 TRATADO DE LISBOA	11
2.8 CONCLUSÕES	11
 CAPÍTULO 3 – EUROGENDFOR – A FORÇA DE GENDARMERIE EUROPEIA.....	13
3.1 INTRODUÇÃO	13
3.2 CRONOLOGIA DA CRIAÇÃO DA EGF	14
3.3 ESTRUTURA DE COMANDO DA EGF.....	15
3.4 ENQUADRAMENTO DAS MISSÕES.....	16
3.5 CONCLUSÕES	19
 PARTE II – TRABALHO DE CAMPO.....	21
 CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO DE CAMPO	22
4.1 INTRODUÇÃO	22
4.2 HIPÓTESES.....	22
4.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	23
4.4 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE ANÁLISE E DA AMOSTRA	24
 CAPÍTULO 5 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	25
5.1 INTRODUÇÃO	25
5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	25

5.2.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA QUESTÃO N.º 1	25
5.2.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA QUESTÃO N.º 2	27
5.2.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA QUESTÃO N.º 3	29
5.2.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA QUESTÃO N.º 4	30
5.2.5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA QUESTÃO N.º 5	31
5.2.6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA QUESTÃO N.º 6	32
5.2.7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA QUESTÃO N.º 7	34
5.2.8 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA QUESTÃO N.º 8	35
 CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	37
6.1 INTRODUÇÃO	37
6.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES	37
6.3 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS	38
6.4 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	39
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40
LIVROS.....	40
LIVROS SOBRE METODOLOGIA	41
ENDEREÇOS ELECTRÓNICOS	41
 APÊNDICES.....	43
 APÊNDICE A : CARTA DE APRESENTAÇÃO	44
APÊNDICE B : GUIÃO DE ENTREVISTA	47
APÊNDICE C : TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 1	49

APÊNDICE D : TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 2	52
APÊNDICE E : TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 3	56
APÊNDICE F : TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 4	58
APÊNDICE G : TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 5 EM INGLÊS	63
 ANEXOS	 65
 ANEXO H: EXTRACTO DO TRATADO QUE INSTITUI A EGF	 66
ANEXO I: ORGANOGRAMA DO QUARTEL-GENERAL PERMANENTE	88
ANEXO J: DECLARAÇÃO DE INTENÇÕES.....	90
ANEXO K: EXTRACTO DO CONCEITO OPERACIONAL DA EGF	94

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2. 1 Princípios orientadores da Gestão Civil de Crises.....	8
Quadro 3. 1 Presidência do CIMIN	14
Quadro 4.1 Caracterização da amostra	24
Quadro 5. 1 Respostas à questão n.º 1	25
Quadro 5. 2 Respostas à questão n.º 2	27
Quadro 5. 3 Respostas à questão n.º 3	29
Quadro 5. 4 Respostas à questão n.º 4	30
Quadro 5. 5 Respostas à questão n.º 5	31
Quadro 5. 6 Respostas à questão n.º 6	32
Quadro 5. 7 Respostas à questão n.º 7	34
Quadro 5. 8 Respostas à questão n.º 8	35

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura I.1: Organograma do Quartel-General Permanente	88
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Asp.	Aspirante
Art.º	Artigo
CEM	Chefe de Estado-Maior
CIMIN	Comité Interministerial de Alto Nivel
CMUE	Comité Militar da União Europeia
Col.	Colecção
COMEUFOR	Comandante da Força da União Europeia
CPS	Comité Politico e de Segurança
Dr.	Doutor
Ed.	Edição
EGF	EUROGENDFOR
EMUE	Estado-Maior da União Europeia
EES	Estratégia Europeia de Segurança
Etc.	et cetera (e outros)
EUFOR	Força da União Europeia
FPE	Força de Polícia Europeia
FRRE	Força de Reacção Rápida Europeia
EUSR/HR	Alto Representante/Representante Especial da União Europeia
GNR	Guarda Nacional Republicana
IPU	<i>Integrated Police Unit</i>
N.º	Número
NU	Nações Unidas
Ob. Cit.	Obra Citada
ONU	Organização das Nações Unidas

OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
QGP	Quartel-General Permanente
UE	União Europeia
TPO	Tirocínio Para Oficiais
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TUE	Tratado da União Europeia

RESUMO

O tema do presente trabalho é: “A EUROGENDFOR na aplicação da Política Europeia de Segurança e Defesa”.

A Política Externa e de Segurança Comum (PESC) surgiu em 1992 no Tratado de Maastricht, projectando a União Europeia (UE) para uma nova realidade que foi evoluindo até à criação de uma Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) e de uma Estratégia Europeia de Segurança (EES). Neste contexto, após vários Conselhos Europeus, percebeu-se a necessidade de desenvolver meios militares para a UE, vocacionados para as operações de Gestão de Crises.

A EUROGENDFOR (EGF) foi assim criada em 2004, pela “Declaração de Intenções”, por Portugal, Espanha, França, Itália e Países Baixos que se distinguem por possuírem Forças de Segurança de cariz militar. O objectivo foi instituir uma Força multinacional, operacional e robusta com capacidade de reacção rápida, direccionada essencialmente para todas as operações de polícia no âmbito da Gestão Civil de Crises.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho consiste no tratamento de dados documentais provenientes de textos, livros e internet. Para complementar o conteúdo da investigação, foram analisadas informações recolhidas dos resultados de entrevistas realizadas a pessoas com vastos conhecimentos sobre o tema em questão. O objectivo geral deste estudo consiste em perceber alguns constrangimentos existentes na actuação da EGF.

Após a análise de resultados da investigação, conseguimos concluir que a EGF é seguramente a Força com mais capacidades para responder às necessidades da PESD nas operações relacionadas com a Gestão Civil de Crises. Relativamente ao objectivo deste trabalho, verificámos que as maiores preocupações estão relacionadas com a necessidade de existir aprovação unânime do Comité Interministerial de Alto Nível (CIMIN) quando se equaciona a possibilidade da EGF actuar e com a falta de personalidade jurídica desta mesma Força.

O presente trabalho foi realizado entre Janeiro e Março de 2009.

PALAVRAS-CHAVE: EGF, PESD, UE, GESTÃO CIVIL DE CRISES.

ABSTRACT

“The EUROGENDFOR and the application of the European Security and Defence Policy” is the subject of the present work.

The Common and Foreign Security Policy (CFSP), established in 1992 by the Maastricht Treaty, threw the European Union (EU) into a new reality which was developed until the creation of both a European Security and Defence Policy (ESDP) and the European Security Strategy (ESS). In this context, after several European Councils, the need for the development of the EU military means – to be engaged in Crisis Management Operations – was understood.

Therefore, in 2004, a Declaration of Intent creating EUROGENDFOR (EGF) was signed by Portugal, Spain, France, Italy and Netherlands which are different due to their Security Forces of military nature. The purpose was to implement an operation and robust Multinational Force, with a rapid reaction capability, to be essentially employed in police operations, in the field of Civilian Crisis Management.

The methodology applied for the realisation of this work consists of the analysis of document data extracted from texts, books and the Internet. In order to complement the investigation, the information gathered, based on the results of the interviews made to people with some background in this subject, was analysed. The general objective of this study is to understand some existing constraints on the EGF performance.

After analysing the investigation results, we are able to conclude that the EGF surely is a Force more capable of responding to the ESDP needs in what concerns the Civilian Crisis Management Operations. About the purpose of this work, we could see that the existing preoccupations are related both to need for unanimous approval from the High Level Interdepartmental Committee when considered the possibility for the EGF to perform and to the lack of juridical personality of this same Force.

The present work was carried out between January and March 2009.

KEY WORDS: EGF, ESDP, EU, CIVILIAN CRISIS MANAGEMENT.

EPÍGRAFE

***“Uma Força de Segurança é inteligente
quando consegue responder a uma
multiplicidade de desafios.”***

Dr. Rui Pereira

CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

1.1 INTRODUÇÃO

1.1.1 ENQUADRAMENTO

A realização do presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge integrado na estrutura curricular do Mestrado em Ciências Militares – especialidade segurança da Guarda Nacional Republicana (GNR). Este curso é ministrado na Academia Militar e complementado pelo Tirocínio para Oficiais (TPO) na Escola da Guarda.

Este trabalho visa desenvolver capacidades de investigação e reflexão para possibilitar a elaboração de um relatório científico com interesse para a GNR. Deste modo, o TIA assume um papel essencial para o futuro desempenho das funções de um Oficial, podendo contribuir igualmente para a valorização da instituição, pelas conclusões que podem advir da pesquisa efectuada.

O tema deste estudo é “A EUROGENDFOR na aplicação da Política Europeia de Segurança e Defesa” e vai assim incidir nesta mesma Força de Gendarmerie Europeia, denominada EUROGENDFOR.

1.1.2 ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A escolha deste tema deve-se a vários factores, nomeadamente ao interesse do autor pela dimensão europeia que a GNR assume cada vez mais no Sistema Internacional.

De modo a combater as várias adversidades da sociedade actual, a UE têm realizado diversas acções no sentido de melhorar as relações de cooperação entre os seus Estados-membros, como demonstra o livre-trânsito nas fronteiras internas e a introdução de uma moeda única. Neste sentido, a EGF representa uma forma da GNR reforçar as suas conexões com as Forças congéneres e expandir assim a sua dimensão nas operações Internacionais.

A pertinência deste estudo revela-se pela actualidade do tema mas também pelo sucesso que a GNR pode alcançar com esta projecção internacional. Todas as instituições, sejam militares ou civis, necessitam de constantes actualizações para se valorizarem e progredirem na sociedade moderna. Por outro lado, verificamos cada vez mais que a segurança interna de um Estado começa no exterior das suas fronteiras. Assim sendo, a GNR deverá sempre ter a preocupação de acompanhar a cadência do sistema da UE,

através da PESD, na luta contra as novas ameaças que emergem a todos os níveis. Para tal, a melhor solução passa por integrar uma Força de Segurança multinacional que se encontra em plena ascensão.

1.1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

Este tema insere-se na extensão europeia da GNR, revelando-se assim complexo e abrangente. Assim sendo, é fundamental formular um problema de partida com a perspectiva de restringir o estudo. Para tal, foi realizada uma entrevista exploratória (Quivy, Campenhoudt, 2008, p.69) ao Tenente-Coronel Carlos Alves¹, no sentido de perceber o contexto da dimensão Eurogendármica da GNR e conseguir assim entender que áreas deveriam ser exploradas ou abandonadas.

A entrevista supra-referida foi assim um passo primordial para a realização deste trabalho, na medida em que permitiu conhecer as vertentes que deveriam ser analisadas, bem como extrair os pontos de interesse deste tema. Neste contexto, e após analisar os dados recolhidos, conclui-se que o **objecto de estudo** deste trabalho deveria ser a EGF e o **objectivo geral** do mesmo seria a pergunta de partida: “Quais são os constrangimentos mais significativos que surgem quando é necessária a actuação da EGF?”. Esta Força de *Gendarmerie* apresenta algumas lacunas inerentes ao facto de se tratar de uma organização criada recentemente. Assim sendo, iremos analisar alguns problemas existentes, sendo que uma das grandes dificuldades da EGF passa pela falta de personalidade jurídica que restringe assim alguns procedimentos que seriam de grande utilidade para a instituição.

1.1.4 OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Para a realização deste estudo, além da definição do objectivo geral, foi fundamental elaborar um esquema, analisando vários objectivos específicos, com a finalidade de explorar o objecto de estudo.

Os **objectivos específicos** deste trabalho são assim:

- Analisar a necessidade da existência da EGF para a PESD;
- Distinguir as vantagens e desvantagens que podem advir do facto do Catálogo de Capacidades da EGF ser o mesmo da UE;

¹ Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais da GNR e Representante do Ministério da Administração Interna e da GNR no Grupo de Trabalho EUROGENDFOR.

- Analisar as consequências da falta de personalidade jurídica da EGF e do Tratado de Lisboa;
- Verificar as vertentes que poderiam ser aperfeiçoadas para beneficiar a EGF e consequentemente a PESD, analisando perspectivas futuras desta Força na aplicação da PESD.

1.1.5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Com o intuito de obter considerações importantes para a elaboração deste estudo, surge a necessidade de formular algumas **perguntas de investigação** para desenvolver os objectivos a que nos propomos, nomeadamente:

- Quais são as principais necessidades da PESD relativamente à Gestão Civil de Crises?
- Que potencialidades apresenta a EGF para a PESD?
- Quais são os reflexos da falta de personalidade jurídica da EGF?
- Que vantagens/desvantagens podem advir do facto do Catálogo de Capacidades da EGF ser genericamente o mesmo da UE?
- Que consequências podem resultar do Tratado de Lisboa para a PESD e consequentemente para a EGF?
- Que aspectos poderiam ser melhorados para beneficiar a EGF e consequentemente a PESD e quais são as perspectivas futuras relativamente à EGF na aplicação da PESD?

1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho divide-se em duas Partes principais, a revisão de literatura constituída por um enquadramento teórico e a investigação de campo que materializa a vertente prática.

A revisão de literatura divide-se em dois capítulos, abordando, numa primeira fase, a PESD na União Europeia, referenciando a evolução das Políticas adoptadas pela UE na prossecução dos interesses de Segurança e Defesa. O segundo capítulo foca os aspectos essenciais da EGF, destacando elementos indispensáveis para a compreensão do Trabalho de campo.

A Parte II do trabalho reflecte a investigação de campo realizada, enunciando os métodos e técnicas de investigação utilizadas, bem como a análise e discussão de resultados e respectivas conclusões.

A Estrutura Geral deste trabalho seguiu as orientações para a redacção de trabalhos científicos da Academia Militar bem como alguma bibliografia complementar, nomeadamente o *“Guia Prático sobre Metodologia Científica para Elaboração Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertação de Mestrados e Trabalhos de Investigação Aplicada”* de Manuela Sarmento e *“Como se faz uma Tese em Ciências Humanas”* de Umberto Eco.

1.3 METODOLOGIA

A investigação deste Trabalho teve como ponto de partida a entrevista preliminar supra-referida realizada ao Tenente-Coronel Carlos Alves. O entrevistador não apresentou questões estruturadas, proporcionando assim liberdade ao entrevistado para expressar claramente todos os aspectos importantes aglutinados à EGF. Este passo foi fundamental para recolher informações preponderantes para a elaboração do trabalho, bem como para definir as orientações do mesmo. O Tenente-Coronel Carlos Alves forneceu ainda alguns documentos, acerca da EGF, substanciais para a realização de um trabalho com este tema.

Assim sendo, analisámos os dados adquiridos e iniciámos a pesquisa documental e bibliográfica de diversos autores, recorrendo também a sítios oficiais da Internet para a elaboração da componente teórica.

Para a realização da investigação de campo, foram realizadas entrevistas a vários elementos entendidos nesta área. A Metodologia do estudo de campo que foi realizado encontra-se detalhada no Capítulo 4 do presente trabalho.

PARTE I – REVISÃO DE LITERATURA

CAPÍTULO 2 - A PESD NA UNIÃO EUROPEIA

2.1 INTRODUÇÃO

“O ano de 1989 constitui um ponto de viragem na história europeia e mundial. O Sistema Internacional alterou-se radicalmente, abrindo novos problemas de segurança” (Fernandes, 2006, p.15). A queda do muro de Berlim, em 1989, desencadeou alterações significativas no Sistema Internacional projectando cada vez mais a UE como actor político e estratégico independente. Estes acontecimentos provocaram o estreitamento de relações entre os Países europeus no sentido de fortalecer as medidas de segurança estabelecidas.

Neste contexto, surgiu, em 1992, o Tratado de Maastricht que se pode considerar como sendo *“o primeiro tratado a prever disposições relativas à responsabilidade da União no domínio da Segurança e à eventual definição de uma política comum de Defesa”*². Este mesmo tratado, também denominado Tratado da União Europeia (TUE) estabeleceu três Pilares, sendo que o primeiro incide nas Comunidades Europeias, o segundo direccionado para a PESC e por fim o terceiro Pilar sobre a cooperação policial e judiciária em matéria penal³.

As limitações do segundo Pilar foram evidentes com a crise do Kosovo e, assim, em Junho de 1999, foi realizada a Cimeira de Colónia que desencadeou a criação da PESD, que foi assim inserida na PESC. Segundo Penksa e Mason (2003, p.262), a *“fraqueza europeia (material e institucional) tanto na Bósnia como no Kosovo, a dependência face aos EUA e a crescente frustração com as políticas americanas aumentaram a vontade política para desenvolver capacidades europeias específicas”*.

2.2 CONSELHO EUROPEU DE COLÓNIA

No conselho Europeu de Colónia, a Presidência alemã apresentou um Relatório baseado nas “Missões de Petersberg”, designadamente as missões humanitárias e de evacuação, de manutenção da paz e de Forças de combate para a Gestão de Crises, incluindo missões de restabelecimento da paz. No Relatório anteriormente referido, a Presidência defendeu a necessidade de existir capacidade autónoma da UE em apresentar Forças Militares credíveis de responder às Crises Internacionais. Assim, podemos afirmar que a Cimeira

² http://europa.eu/scadplus/glossary/european_security_defence_policy_pt.htm

³ http://europa.eu/scadplus/treaties/maastricht_pt.htm

Franco-Britânica de Saint Malô, realizada em Dezembro de 1998, foi fundamental para o projecto europeu em matéria de Defesa, na medida em que permitiu à UE assumir um papel independente nas vertentes militares.

2.3 CONSELHO EUROPEU DE HELSÍNQUIA

Nas conclusões da Presidência de Helsínquia, o “objectivo prioritário” (*headline goal*) de carácter militar não foi a criação de um “exército europeu”⁴ mas sim trabalhar como uma Força de Reacção Rápida Europeia (FRRE) que:

“ [... em...] regime de cooperação voluntária nas operações lideradas pela UE [... deveriam...] estar em condições, até 2003, de posicionar no prazo de 60 dias e manter pelo menos durante um ano, Forças Militares até 50.000 – 60.000 pessoas, capazes de desempenhar toda a gama de Missões de Petersberg”⁵.

2.4 CONSELHO EUROPEU DE SANTA MARIA DA FEIRA

Em Junho de 2000, no Conselho de Santa Maria da Feira, é focada a necessidade de criação de uma Política Europeia de Segurança e Defesa Comum com capacidades militares de Gestão de Crises, bem como capacidades civis, nomeadamente de polícia, reforço do Estado de Direito, reforço da protecção civil e da administração civil⁶. Deste modo, foram definidos princípios e modalidades para a celebração de acordos, de modo a permitir que os Estados-Membros europeus da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) que não fazem parte da UE e outros candidatos à adesão à UE possam contribuir para a Gestão Militar de Crises.

Neste mesmo Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, ficaram ainda estabelecidos novos objectivos prioritários:⁷

- Os Estados-Membros, a título de cooperação voluntária, comprometeram-se a disponibilizar até 5.000 agentes policiais até 2003 para missões internacionais no âmbito de operações de prevenção de conflitos e Gestão de Crises;
- Os Estados-Membros comprometeram-se a designar e posicionar, num prazo de 30 dias, um efectivo que poderá ir até 1.000 agentes policiais.

⁴ Conselho Europeu – Conclusões da Presidência de Helsínquia, Dezembro de 1999, ponto 27

⁵ Idem, Ob. Cit., ponto 28, § 2.

⁶ Conselho Europeu - Conclusões da Presidência de Santa Maria da Feira; Apêndice 3 ao Anexo 1, Junho 2000

⁷ Idem, Ob. Cit. Ponto 11

2.5 CONSELHO EUROPEU DE NICE

Em Dezembro de 2000, realizou-se o Conselho Europeu de Nice que aprovou a criação de novos órgãos políticos e militares permanentes, com o objectivo de facilitar a interoperabilidade das Forças e subsequente coordenação das missões:⁸

- O Comité Político e de Segurança permanente (CPS)⁹, composto por Embaixadores dos Estados-Membros, com o objectivo de preparar a PEsD e exercer o controlo político e direcção estratégica das “Missões de Petersberg” levadas a cabo pela UE.
- O Comité Militar da União Europeia (CMUE)¹⁰, constituído pelos Chefes de Estado-Maior dos Exércitos dos Estados-Membros, tendo por função assegurar a direcção de todas as actividades militares, aconselhando o CPS;
- O Estado-Maior da União Europeia (EMUE)¹¹, composto por peritos militares destacados pelos Estados-Membros que asseguram o mecanismo de “alerta precoce” e avaliam as situações, fazendo ainda o planeamento estratégico das “Missões de Petersberg”.

Ainda no Conselho Europeu de Nice, os Estados-Membros identificaram quatro princípios orientadores da Gestão Civil de Crises que se encontram detalhados no quadro seguinte.

Quadro 2. 1 Princípios orientadores da Gestão Civil de Crises

Princípio	Conteúdo
Capacidade de levar a cabo toda a gama de missões	<i>“A União Europeia deve estar em condições de executar missões policiais, desde as de aconselhamento, assistência ou formação às de substituição das polícias locais. Para o efeito, os Estados-Membros dispõem de toda a gama de capacidades policiais necessárias que devem poder ser utilizadas a título complementar e tendo simultaneamente em conta as respectivas especificidades. Serão tidas em conta as disposições específicas dos Estados-Membros em matéria de policiamento e o tipo de competência policial que podem facultar. Esta diversidade de Forças policiais nos Estados-Membros constitui uma vantagem significativa, pois permite à União executar uma vasta gama de missões policiais.”</i>

⁸ Conselho Europeu - Conclusões da Presidência de Nice; Anexo VI, Dezembro de 2000

⁹ Idem, Ob. Cit.; Anexo III ao Anexo VI, Dezembro de 2000

¹⁰ Idem, Ob. Cit; Anexo IV ao Anexo VI, Dezembro de 2000

¹¹ Idem, Ob. Cit; Anexo V ao Anexo VI, Dezembro de 2000

Missões bem definidas e mandato adequado	<i>“A mobilização de Forças policiais da UE exige directrizes claramente definidas no que se refere às suas tarefas e prerrogativas, bem como um mandato adequado.”</i>
Uma abordagem integrada	<i>“A acção da União Europeia no quadro das chamadas missões de Petersberg requer uma forte sinergia entre as componentes Militar e Civil (polícia, Estado de Direito, administração local, protecção Civil). As componentes Militar e policial deverão pois, se necessário, aderir a um processo de planificação integrado e ser utilizadas no terreno de forma estreitamente coordenada, em condições atendam às restrições a que está sujeita a utilização das Forças policiais dos Estados-Membros.”</i>
Estreita coordenação com as organizações internacionais	<i>“A União velará por que os seus próprios esforços e os da ONU (Organização das Nações Unidas), da OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) e do Conselho da Europa sejam coesos e se reforcem mutuamente, sem duplicações inúteis. A União Europeia deverá ter em conta, designadamente, as recomendações do Grupo de Avaliação das Operações de Paz da ONU (“relatório Brahimi”)”</i>

Fonte: Conselho Europeu - Conclusões da Presidência de Nice; Anexo II ao Anexo VI, Dezembro de 2000

2.6 ESTRATÉGIA EUROPEIA DE SEGURANÇA

A primeira versão da Estratégia Europeia de Segurança (EES), também conhecida por “Solana Paper” foi apresentada, no Conselho Europeu de Salónica, a Junho de 2003. Com o título, *“A secure Europe in a Better World”*, este documento foi elaborado pelo Alto-Representante da Política Externa e Segurança Comum, Javier Solana, tendo sido aprovado a 12 de Dezembro de 2003, no Conselho Europeu. Um dos motivos para a elaboração deste documento relaciona-se com a Guerra no Iraque e subsequente crise no seio da UE.

O relatório EES encontra-se dividido em três grandes partes, designadamente, as principais ameaças, os objectivos estratégicos e as implicações políticas para a Europa.

Segundo Javier Solana, *“(...) nenhum país é capaz de enfrentar totalmente sozinho os complexos problemas que se colocam hoje em dia”*¹². Neste contexto, para Sousa (2005, p.168), *“a agressão pode ser melhor contida ou limitada perante a acção conjunta de um número de Estados”*. A Europa deve, assim, estar preparada para partilhar a responsabilidade pela Segurança global e de construir um mundo melhor. Este é o apelo

¹² Conselho Europeu – uma Europa segura num mundo melhor – Estratégia europeia em matéria de Segurança, Bruxelas, Dezembro de 2003, p.1

que Javier Solana faz a todos os Estados-Membros da UE. A EES está mais direccionada para a Segurança interna da UE do que para o “resto do mundo”.

A EES identifica cinco principais ameaças, sendo elas, o terrorismo internacional e a proliferação de armas de destruição maciça, os conflitos regionais, o fracasso dos Estados e a criminalidade organizada. Este documento afirma:

“(...) vivemos num mundo em que se perfilam novos perigos, mas também novas oportunidades. A União Europeia tem o potencial necessário para dar um contributo fundamental, tanto para a contenção das ameaças como para a realização das oportunidades. Uma União Europeia activa e capaz teria um forte impacto à escala mundial, contribuindo assim para um efectivo sistema multilateral conducente a um mundo mais justo, mais seguro e mais unido.”¹³

“A Estratégia Europeia de Segurança, aprovada em 2003, tem-se revelado muito útil, proporcionando à União o enquadramento adequado para a sua política externa.”¹⁴

No Conselho Europeu de Bruxelas, em Fevereiro de 2008, Javier Solana foi convidado a *“analisar a implementação da Estratégia”¹⁵*. Assim, em Dezembro de 2008, foi elaborado um relatório sobre o funcionamento desta mesma EES, tendo sido declarado que a PESD adquiriu *“experiência e capacidade, tendo sido destacadas mais de vinte missões em resposta à eclosão de Crises”¹⁶*.

Cinco anos após a adopção da EES, as principais ameaças foram actualizadas, continuando a ser a proliferação de Armas de Destruição Maciça, o Terrorismo e Criminalidade Organizada, e ainda a Cibercriminalidade e as alterações climáticas. Neste relatório, consta ainda a preocupação para a UE de alargar as medidas de Segurança para além das suas fronteiras, *“A Estratégia reconhece que os interesses da Europa em matéria de Segurança vão além da sua vizinhança imediata”¹⁷*. Assim sendo, o relatório afirma que *“para responder às mutações do clima de Segurança, temos de ser mais eficazes – entre nós, na nossa vizinhança e em todo o mundo”¹⁸*, realçando que a UE desempenhou um papel fundamental no Sistema Internacional nos últimos anos mas que, mesmo assim, devem ter uma evolução mais activa para fazer face ao constante progresso das ameaças mundiais referidas.

De forma a ultrapassar as lacunas ainda existentes na capacidade operacional da UE, os Estados-Membros elaboraram o “Headline Goal 2010”, com base na EES anteriormente analisada. Este novo objectivo foi adoptado em Bruxelas, a 14 de Junho de 2004, e foca essencialmente os aspectos qualitativos das capacidades, nomeadamente a interoperacionalidade, a mobilidade e a sustentabilidade.

¹³ Conselho Europeu – uma Europa segura num mundo melhor – Estratégia europeia em matéria de Segurança, Bruxelas, Dezembro de 2003, p.14

¹⁴ Conselho Europeu – Conclusões da Presidência de Bruxelas, Dezembro de 2007, ponto 90

¹⁵ Idem, Ob. Cit.

¹⁶ Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança, Dezembro de 2008, p. 2.

¹⁷ Idem, Ob. Cit., p. 7.

¹⁸ Idem, Ob. Cit., p. 9.

2.7 TRATADO DE LISBOA

O acordo sobre o Tratado de Lisboa surgiu na sequência de inúmeras discussões sobre a elaboração de uma Constituição. Este Tratado foi assinado a 13 de Dezembro de 2007 e tem como objectivo principal actualizar o TUE em diversas áreas, incluindo a PESD. No entanto, para este mesmo Tratado entrar em vigor, terá de ser ratificado pelos 27 Estados-Membros da UE.

O Tratado de Lisboa foca a necessidade de criação de uma Política Comum de Segurança e Defesa, como se verifica no art.º 27, n.º1:

“A política comum de Segurança e Defesa faz parte da política externa e de Segurança comum. A política comum de Segurança e Defesa garante à União uma capacidade operacional apoiada em meios civis e Militares. A União pode empregá-los em missões no exterior a fim de assegurar a manutenção da paz, prevenção de conflitos e o reforço da Segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas”.

As missões a que se refere o artigo anterior estão preconizadas no n.º1 do art.º 28 do Tratado de Lisboa, sendo estas missões as seguintes:

- As missões humanitárias e de evacuação;
- Missões de aconselhamento e assistência em matéria Militar;
- Missões de prevenção de conflitos e de manutenção de paz;

Este Tratado prevê que as missões citadas anteriormente possam ser realizadas por um grupo de Estados-Membros, através do art.º 28º-C, “O Conselho pode confiar a execução de uma missão a um grupo de Estados-Membros que o desejem e que disponham das capacidades necessárias para tal missão”.

2.8 CONCLUSÕES

Neste capítulo, tivemos a preocupação de fazer uma breve abordagem aos Tratados e Conselhos Europeus que foram mais relevantes para a criação e actividades da PESD. Assim sendo, conseguimos perceber quais são as maiores carências da UE nas matérias de Segurança e Defesa, destacando as necessidades da PESD para conseguir enfrentar as principais ameaças. Assim, durante os Conselhos Europeus realizados, as principais preocupações relacionam-se com o terrorismo e criminalidade organizada, a Cibercriminalidade, a proliferação de armas de destruição maciça, os conflitos regionais, o fracasso dos Estados e as alterações climáticas.

Neste contexto, percebemos claramente a intenção da UE criar Forças Militares autónomas com capacidade para contender as Crises Internacionais. Neste sentido, os Estados-Membros definiram um “objectivo prioritário” com o intuito de criar assim uma FRRE, com

capacidade para colocar cerca de 50.000 pessoas no prazo de 60 dias para realizar missões do tipo “Petersberg”.

Numa segunda fase, foi referido a necessidade da UE adquirir capacidades militares para a Gestão de Crises, Polícia, reforço do Estado de Direito e reforço da protecção e administração civil. Assim sendo, foram definidos novos objectivos, nomeadamente, o de cada Estado-Membro ter de disponibilizar até 1.000 agentes de Polícia num prazo de 30 dias. Foram ainda criados novos órgãos para facilitar assim a coordenação das missões, bem com a interoperabilidade das Forças.

Analisando estas necessidades, temos de apurar que tipo de Forças pode actuar nas Operações de Gestão de Crises. Segundo Truglio (2008), as necessidades da PESD para este tipo de operações não podem ser colmatadas por Polícias civis que não se enquadram e não são assim suficientes. Por outro lado, as capacidades do Exército seriam consideradas excessivas. No próximo capítulo, iremos abordar a Estrutura da EGF para possibilitar assim uma análise qualitativa, no sentido de verificarmos se as capacidades desta Força conseguem responder às principais necessidades da PESD.

CAPÍTULO 3 – EUROGENDFOR – A FORÇA DE GENDARMERIE EUROPEIA

3.1 INTRODUÇÃO

Durante o Conselho Europeu de Santa Maria da Feira referido no capítulo anterior, verificou-se a necessidade da UE ter capacidade para intervir num cenário de Gestão Civil de Crises e na prevenção de conflitos. No mesmo ano, na cimeira de Nice, também exposto no capítulo precedente, foram definidos os conceitos de empenhamento de uma Força de Polícia Europeia (FPE), nomeadamente na área de reforço das capacidades das polícias locais e a sua substituição, com o objectivo de restabelecer a segurança pública.

A EGF surge assim como Força policial multinacional com estatuto militar¹⁹, tendo sido constituída para fazer face às constantes evoluções das Crises Internacionais. Neste sentido, os Ministros de Portugal, Espanha, França, Itália e Países Baixos, descritos como “Partes” assinaram a Declaração de Intenções²⁰, em Noordwijk, a 17 de Setembro de 2004, sendo o Tratado da EGF²¹ assinado a 18 de Outubro de 2007 em Velsen. Os cinco países anteriormente referidos têm todos eles, à sua disposição, Forças de Segurança com estatuto militar, nomeadamente a Guarda Nacional Republicana, a *Guardia Civil* espanhola, a *Gendarmerie Nationale* francesa, a *Arma dei Carabinieri* italiana e a *Koninklijke Marechaussee* holandesa. Actualmente, a EGF é constituída por seis países, sendo que a *Jandarmeria* da Roménia foi admitida como membro da organização a 17 de Dezembro de 2008. A Polónia, Turquia e Lituânia já efectuaram pedidos de adesão que foram recusados, sendo que estes países encontram-se como membros observadores. Uma das mais importantes condições para qualquer País propor a sua adesão à EGF é ser um Estado-Membro da UE.

Esta Força de *Gendarmerie* Europeia permite munir a Europa de meios para realizar missões policiais em operações de Gestão de Crises ao serviço da UE prioritariamente mas também das NU, OSCE, OTAN e outras organizações internacionais ou coligações ad hoc²². A EGF “deverá ser operacional, pré-organizada, robusta e rapidamente projectável, constituída exclusivamente por elementos das Forças policiais com estatuto militar das Partes, visando assegurar todas as funções policiais no âmbito das operações de Gestão de

¹⁹ Art.º 3º, alínea a) do Tratado que institui a EGF

²⁰ Ver anexo J

²¹ Ver anexo H

²² Art.º 5º do Tratado que institui a EGF

Crises”²³. Assim sendo, a EGF pode actuar em ambientes de Crise, nomeadamente na transição de uma fase militar e para uma civil de qualquer tipo de missão, podendo realizar operações de reforço ou substituição de polícias locais.

3.2 CRONOLOGIA DA CRIAÇÃO DA EGF²⁴

No dia 14 de Novembro de 2003, foi realizada uma reunião, em Roma, com o intuito de aprovar a ideia de desenvolver uma Força comum, para as diversas missões internacionais, envolvendo as Forças de Segurança de natureza militar dos países da UE.

Como já foi referido, a assinatura da Declaração de Intenções foi realizada em 2004 na localidade de Noordwijk, Holanda, durante uma reunião informal de Ministros da Defesa. A primeira reunião do CIMIN foi realizada em Roma, a 21 de Janeiro de 2005, e teve como finalidade a nomeação do primeiro Comandante da EGF, Brigadeiro General Gerard Deanaz da *Gendarmerie Nationale* Francesa. O Quartel-General Permanente²⁵ (QGP), sediado em Vicenza, Itália, iniciou o seu funcionamento a 15 de Fevereiro de 2005, sendo apenas inaugurado oficialmente a 23 de Janeiro de 2006.

A presidência do CIMIN, Comité que iremos descrever no próximo ponto é rotativa, tendo a duração de um ano.

Quadro 3. 1 Presidência do CIMIN

Ano	Países na Presidência do CIMIN
2005	Itália
2006	Espanha
2007	Países Baixos
2008	Portugal
2009	França

O Coronel Giovanni Truglio, dos Carabinieri, é o Comandante actual da EGF, sucedendo ao Brigadeiro General Gerard Deanaz a 26 de Junho de 2007.

²³ Art.º 1 do Tratado que institui a EGF

²⁴ Adaptado de ALVES (2006, p.31)

²⁵ Ver Anexo I

Desde a sua criação, a EGF realizou três exercícios de modo a testar “a capacidade operacional do QGP e a interoperabilidade das diversas Forças que compõem a EGF” (Pereira, 2007, p. 44).

- O primeiro foi realizado em França, de 15 a 17 de Junho de 2005 e serviu para validar a doutrina de empenhamento da EGF.
- O segundo exercício foi realizado em Espanha, em Março e Abril de 2006. O objectivo fundamental deste mesmo exercício centrou-se na componente operacional, enquadrando todos os aspectos das operações de Gestão de Crises, nomeadamente as questões jurídicas e políticas, bem como as relações com os Media e organizações internacionais.
- O terceiro foi o EGEX08, realizado na Figueira da Foz, a pedido das Nações Unidas, simulando uma operação Internacional de Gestão de Crises, num ambiente não estabilizado.

3.3 ESTRUTURA DE COMANDO DA EGF

A estrutura política e estratégica da EGF é desenvolvida pelo CIMIN, sendo constituído pelos representantes dos Ministérios responsáveis de cada Estado-Membro. Este Comité é responsável pela tomada de decisões²⁶ e garante a coordenação político-militar, nomeando o respectivo Comandante da EGF, denominado COMEUROGENDFOR, fornecendo-lhe directivas e condições de emprego. Este mesmo Comandante é responsável por várias tarefas, nomeadamente o planeamento, a formação, os treinos e o aconselhamento dos Estados-Membros de forma a melhorar o processo de decisão a nível estratégico e a interoperabilidade. O CIMIN é ainda responsável pelas decisões acerca da participação da EGF em missões, sendo no entanto fundamental realçar que todas as decisões e directivas do CIMIN são adoptadas por unanimidade²⁷. Portugal presidiu o CIMIN no decorrer do ano 2008 e, segundo ALVES (2007, p.43), definiu os seguintes objectivos:

- Consolidação da missão da Bósnia-Herzegovina, da qual “dependerá a credibilidade e aceitação futura deste nosso projecto junto da comunidade internacional”;
- Continuação do processo de informação e sensibilização (junto da UE, das NU e das demais organizações internacionais) para as capacidades, potencialidades e mais-valias da EGF, bem como de clarificação dos termos e condições da participação da EGF nas missões por estas lideradas;

²⁶ Art.º 3º, alínea g) do Tratado que institui a EGF

²⁷ Art.º 7º, n.º 2 do Tratado que institui a EGF

- Clarificação da política da EGF relativamente à abertura a novos Estados, mantendo “vivo o ideal de abertura da EUROGENDFOR”;
- Reavaliação, “à luz do Tratado e das normas internas entretanto aprovadas pelo CIMIN, de todos os pedidos de associação à EGF”;
- Redefinição da estrutura do QGP;
- Institucionalização de um quadro de rotação claro e estável para as suas posições não-chave do QGP;
- Desenvolvimento do Catálogo de capacidades da EGF “à luz de objectivos de médio prazo”;
- Busca de uma solução conjunta para as vertentes do apoio logístico e das comunicações;
- Reforço das capacidades da EGF em matéria de *Intelligence*.

Relativamente à estrutura operacional, existe um Estado-Maior que se encontra no QGP, em Vicenza, como foi anteriormente referido. Neste contexto, este mesmo Estado-Maior é responsável pelo planeamento operacional e pode contribuir, a pedido dos países participantes, para o processo de decisão estratégica. Actualmente o Chefe de Estado-Maior (CEM) da EGF é o Coronel da GNR Gaspar Esteves.

3.4 ENQUADRAMENTO DAS MISSÕES

Para Loureiro dos Santos *apud* Carreira (2005, p. 1217), o empenhamento da EGF nos cenários “*é o reconhecimento do ser militar como mais-valia da actividade policial, particularmente, quando essa actividade é exercida em ambientes de grande conturbação e incerteza política, económica e social, como são aquelas em que decorrem as operações de paz*”.

O empenhamento da EGF é de natureza não-permanente. Neste contexto, podemos ainda afirmar que a EGF é uma Força de Reacção Rápida que tem a capacidade para ser projectada num prazo de 30 dias com um efectivo máximo de 800 elementos, respondendo desta forma à grande carência existente na UE em matéria de Gestão de Crises. O empenhamento total da Força pode atingir 2300 elementos.

No entanto, o seu empenhamento em operações terá sempre de ser precedido de uma decisão comum dos Estados participantes sendo que estas operações deverão ser

reguladas por um mandato específico para cada operação e ser objecto dos acordos necessários entre as Partes e a organização requerente.²⁸

No planeamento de uma operação, os Estados participantes e o Estado-Maior designarão um Comandante da Força para a missão atribuída à EGF, e neste contexto, determinarão o papel deste Estado-Maior permanente na cadeia de comando.

As características da EGF permitem o seu empenhamento em todas as fases de uma operação de Gestão de Crises, podendo estar sob a alçada de um comando Militar ou até mesmo de uma autoridade civil, dependendo da fase em que se encontra a operação. Assim, numa fase inicial, a EGF poderá ingressar no teatro de operações acompanhando a Força militar para desempenhar funções de polícia, mantendo uma ligação funcional com as autoridades de polícia locais e internacionais presentes neste mesmo teatro de operações. Numa fase posterior de transição, poderá continuar a sua missão de modo isolado ou integrada numa Força militar para facilitar a coordenação e cooperação com as unidades de polícia local ou internacionais. Na fase de desempenho militar, a EGF poderá facilitar a passagem da responsabilidade para uma autoridade civil ou para qualquer organização, podendo participar nas tarefas de cooperação.²⁹

Através do n.º 3 do art.º 4º do Tratado da EGF, verificamos que a Força de Gendarmerie Europeia pode ser empenhada em diversas missões, nomeadamente:

- Desempenhar missões de Segurança e de ordem pública;
- Monitorizar, aconselhar, orientar e fiscalizar a polícia local no seu trabalho quotidiano, incluindo a investigação criminal;
- Levar a cabo a vigilância pública, a regulação do trânsito, o policiamento de fronteiras e o serviço geral de informações;
- Desempenhar funções em matéria de investigação criminal, incluindo a detecção de infracções, a identificação dos infractores e a sua entrega às autoridades judiciais competentes;
- Proteger as pessoas e os bens e manter a ordem em caso de alterações à ordem pública;
- Ministrando formação aos elementos policiais, de acordo com os padrões internacionais;
- Formar instrutores, designadamente através de programas de cooperação.

²⁸ Art.º 6º, n.º 1 do Tratado que institui a EGF

²⁹ <http://www.eurogendfor.org/egfpages/missiontasks.aspx>

Neste contexto, além do Estado-Maior, as Forças da EGF dispõem de três componentes distintas³⁰:

- Uma componente operacional, dedicada a missões de Segurança pública em geral e à manutenção de ordem pública;
- Uma componente de luta contra a criminalidade, instituída por módulos abarcando especialistas na área de investigação criminal, nomeadamente na detecção, recolha, análise e processamento de informação, protecção e apoio aos cidadãos, anti-tráfico, luta contra o terrorismo e outros crimes graves.
- Uma componente de apoio logístico, capaz de garantir o abastecimento, a manutenção, a reparação ou evacuação de equipamento, o transporte e a assistência médica. No entanto, em caso de necessidade, estas funções poderão ser desempenhadas por outros actores.

A operação ALTHEA é a primeira missão atribuída à EGF, que ficou assim inserida na *Integrated Police Unit* (IPU) da Força da União Europeia (EUFOR). Segundo Meireles (2008, p.66), as missões desenvolvidas nesta operação foram:

- Contribuir para a manutenção da ordem pública, prevenção de distúrbios civis e controlo de multidões no apoio à Polícia Local;
- Recolha de informações, análise e disseminação;
- Estar preparado para desempenhar acções anti-terroristas garantindo a Segurança da Força no terreno;
- Estar preparado para actuar como Reserva Tática de Suporte Mútuo da EUFOR à missão KFOR no Kosovo;
- Apoiar operações de investigação quando requisitados pelo Alto Representante/Representante Especial da União Europeia (EUSR/HR) na Bósnia e Herzegovina, e autorizado pelo Comandante da EUFOR (COMEUFOR);
- Estar preparado para apoiar o Tribunal Criminal Internacional para a Ex-Jugoslávia, na localização, identificação e detenção de Pessoas Suspeitas de Crimes de Guerra;
- Estar preparado para resgate de reféns;
- Auxiliar na Segurança da Comunidade Internacional, incluindo protecção pessoal e escoltas a Altas Entidades;
- Treinar pessoal e unidades;
- Aconselhar o COMEUFOR em assuntos relacionados com Segurança e ordem pública.

³⁰ <http://www.eurogendfor.org/egfpages/tacticallevel.aspx>

3.5 CONCLUSÕES

Em Dezembro de 2008, foi elaborado o Conceito Operacional³¹ da EGF que determina, entre outros, os métodos de empenhamento desta mesma Força. Neste âmbito, verificamos que a EGF é uma Força que consegue projectar, em todas as fases de uma operação, 800 elementos num prazo de 30 dias. Estes mesmos elementos são providos através de um Catálogo de Capacidades elaborado pelos Países-membros. Neste ponto, surgiram algumas reticências pelo facto de a GNR apresentar os mesmos recursos para a EGF e para a UE.

As conclusões do capítulo precedente terminaram com uma interrogação sobre as capacidades da EGF para responderem às necessidades da PESD. Relativamente às operações de Gestão de Crises, Truglio (2008, p.31) não tem dúvidas que as Forças do tipo *Gendarmerie* são o modelo de Polícia mais adequado.

A EGF apresenta uma multiplicidade de competências pelo facto de “possuírem uma natureza dupla de forças policiais com estatuto Militar, o que lhes permite a execução de toda a gama de tarefas Militares” (Truglio, 2008, p. 31). Assim, a EGF consegue adaptar-se a todas as situações, actuando em ambientes mais hostis do que uma Polícia Civil. A EGF apresenta-se assim mais preparada para garantir um grau adequado de coordenação com Forças Militares que possam estar colocadas num determinado cenário. Através da sua flexibilidade, a EGF pode actuar sob Comando Militar ou Civil, integrando-se numa Força policial. Para Truglio (2008, p. 35):

“... estes cenários demonstram, mais uma vez, que a multifuncionalidade é a chave; que a complementaridade mútua é crucial para fornecer respostas coerentes e eficazes; que, por fim, a integração e a coordenação entre os diferentes actores representam o fulcro de qualquer operação.”

Podemos assim verificar que a EGF tem todas as capacidades e competências para desempenhar um papel fulcral no Sistema Internacional, actual e futuro. Ainda segundo Truglio (2008, p. 35):

“... um instrumento como a EUROGENDFOR, caracterizada por um elevado nível de prontidão e qualificação e estruturada de modo a garantir flexibilidade e interacção com diferentes pilares e cadeias de responsabilidade, será utilizado cada vez mais, melhorando progressivamente o seu papel em futuras operações de Gestão de Crises.”

No entanto, sendo a EGF uma Força que emergiu recentemente, existem algumas vertentes que poderiam ser melhoradas. O art.º 7, n.º 2 identifica claramente que a participação da EGF em qualquer missão tem de ser obrigatoriamente aprovada por unanimidade do CIMIN. Este facto pode ter consequências negativas para a rápida e eficaz projecção das Forças da EGF num determinado Teatro de Operações. Por outro lado, o Tratado que institui a EGF

³¹ Ver Anexo K

ainda não foi ratificado por todas as entidades governamentais competentes, e como tal, a Força não tem personalidade jurídica. Esta realidade pode apresentar consequências restritivas na actuação da EGF em diversas áreas da arena Internacional. Existem ainda algumas incertezas, já referidas neste capítulo, inerentes à eficácia do Catálogo de Capacidades da EGF por ser o mesmo para a UE. Todos estes constrangimentos serão analisados e discutidos na investigação de campo, inserida no Título II deste Trabalho. Deste modo, iremos tentar aprofundar o estudo sobre as dificuldades existentes que foram aqui expostas.

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO DE CAMPO

4.1 INTRODUÇÃO

Através da revisão de literatura, verificou-se a escassa existência de referências bibliográficas sobre a EGF. Este trabalho de campo revela-se assim ainda mais importante na medida em que permite complementar a componente teórica com as reflexões de entidades que estiverem ou estão directamente interligadas com o tema. Assim sendo, os elementos que foram entrevistados para este trabalho são profundos conhecedores do objecto de estudo, permitindo assim enaltecer a investigação e valorizar a pesquisa efectuada.

A investigação de campo irá permitir adquirir informações essenciais para obter conclusões pertinentes e conseguir assim estudar o problema pré-formulado deste trabalho.

Neste capítulo, iremos abordar as hipóteses geradas, bem como a metodologia utilizada para a recolha e tratamento de dados, enunciando as técnicas que foram aplicadas.

4.2 HIPÓTESES

Para a realização do estudo sobre o tema tratado, foi fundamental elaborar algumas hipóteses práticas sobre determinadas perguntas de investigação. Segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p. 119) “(...) *um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não se estrutura em torno de uma ou de várias hipóteses.*” As hipóteses apresentadas permitem estabelecer um fio condutor à investigação, revelando critérios selectivos do trabalho de campo. Sendo assim, formulámos as seguintes hipóteses:

- 1ª Hipótese: A EGF tem capacidades para desempenhar um papel essencial na PESD da UE nos aspectos de Gestão Civil de Crises.
- 2ª Hipótese: A GNR deveria dispor de um Catálogo de capacidades diferente para a UE e para a EGF.
- 3ª Hipótese: O empenhamento da EGF não deveria depender da aprovação por unanimidade do CIMIN.
- 4ª Hipótese: A falta de personalidade jurídica da EGF é uma grande lacuna da organização.

- 5ª Hipótese: A entrada em vigor do Tratado de Lisboa pode ser benéfica para a EGF.

4.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE

O processo de recolha de dados elaborado para este estudo pressupõe a observação indirecta do autor através de um guião de entrevista³² pois o facto de existirem poucos elementos com conhecimentos adequados para reflectir sobre este tema, constitui um grande entrave para a elaboração de questionários. As entrevistas são assim consideradas mais adequadas para tratar este problema, permitindo ao investigador extrair “*informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados*” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.192). Assim sendo, foram realizadas entrevistas semi-directivas, na medida em que as mesmas tiveram um formato intermédio, apresentando um esquema aberto mas direccionado com perguntas-guias. Uma das entrevistas foi realizada em Inglês devido à nacionalidade Holandesa do entrevistado³³. As entrevistas submetidas foram acompanhadas de uma carta de apresentação³⁴ aos entrevistados solicitados, com o intuito de explicar o contexto deste trabalho.

As entrevistas realizadas no âmbito deste trabalho foram todas efectuadas por e-mail devido a vários factores. Numa primeira fase, seria dispendioso o autor deslocar-se à Itália e Holanda apenas para obter as respostas de elementos que se encontram nos países mencionados. Por outro lado, para Quivy e Campenhoudt (2008, p.194), um dos grandes problemas das entrevistas elaboradas pessoalmente é a provável “*espontaneidade do entrevistado*”. Neste sentido, é mais fácil obter respostas objectivas e concisas disponibilizando tempo e liberdade ao entrevistado para reflectir sobre uma determinada pergunta. Neste tipo de entrevistas escritas, o entrevistado consegue assim proferir a sua opinião com a possibilidade de escrever, apagar, corrigir e voltar a escrever as informações que deseja realmente transmitir. Nestes casos, conseguimos ainda evitar que o entrevistado “circule” à volta da questão sem responder efectivamente ao que se pretende.

O guião de entrevista é assim constituído por oito questões que incidem essencialmente na EGF, mas também na PESD. As respostas obtidas nesta mesma entrevista foram alvo de uma análise criteriosa com a finalidade de comparar os resultados e encontrar assim algumas conclusões pertinentes sobre o tema tratado.

³² Ver Apêndice B

³³ A tradução das respostas obtidas é da responsabilidade do autor

³⁴ Ver Apêndice A

4.4 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE ANÁLISE E DA AMOSTRA

Como já foi referido, existe um grupo restrito de elementos com o perfil adequado para reflectir sobre esta temática e, assim, optou-se por uma recolha qualitativa em detrimento de uma quantitativa. O Universo de análise deste trabalho é portanto constituído por elementos que ostentam uma vasta experiência sobre a matéria, sendo que um dos parâmetros de selecção foi definir uma amostra variada de modo a conseguir analisar diversas perspectivas. Neste sentido, os entrevistados apresentam conhecimentos distintos, inerentes às funções exercidas, que permitem assim estudar diferentes pontos de vista.

Assim sendo, o quadro seguinte identifica as variáveis da amostra.

Quadro 4. 1 Caracterização da amostra

Entrevistados	Posto	Funções desempenhadas relacionadas com o presente trabalho	Nacionalidade
1	Coronel	Chefe de Estado Maior da EGF	Portuguesa
2	Tenente-Coronel	Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais da GNR	Portuguesa
3	Tenente-Coronel	2º Comandante na Bósnia e Chefe de Operações	Portuguesa
4	Capitão	Oficial de Informações e Secção de Operações no Quartel-General da Bósnia	Portuguesa
5	Civil	Investigador da Segurança Civil-Militar	Holandesa

CAPÍTULO 5 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

5.1 INTRODUÇÃO

As análises e discussões de resultados das entrevistas realizadas para este trabalho foram efectuadas com o recurso de quadros de análises. Como já foi referido, elaborou-se um guião de entrevista com oito questões, que serão analisadas de forma qualitativa. Para simplificar a percepção dos dados recolhidos, as respostas obtidas foram estudadas isoladamente, correspondendo um quadro a cada pergunta. Assim, a informação contida neste capítulo é um breve resumo das respostas adquiridas, sendo elaborada uma síntese das ideias que interessam para o trabalho sem efectuar qualquer alteração no conteúdo dos dados. Após cada quadro, iremos efectuar uma discussão dos resultados obtidos, complementando a opinião de todos os entrevistados.

As entrevistas que foram efectuadas encontram-se integralmente transcritas em Apêndice³⁵.

5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

5.2.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA QUESTÃO N.º 1

Questão n.º 1 - Quais são as principais necessidades da PESD relativamente à Gestão Civil de Crises?

Quadro 5. 1 Respostas à questão n.º 1

Entrevistado	Respostas
Entrevistado n.º 1	A União Europeia pretende com a PESD ter uma voz única e credível na arena internacional no que respeita à Gestão Civil de Crises. Com vista a atingir este objectivo, a PESD alicerça-se em duas importantes vertentes: - Estruturas de decisão (<i>Decision making bodies</i>): - Capacidades credíveis (Militares e Cívicas):

³⁵ Ver Apêndices C, D, E, F e G.

Entrevistado n.º 2	<p>Verifica-se a necessidade de dispor de Forças, de Equipas e de especialistas para projectar para cenários externos, nas vertentes militar, de polícia, da justiça, da protecção civil e da administração.</p> <p>Por outro lado, ainda no campo dos meios de polícia, há algumas lacunas graves, especialmente no tocante à resposta rápida (mecanismo desenvolvido pelos militares, designadamente através da criação dos <i>Battle Groups</i>) e à capacidade para actuar em ambientes não estabilizados e de risco acrescido, tanto mais que é actualmente claro, até pelas lições aprendidas das missões anteriores, que a chegada dos meios de polícia a um território em crise deverá ocorrer o mais cedo possível, idealmente em simultâneo com os meios militares, reduzindo-se ao mínimo o período durante o qual os militares asseguram as funções de polícia.</p> <p>Resumindo, as principais necessidades actuais da PESD situam-se ao nível das “Capacidades”, militar e, sobretudo, em matéria de polícia.</p>
Entrevistado n.º 3	As principais necessidades prendem-se com as questões dos meios materiais uma vez que a disponibilização dos meios humanos por parte dos Estados-Membros está, com maior ou menor dificuldade, assegurada.
Entrevistado n.º 4	Nos dias de hoje, e para uma actuação eficaz ao nível da Gestão de Crises, é cada vez mais necessário que a PESD possua rápida capacidade de actuação, com pessoal especializado e dotada de Forças multidisciplinares que cubram todo o espectro de missões no âmbito da Gestão de Crises.
Entrevistado n.º 5	Para a Gestão Civil de Crises, a PESD pode usar uma série de instrumentos, sendo que muitos desses já existem, pelo menos nos Estados-Membros da UE. Isto inclui as capacidades das Forças de tipo <i>Gendarmerie</i> , mas também justiça, socorro e assistência ao desenvolvimento. Em geral, os Estados-Membros da UE têm meios Militares suficientes, mas muito poucos se podem rapidamente destacar para operações mais distantes. Este problema é ainda maior para os instrumentos civis, sendo que estes são ainda menos mobilizáveis, apresentando menos velocidade de disponibilidade.

Esta primeira questão foi colocada no sentido de complementar o capítulo 2 e adquirir assim novos dados sobre as necessidades da PESD nas operações de Gestão de Crises. O facto da amostra deste Trabalho apresentar conhecimentos distintos é benéfico para a análise desta questão pois permite-nos completar as respostas obtidas.

Assim, as principais lacunas reflectem-se nas componentes materiais e físicas, sendo que os meios humanos para a PESD estão assegurados. Apesar disso, não podemos deixar de frisar que a PESD necessita de meios humanos com Capacidades Militares, sendo que as Forças devem ter a aptidão para se projectarem rapidamente, envolvendo pessoal especializado. Para atingir estes objectivos, a PESD apoia-se em duas vertentes, nomeadamente as Estruturas de decisão e as Capacidades Militares e Civis. Deste modo, a PESD utiliza as competências das Forças de tipo *Gendarmerie*, mas também justiça, socorro e assistência ao desenvolvimento. A próxima questão irá explorar o motivo pelo qual a PESD necessita das Forças de *Gendarmerie*.

5.2.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA QUESTÃO N.º 2

Questão n.º 2 - Que potencialidades apresenta a EGF para a PESD?

Quadro 5. 2 Respostas à questão n.º 2

Entrevistado	Respostas
Entrevistado n.º 1	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de projecção de Forças (até 800 efectivos) num curto espaço de tempo (30 dias); - Capacidade de desenvolver o planeamento de uma operação num período de tempo reduzido (30 dias) em virtude de possuir um Quartel-General em permanente actividade; - Possibilidade de operar integrada em cadeias de comando Civil e Militar; - Capacidade para operar em ambientes desestabilizados; - Forças com diferentes valências, consoante as necessidades, e não apenas com a componente de ordem pública; - Interoperabilidade reforçada devido à utilização de: <ul style="list-style-type: none"> Conceitos doutrinários comuns Metodologias de planeamento similares Processos de treino semelhantes (incluindo exercícios entre as diferentes Forças); - Capacidade para assegurar a transição de uma missão Militar para uma missão Civil no capítulo da lei e ordem;
Entrevistado n.º 2	<p>Arriscaria até a dizer que a EUROGENDFOR oferece à PESD o que mais ninguém, Estado ou Organização, pode oferecer, sendo que se trata de uma oferta capaz de suprir as principais lacunas da União em matéria de capacidades policiais.</p> <p>De entre as potencialidades da EUROGENDFOR, no quadro da PESD, destaco:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A capacidade de colocar Forças de Polícia a actuar em ambientes instáveis e de elevada perigosidade e risco; - A capacidade de projecção rápida de Forças de Polícia, num quadro de compromisso que prevê a projecção de 800 elementos no prazo 30 dias; - A capacidade de actuar tanto sob comando civil como militar; - A capacidade de planeamento operacional, fruto da existência do Quartel-General Permanente, localizado em Itália; - A modularidade da oferta, cobrindo todo o espectro de funções policiais, o que permite uma ajustamento da Força; - A existência de um suporte doutrinal próprio para as operações da EUROGENDFOR, compatível com a doutrina, os conceitos e as regras de empenhamento da União Europeia.
Entrevistado n.º 3	<p>A EGF apresenta como maior potencialidade a possibilidade de projectar para um Teatro de Operações uma Força Constituída (IPU-Integrated Police Unit), num curto período de tempo (30 dias) e capaz de efectuar missões desde a Manutenção da Ordem Pública à Investigação Criminal podendo ainda desempenhar missões Militares em ambientes não estabilizados. Tem ainda a particularidade de poder actuar sob Comando Militar ou Civil.</p>
Entrevistado n.º 4	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade para projectar rapidamente (dentro de 30 dias) uma missão policial interoperável com as eventuais restantes componentes da UE, com possibilidade de englobar 800 “gendarmes” e, integrar a PESD, principalmente em quatro cenários diferentes: <ol style="list-style-type: none"> 1. Integrar uma componente policial PESD, no primeiro momento da sua projecção, abrindo caminho para a implantação de uma missão policial de larga escala; 2. Como componente essencial da rápida capacidade de projecção da UE num cenário de substituição das autoridades locais; 3. Como componente de uma missão policial da UE num cenário de substituição ou reforço das autoridades locais; 4. Reforçando temporariamente uma missão da UE já projectada num determinado cenário. - A EGF tem ainda a capacidade de planear ao nível estratégico e operacional, apoiando o Secretariado Geral do Conselho (SGC) da UE; - Pode ainda contribuir para o desenvolvimento doutrinal e conceptual da UE na rápida projecção de elementos de polícia.

Entrevistado
n.º 5

A EGF tem o potencial para estar ao serviço da PESD para todas as actividades de policiamento robusto. Isto inclui a estabilidade e reconstrução, mas também acompanhamento, evacuação de não combatentes, catástrofes e desenvolvimento da cooperação técnica com Estados terceiros.

Na sequência da questão anterior, é fundamental analisarmos as capacidades que a EGF pode colocar à disposição da UE e da sua PESD.

Ao longo do capítulo 3 deste Trabalho, descrevemos algumas capacidades da EGF que são análogas a algumas respostas obtidas nesta questão e, como tal, não vamos repeti-las. No entanto, é importante frisar que a EGF caracteriza-se por ser flexível, podendo actuar nos ambientes civis e militares, sendo assim crucial o seu empenhamento nas Fases de Transição. Por outro lado, é uma Força com capacidade para se projectar rapidamente num determinado Teatro de Operações, desempenhando acções de Polícia, em simultâneo ou logo após a intervenção de Forças Militares. Através da existência do QGP, a EGF tem ainda a possibilidade de efectuar planeamento operacional e estratégico, podendo contribuir para auxiliar a UE nestas vertentes. De uma forma geral, as conclusões que podemos extrair são que a EGF representa uma grande vantagem para a PESD pela sua capacidade de efectuar missões policiais nos panoramas militares.

Conseguimos ainda acrescentar que a EGF tem capacidade para actuar em quatro cenários diferentes:

- Integrando uma componente policial, no primeiro momento da sua projecção, abrindo caminho para a implantação de uma missão policial de larga escala;
- Como componente essencial da rápida capacidade de projecção da UE num cenário de substituição das autoridades locais;
- Como componente de uma missão policial da UE num cenário de substituição ou reforço das autoridades locais;
- Reforçando temporariamente uma missão da UE já projectada num determinado cenário.

5.2.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA QUESTÃO N.º 3

Questão n.º 3 - Quais são os constrangimentos mais significativos que surgem quando é necessária a actuação da EGF?

Quadro 5. 3 Respostas à questão n.º 3

Entrevistado	Respostas
Entrevistado n.º 1	O constrangimento mais significativo está relacionado com o facto de qualquer intervenção da EGF necessitar de ser aprovada por unanimidade pelo CIMIN.
Entrevistado n.º 2	O principal constrangimento resulta da falta de personalidade jurídica da EUROGENDFOR.
Entrevistado n.º 3	Os maiores constrangimentos dizem respeito à falta de personalidade jurídica.
Entrevistado n.º 4	Desde logo o facto de ser constituída por 6 países diferentes em que a decisão para actuação em qualquer cenário tem de ser tomada pelo CIMIN, onde estão representados os 6 países através dos ministros responsáveis pelas respectivas Forças de Segurança devendo a decisão final tomada por unanimidade. Podendo-se deduzir que nem sempre se torna num processo célere. O facto de 6 Forças de Segurança diferentes, com doutrinas e modos de actuação diferentes perante um determinado cenário leva a que, quando a EGF é chamada a actuar num teatro de operações, se torne imprescindível um treino antecipado da Força antes da sua projecção para o terreno. Para se ultrapassar este constrangimento, a experiência retirada da actual missão da EGF na Bósnia e Herzegovina tem sido uma mais-valia.
Entrevistado n.º 5	- A EGF não pode ser projectada se os Estados-Membros da EGF discordarem; - A EGF tem muito poucos Estados-Membros, levando os Estados-Membros da UE ou da ONU a não solicitação do empenhamento da EGF para as missões; - Actualmente, a EGF está apenas focada na fase de transição das operações do tipo “Balcãs”, não se mostrando tão passíveis de participarem em outros tipos de operações.

Esta questão aplica-se directamente ao objectivo geral deste Trabalho, nomeadamente nos constrangimentos existentes quando a EGF é solicitada para intervir numa determinada operação.

Através da análise efectuada, apurámos que os maiores constrangimentos são a falta de personalidade jurídica e o facto de qualquer actuação da EGF ter de ser previamente aprovada por unanimidade pelo CIMIN, atrasando assim os processos de tomada de decisão. Além destas circunstâncias, podemos ainda enunciar que a EGF tem poucos Estados-Membros, perdendo assim algum poder no seio da UE.

5.2.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA QUESTÃO N.º 4

Questão n.º 4 - Que consequências podem resultar do Tratado de Lisboa para a PESD? E para a EGF?

Quadro 5. 4 Respostas à questão n.º 4

Entrevistado	Respostas
Entrevistado n.º 1	<ul style="list-style-type: none"> - Um político exercerá o cargo de Presidente do Conselho Europeu por dois anos e meio e não por seis meses como actualmente; - Um novo cargo, englobando as funções de “foreign affairs” e “external affairs”, será criado dando à UE maior visibilidade e consistência de actuação no palco mundial; - A redistribuição do peso dos votos entre os Estados-Membros, uma maioria qualificada baseada numa dupla maioria de 55% dos Estados-Membros, representando 65% da população da UE, facilitará o processo de decisão; - A remoção dos vetos nacionais em várias áreas simplificará também o processo de tomada de decisão.
Entrevistado n.º 2	O Tratado de Lisboa, se vier a haver Tratado de Lisboa, irá alterar profundamente o processo de decisão e os mecanismos de funcionamento da União Europeia, abrindo portas à superação do constrangimento referido no ponto anterior, dado que prevê que um conjunto de Estados-Membros possa oferecer uma Força, militar ou civil, à União Europeia, para utilização no âmbito da gestão internacional de crises.
Entrevistado n.º 3	Não me parece que possam resultar grandes consequências práticas para a PESD uma vez que, apesar de estar previsto a possibilidade de contribuições conjuntas, em pouco irá alterar o actual sistema do “Call for Contributions” da UE para as missões. As consequências para a EGF poderão ser mais animadoras uma vez que este sistema está implementado na estrutura da EGF.
Entrevistado n.º 4	Relativamente à EGF, as consequências não serão significativas tendo em conta que a EUROGENDFOR é totalmente adaptável e versátil podendo integrar qualquer cenário da PESD. O Tratado de Lisboa, vem especificar que “ <i>Os Estados-Membros que constituam entre si Forças multinacionais podem também colocá-las à disposição da política comum de Segurança e Defesa</i> ”, reforçando o objectivo de criação da EUROGENDFOR por parte dos países fundadores da mesma. É com este intuito, não só mas principalmente, que a EGF tem vindo a desenvolver a sua doutrina, adaptando-se constantemente à realidade do quadro internacional da Gestão de Crises.
Entrevistado n.º 5	Não creio que o Tratado de Lisboa seja um avanço para a PESD, mas sim outro passo, tornando mais claras as ambições da UE. A verdadeira questão é saber se os Estados-Membros estão dispostos e se são capazes de colocar tudo à disposição da UE, no sentido de reagir mais rapidamente às Crises, melhorando a cooperação nas operações e diminuindo assim as diferenças ao nível tático.

O objectivo desta questão é analisar a opinião dos entrevistados sobre o recente Tratado de Lisboa que já foi assinado mas que ainda não se encontra em vigor. Sendo que este Tratado poderá vir a complementar o actual TUE no âmbito da Segurança e Defesa da UE, é importante verificar a opinião dos entrevistados relativamente a possíveis alterações que possam ocorrer para a PESD e EGF.

Sendo assim, verificámos que este Tratado pode eventualmente resolver alguns aspectos da falta de personalidade jurídica da EGF na medida em que o mesmo prevê o empenhamento conjunto de um determinado grupo de Estados-Membros. Este tratado vem ainda reforçar o objectivo da criação da EGF, na medida em que salienta que este tipo de Forças multinacionais pode ser colocado à disposição da Política Comum de Segurança e

Defesa. Relativamente à PESD, apurámos que este Tratado torna as ambições da UE mais claras e que poderá servir para melhorar a cooperação e rapidez nas respostas às Crises.

5.2.5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA QUESTÃO N.º 5

Questão n.º 5 - Quais são os reflexos da falta de personalidade jurídica da EGF?

Quadro 5. 5 Respostas à questão n.º 5

Entrevistado	Respostas
Entrevistado n.º 1	A falta de personalidade jurídica da EGF limita a sua acção no sentido de inibir o estabelecimento de qualquer tipo de contrato ou de ser representada em tribunal sempre que necessário. A ratificação do Tratado da EGF superará estas lacunas, todavia, não prevê dotar a EGF de capacidade jurídica internacional. Isto significa que qualquer participação da EGF numa operação PESD terá de ser considerada como contribuição individual de cada um dos países membros e não da organização como um todo.
Entrevistado n.º 2	O processo negocial para participação numa missão tem que ser assegurado, não pelas estruturas comuns, mas por todos e cada um dos Estados que participam nessa missão. Tal é tanto mais relevante quanto os mecanismos de criação de Forças multinacionais, militares ou de polícia, ao nível da União Europeia, por força da redacção do actual Tratado da União Europeia, não prevêem que um conjunto de Estados-Membros possa oferecer uma Força conjunta para utilização no âmbito da PESD. Este constrangimento faz com que uma Força da EGF envolvida num cenário de crise seja, em teoria, o somatório de um conjunto de contribuições nacionais e não uma oferta conjunta e global dos Estados EGF.
Entrevistado n.º 3	A falta de personalidade jurídica reflecte-se principalmente no terreno. Por outras palavras a EGF efectua compras virtuais, todo o sistema inerente a afectação de recursos tem de passar pelo controlo efectivo dos Carabinieri segundo as suas regras e regulamentos. Por exemplo na Missão EUFOR na Bósnia Herzegovina, apesar de a EGF ter Orçamento próprio, a Unidade de Apoio dos Carabinieri é que efectua as compras depois de requisitadas pela EGF, o que torna o processo complicado, moroso e por vezes inviável.
Entrevistado n.º 4	Este pormenor leva a que a principal restrição se prenda com o facto de a EGF não poder realizar qualquer contrato, seja de aquisição de material ou de qualquer outro tipo, situação que entretanto está a ser colmatada pela realização individual, por parte de cada país, desses mesmos contratos. Exemplo disso é Itália, onde se encontra localizado o Quartel-General Permanente da EGF, em que apoia a EUROGENDFOR para todo e qualquer tipo de contratos com entidades externas à EGF. Mas outros são os reflexos da falta de personalidade jurídica da EGF que poderão ser ultrapassados com a ratificação do Tratado: - Como a possibilidade de se fazer representar no Tribunal se assim for necessário; - Possibilidade por parte do Comandante da EGF em negociar e realizar acordos técnicos com outras Organizações Internacionais para o correcto funcionamento da EGF e para a condução de eventuais exercícios ou operações, sempre previamente mandatado pelo CIMIN;
Entrevistado n.º 5	O facto de a EGF não poder actuar sem a permissão de todos os países-membros é um problema real. Existem demasiado poucos países como Estados-Membros da EGF para poder ter um grande impacto nos processos de decisão da UE sobre as novas operações. É por isso que a EGF precisa de mais Estados-Membros.

Verificámos no enquadramento teórico que a EGF não têm personalidade jurídica. Assim sendo, esta questão procura encontrar as consequências desta lacuna, no sentido de aprofundarmos o estudo sobre um possível constrangimento na EGF.

Segundo os entrevistados, a falta de personalidade jurídica da EGF limita a sua actuação no sentido de impedir o estabelecimento de qualquer tipo de contrato ou de ser representada em tribunal sempre que necessário. Assim sendo, qualquer participação da EGF nas diversas missões terá de ser encarada como um contributo individual de cada um dos países membros e não da organização como um todo pois o actual Tratado da União Europeia ainda não prevê que um conjunto de Estados-Membros possa oferecer uma Força conjunta para ser utilizada no âmbito da PESD.

5.2.6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA QUESTÃO N.º 6

Questão n.º 6 - Que vantagens/desvantagens podem advir do facto de as Forças e pessoal colocados pela GNR (integrando a contribuição nacional) ao dispor do Catálogo de capacidades da União Europeia em matéria de Gestão Civil de Crises, serem, genericamente ou em grande parte, os mesmos que inscreveu no Catálogo de capacidades da EGF?

Quadro 5. 6 Respostas à questão n.º 6

Entrevistado	Respostas
Entrevistado n.º 1	<p>Seria extremamente dispendioso e provavelmente inexequível para alguns países terem Forças colocadas à disposição da UE e Forças diferentes colocadas à disposição da EGF, ou então, as contribuições para cada uma das organizações seria substancialmente mais reduzida.</p> <p>A consequência mais importante desta abordagem está relacionada com o facto de as Forças empregues em favor da UE ou da EGF não poderem ser consideradas disponíveis para futuras intervenções. Assim, os países deverão actualizar as suas disponibilidades sempre que isto aconteça.</p>
Entrevistado n.º 2	<p>Está aqui em causa a economia de recursos. Como se disse, é muito sensível para um Estado ter Forças de Polícia em <i>stand-by</i>, à espera, exclusivamente, de uma possível projecção para cenários externos. A Segurança é uma das funções vitais de qualquer Estado e a opinião pública não perdoaria qualquer fragilização deste bem precioso que é a segurança em nome das intervenções externas.</p> <p>Em tal quadro, tem sido uma prática normal que os Estados ofereçam as mesmas Forças para os diferentes Catálogos de Capacidades.</p> <p>Ora, tal implica, necessariamente, que, caso as Forças, as Equipas e as contribuições individuais oferecidas por um país se encontrem a ser utilizadas, passam, necessariamente a constituir capacidades “dormants” nos demais Catálogos de Capacidades para os quais tenham sido oferecidas.</p> <p>Trata-se de uma questão de boa gestão de recursos que, naturalmente, tem algumas desvantagens associadas.</p>

Entrevistado n.º 3	A desvantagem que advém do facto da contribuição nacional ser de grosso modo a mesma é que poderá haver uma missão em que estrategicamente Portugal esteja interessado em participar e não poder ser possível uma vez que os meios estão empenhados noutra TO. Importa acrescentar que a contribuição para as Nações Unidas é também a mesma, o que quer dizer que a GNR contribui com uma IPU/FPU (cerca de 140 Militares) para a UE e ONU, mas na prática é a mesma Força pois se ela estiver empenhada nas Nações Unidas, como é o caso em Timor, não temos outra Força disponível para a UE. Quanto à EGF é um pouco diferente pelo facto da contribuição ser modular, podemos participar com um pelotão, equipas de Investigação Criminal, Swat Team, equipas EOD, etc., tal como acontece actualmente na EUFOR BiH.
Entrevistado n.º 4	Não se podendo utilizar as mesmas contribuições para duas organizações diferentes deverá haver uma definição de prioridades por parte da Nação. No entanto, sendo o Catálogo de capacidades da EGF, para intervir em operações de Gestão de Crises, definido de acordo com a Declaração de Intenções, o Tratado da EGF e outros documentos politico-estratégicos, deverá estar, decerto, de acordo com outras contribuições nacionais já assumidas com diferentes organizações internacionais. Perante esta análise, e uma vez que a decisão de empenhar Forças numa missão da EGF é uma prerrogativa nacional, as capacidades declaradas no catálogo de capacidades da EGF são decerto alvo de coordenação com outras contribuições.
Entrevistado n.º 5	- A grande desvantagem é a confusão que cria: "Por que temos a EGF se ela oferece o mesmo que o estabelecido no Catálogo de capacidades da UE?"; - A grande vantagem é utilizar a mesma terminologia e sistema, se a UE solicitar algumas Forças à EGF, é fácil para a EGF perceber que tipo de unidade é necessário.

A GNR inscreveu as mesmas Forças para o Catálogo de Capacidades da EGF e da União Europeia em matéria de Gestão Civil de Crises. Assim, esta questão teve como intuito perceber se esta medida é benéfica ou não para a projecção das Forças nos Teatros de Operações.

Pelas respostas obtidas nesta questão, apurámos que seria provavelmente impossível para alguns países terem Forças diferentes colocadas à disposição da UE e da EGF. Além disso, mesmo que existisse essa possibilidade, as contribuições seriam muito mais reduzidas. A principal desvantagem que resulta desta situação é que poderá existir uma missão em que Portugal esteja interessado em participar e não conseguir pelo facto dos meios estarem empenhados noutra Teatro de Operações.

Uma das grandes vantagens desta circunstância é o facto de facilitar a cooperação entre as Forças da UE e da EGF por utilizarem a mesma terminologia.

No entanto, segundo o entrevistado n.º 5, poderá surgir uma dúvida: "Por que temos a EGF se a UE dispõe do mesmo Catálogo de capacidades?".

5.2.7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA QUESTÃO N.º 7

Questão n.º 7 - Na sua opinião, que aspectos poderiam ser melhorados para beneficiar a EGF e consequentemente a PESD?

Quadro 5. 7 Respostas à questão n.º 7

Entrevistado	Respostas
Entrevistado n.º 1	<p>Os aspectos que poderiam melhorar a cooperação entre a EGF e a UE são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O aprofundamento de mecanismos de cooperação entre a EGF e a UE; - A participação da EGF em exercícios da UE, quer no âmbito Civil, quer no âmbito Militar; - A participação de peritos da EGF no desenvolvimento da doutrina PESD da EU; - A implementação de treinos e formações comuns; - A participação de técnicos da EGF durante a fase de planeamento de missões e exercícios; - O estabelecimento de protocolos na área logística. <p>Por outro lado, o desenvolvimento de uma abordagem compreensiva que aglutine os instrumentos civis e Militares na Gestão Civil de Crises parece-me um desafio interno da UE que potenciaria a PESD.</p>
Entrevistado n.º 2	<p>A EGF, nesta sua fase de consolidação, necessita, essencialmente, de aprofundar o seu relacionamento com as Instituições Europeias responsáveis pelo planeamento, geração de Forças e condução de operações internacionais de gestão de crises, vencer algumas resistências de origem corporativista, especialmente da parte dos responsáveis das polícias civis da Europa, e desenvolver as suas próprias capacidades em matéria de logística e comunicações.</p> <p>A oferta da EUROGENDFOR é única, no sentido de que ninguém pode oferecer à paz no mundo o que a EGF oferece, sendo certo que o que a EGF oferece permite suprir algumas das fragilidades e vulnerabilidades da resposta colectiva global às crises.</p> <p>Restará à EGF, apenas, vencer eventuais barreiras corporativistas, aprofundar o relacionamento com os demais actores e eliminar Algumas das suas próprias fragilidades.</p> <p>Se for capaz de o fazer, a PESD, principal destinatária da actuação da EGF, sairá, naturalmente, reforçada e mais apta para cumprir os seus desígnios.</p>
Entrevistado n.º 3	<p>Neste momento a personalidade jurídica é fundamental embora por só não seja fulcral pois a UE ainda tem dúvidas quanto a esta Força, muito por interferência dos Países nórdicos que não são a favor destas polícias tipo Gendarmerie. Penso que a participação num TO em que a União Europeia tivesse algum poder executivo poderia projectar a EGF para outros voos.</p>
Entrevistado n.º 4	<p>Em relação à EGF podem-se identificar, claramente, a parte respeitante à obtenção de personalidade jurídica, facilitando toda a celeridade do processo de integração numa operação de outras Organizações Internacionais, e até numa missão isolada da própria EGF, sendo que os restantes melhoramentos estão a ser feitos e constantemente analisados quanto à sua prioridade por parte do Quartel-General Permanente da EGF, que fornece as suas análises e propostas ao CIMIN se assim for necessário ou requisitado. Podemos-nos referir à parte doutrinária de interoperabilidade operacional e logística entre as próprias unidades da EGF e entre esta e outras Organizações Internacionais, facto que tem sido tomado como prioritário e alvo de elaboração de doutrina alguma já concluída e aprovada.</p>
Entrevistado n.º 5	<ul style="list-style-type: none"> -A EGF deveria ter mais Estados-Membros; -A EGF deveria participar em mais operações; -A EGF deveria estar preparada para actuar em mais operações do que a fase de transição, nomeadamente o tipo de actividades mencionadas na 2a

Podemos facilmente comentar todas as lacunas de várias organizações, apontando todos os defeitos que queremos. No entanto, a vertente mais importante das críticas é tentar

encontrar soluções para poder corrigir o que está realmente mal. Neste sentido, aproveitámos o facto dos entrevistados conhecerem perfeitamente a realidade da EGF para explorar, nesta questão, os aspectos que poderiam ser aperfeiçoados.

Assim sendo, destacámos algumas componentes que poderiam ser melhoradas, nomeadamente:

- A participação de peritos da EGF no desenvolvimento da doutrina da PESD na UE;
- A implementação de treinos e formações comuns;
- A participação de técnicos da EGF durante a fase de planeamento de missões e exercícios;
- A obtenção de personalidade jurídica para a EGF;
- Incentivar alguns Estados-Membros a ingressar na EGF.

Além dos aspectos já referidos, a EGF deveria aprofundar o seu relacionamento com as Instituições Europeias responsáveis pelo planeamento, geração de Forças e condução de operações Internacionais de Gestão de Crises para vencer algumas resistências e conseguir assim participar em mais missões.

5.2.8 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA QUESTÃO N.º 8

Questão n.º 8 - Quais são as suas perspectivas futuras relativamente à EGF na aplicação da PESD?

Quadro 5. 8 Respostas à questão n.º 8

Entrevistado	Respostas
Entrevistado n.º 1	- A EGF está preparada para actuar de acordo com o conceito de Gestão de Crises Cíveis desenvolvido pela UE e assim, quando integrada numa operação PESD as “ <i>Guidelines for Police Command and Control</i> ” aplicar-se-ão.
Entrevistado n.º 2	Ciente das mais-valias da EGF, das dificuldades de recrutamento para missões PESD, especialmente no campo das funções policiais, do crescimento significativo do número e dimensão das Missões PESD e do empenho das Forças de tipo <i>Gendarmerie</i> da Europa em contribuírem para a paz no mundo, através, essencialmente, deste seu instrumento comum, perspectivou um futuro de sucesso para a EUROGENDFOR. A EGF tem, sempre, a PESD no seu horizonte e a PESD necessita da EGF e da especificidade da sua “oferta”. A PESD necessita de qualidade e a EGF garante qualidade. A PESD necessita de resposta rápida em matéria de polícia e a EGF assegura essa resposta. A PESD necessita de projectar Forças de polícia desde o primeiro momento da resposta a uma crise e a EGF é a única Força que o pode garantir.
Entrevistado n.º 3	Tudo depende do interesse que a UE venha a manifestar neste tipo de Forças bem como do empenhamento estratégico e político dos 6 Governos que constituem a EUROGENDFOR na Defesa dos interesses nacionais.

Entrevistado n.º 4	<p>As perspectivas vão no sentido de uma cooperação mais estreita na área da Gestão de Crises com a PESD.</p> <p>Tal como já referido anteriormente, a EGF possui mais-valias que poderão ajudar ambas as estruturas a evoluir na área da Gestão de Crises, melhorando a capacidade de reacção a situações que sejam susceptíveis de actuação por parte da PESD.</p> <p>Por parte da EGF, não só a participação em missões PESD (já participa em uma – EUFOR Operação ALTHEA) mas também a participação no desenvolvimento de doutrina e no planeamento no âmbito da Gestão de Crises são alguns dos objectivos em termos de cooperação e como possível instrumento a ser utilizado pela PESD.</p>
Entrevistado n.º 5	<p>- A EGF tem grande potencial, até porque os Estados Unidos da América e as outras grandes potências mundiais não têm instrumentos semelhantes;</p> <p>- A EGF pode vir a mobilizar mais capacidades para operações de policiamento;</p> <p>- A EGF pode ser empenhada em muitos outros tipos de operações da PESD;</p> <p>- A EGF pode ser utilizada para desenvolver e intensificar acções de cooperação com as Forças de Segurança de muitos países vizinhos da UE, mas também de África, América Latina e Europa Oriental, proporcionando a sua profissionalização.</p>

Para concluir, esta questão foi formulada para extrairmos a opinião dos entrevistados sobre o que podemos esperar da EGF na UE em matéria de PESD.

De um modo geral, podemos afirmar que as perspectivas são muito positivas, pelas capacidades que a EGF evidencia. A PESD necessita da EGF e da especificidade das suas valências. A PESD necessita de resposta rápida em matéria de polícia e a EGF assegura essa resposta com qualidade. A PESD necessita de projectar Forças de polícia desde o primeiro momento da resposta a uma crise e a EGF é a única Força que tem ferramentas para o garantir. No entanto, tudo dependerá sempre do interesse dos Estados-Membros da UE em solicitar a EGF.

Podemos ainda realçar 4 aspectos:

- A EGF tem grande potencial, até porque apresenta instrumentos únicos;
- A EGF pode vir a mobilizar mais capacidades para operações de policiamento;
- A EGF pode ser empenhada em outros tipos de operações da PESD;
- A EGF pode ser utilizada para desenvolver e intensificar acções de cooperação com as Forças de Segurança de outros países.

CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 INTRODUÇÃO

A realização deste Trabalho tem como objectivo fundamental perceber que constrangimentos existem quando é necessária a intervenção da EGF.

Neste capítulo, iremos tecer algumas considerações finais sobre todo o trabalho realizado. Numa primeira fase, verificaremos as hipóteses articuladas de modo a perceber a pertinência das mesmas. Deste modo, pretende-se analisar se as hipóteses podem ser validadas ou refutadas com base nos dados recolhidos das entrevistas.

No final, abordaremos algumas conclusões e recomendações, referindo também algumas limitações que foram sentidas ao longo do trabalho.

6.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Para delimitar os tópicos de pesquisa, foram formuladas algumas hipóteses mencionadas no Capítulo 4 deste trabalho. Após analisar as respostas adquiridas nas entrevistas, temos ferramentas para confrontar as hipóteses pré-formuladas pelo autor com as perspectivas dos entrevistados.

A 1ª Hipótese, “A EGF tem capacidades para desempenhar um papel essencial na PESD da UE nos aspectos de Gestão Civil de Crises”, pode ser validada através da análise de resultados às questões n.º 1, 2 e 8 das entrevistas realizadas.

Relativamente à 2ª Hipótese, “A GNR deveria dispor de um Catálogo de capacidades diferente para a UE e para a EGF”, podemos afirmar que ela pode ser apenas parcialmente validada pois verificámos, através da análise à questão n.º 6, que a situação referida ostenta efeitos positivos e negativos.

A 3ª Hipótese, “O empenhamento da EGF não deveria depender da aprovação por unanimidade do CIMIN”, pode ser validada pois os entrevistados referem, durante a entrevista, que esta condição representa um constrangimento para a EGF.

A 4ª Hipótese, “A falta de personalidade jurídica da EGF é uma grande lacuna da organização”, pode também ser validada. Através das respostas obtidas às questões 3 e 5, conseguimos entender que a falta de personalidade jurídica é um constrangimento para a actuação da EGF.

Em relação à 5ª Hipótese: “A entrada em vigor do Tratado de Lisboa pode ser benéfica para a EGF”, podemos afirmar que pode ser parcialmente validada através da análise às respostas da questão n.º 4.

6.3 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

Neste ponto, iremos tecer algumas conclusões gerais sobre a investigação efectuada no âmbito deste Trabalho.

Assim, numa primeira fase, constatámos que a PESD necessita de meios humanos militares que tenham a capacidade de desempenhar missões policiais e de se projectarem rapidamente para os Teatros de Operações. Sendo a EGF uma Força que preenche estes requisitos, como comprovámos na discussão de resultados no capítulo precedente, podemos concluir que o empenhamento da Força de *Gendarmerie* Europeia é seguramente uma das melhores soluções da UE, em matéria de PESD, para as operações de Gestão Civil de Crises.

Relativamente ao objectivo geral deste estudo, conseguimos indicar que os maiores constrangimentos, quando é necessária a actuação da EGF, são o facto do empenhamento da EGF depender da aprovação, por unanimidade, do CIMIN e a falta de personalidade jurídica da Força. Ainda neste contexto, é de salientar que a EGF, caracterizada por ser uma Força recente, tem ainda poucos Estados-Membros, perdendo assim poder de influência quando a UE decide que Força deve ser empenhada em determinadas missões.

O Tratado de Lisboa poderá alterar positivamente a actuação da EGF no panorama Internacional, na medida em que pode solucionar a falta de personalidade jurídica desta Força pelo facto de prever o empenhamento conjunto de Forças multinacionais. Para isto se verificar, este mesmo Tratado terá primeiro de ser ratificado por todos os Estados-Membros para poder entrar em vigor.

Relativamente a expectativas futuras, notámos ao longo do trabalho que a EGF é uma Força que está em consolidação e que é a única Força que pode garantir sucesso à UE em determinadas áreas. Contudo o sucesso da EGF, no futuro, dependerá sempre dos interesses da UE, e da capacidade dos Estados-Membros da UE reconhecerem que esta Força é certamente a mais completa e operacional para responder às Crises Internacionais.

Como já foi referido, este Tema é muito abrangente e, como tal, ficaram por abordar muitos pontos importantes que deveriam ser alvos de reflexão. Assim sendo, o autor deixa uma proposta no sentido de incentivar a realização de mais estudos sobre esta temática.

6.4 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

A grande limitação que foi sentida no decorrer da elaboração deste trabalho relaciona-se essencialmente com a escassa preparação do autor para um estudo desta dimensão.

Além deste factor, foram várias as dificuldades encontradas na componente teórica pelo facto de existir pouca informação escrita sobre o tema escolhido que era, já por si, muito abrangente e complexo. Neste sentido, o autor sentiu algumas dificuldades iniciais na definição do rumo que o trabalho deveria ter e da área a tratar.

A limitação das páginas prejudicou o autor, que teve de sintetizar demasiado o trabalho. Neste sentido, o estudo realizado foi demasiado resumido, sendo que a dimensão da EGF merecia certamente uma investigação mais profunda e detalhada.

Por fim, a indefinição que ocorreu, em determinado momento, ao nível do prazo limite para a entrega deste trabalho foi também prejudicial, na medida em que acelerou a execução do mesmo, afectando assim o conteúdo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS

ALVES, Carlos Alberto dos Santos (Janeiro/Março 2006), “EUROGENDFOR a Força de Gendarmerie Europeia – A GNR na construção da paz no mundo.” In: *Pela Lei e Pela Grei*, Guarda Nacional Republicana, Lisboa, pp. 24-34.

ALVES, Carlos Alberto dos Santos (Outubro/Dezembro 2007), “Assinatura do Tratado da EUROGENDFOR.” In: *Pela Lei e Pela Grei*, Guarda Nacional Republicana, Lisboa.

CARREIRA, Carlos Manuel Pona (2005), “A Legitimidade da Missão da GNR no Iraque.” In: *Revista Militar*, N.º 2446, Lisboa, pp. 1215-1270.

FERNANDES, Sandra Dias (2006), *Europa (In) Segura, União Europeia, Rússia, Aliança Atlântica: a institucionalização de uma relação estratégica*, Principia, Lisboa.

MEIRELES, Jorge Manuel Machado (Abril/Junho 2008), “A GNR na 1ª missão da EUROGENDFOR na Bósnia E Herzegovina”. In: *Pela Lei e Pela Grei*, Guarda Nacional Republicana, Lisboa.

PENKSA, Susan E., MASON, Warren L., *EU Security Cooperation and the transatlantic relationship, Cooperation and Conflict*, Vol.38, n.º 3, 2003.

PEREIRA, Carlos Alexandre Quatorze (Outubro/Dezembro 2007), “Notícias da Força de Gendarmeria Europeia (EGF)”. In: *Pela Lei e Pela Grei*, Guarda Nacional Republicana, Lisboa.

SOUSA, Fernando de, (2005), *Dicionário de Relações Internacionais*, Edições Afrontamento, Santa Maria da Feira.

TRUGLIO, Giovanni (2008), Forças Militares versus Forças Policiais do tipo da Gendarmerie – complementaridade em cenários internacionais de Gestão de crise, *Ciclo de Conferências Estratégicas sobre Segurança e Defesa “Tardes de Queluz”*, Escola da Guarda, Queluz.

LIVROS SOBRE METODOLOGIA

Academia Militar (2008), *Orientações para redacção de trabalhos*, Academia Militar, Lisboa.

BELL, Judith (2002), (2ª ed.), *Como Realizar um projecto de investigação*, col. «Trajectos», Gradiva, Lisboa.

ECO Umberto (1998), *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*, Presença, Lisboa.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. (2008) (5ª ed.), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Traduzido por João M. Marques, Maria A. Mendes, Maria Carvalho, col. «Trajectos», Gradiva, Lisboa.

SARMENTO, Manuela (2008), *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa.

ENDEREÇOS ELECTRÓNICOS

<http://www.eurogendfor.org>.

<http://www.gnr.pt/eurogendfor/index.html>.

<http://www.consilium.europa.eu/showPage.aspx?id=1296&lang=PT>.

<http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>.

http://www.europarl.europa.eu/news/public/default_pt.htm.

http://europa.eu/european-council/index_pt.htm.

Documentos online:

Tratado da EUROGENDFOR (Acessível em: <http://www.gnr.pt/eurogendfor/index.html>)
[Consultado em 2009-01-12].

Versão Consolidada do Tratado da União Europeia (Acessível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2008:115:0013:0045:PT:PDF>)
[Consultado em 2009-01-12].

Tratado de Lisboa (Acessível em: <http://eur-lex.europa.eu/JOHtml.do?uri=OJ:C:2007:306:SOM:PT:HTML>) [Consultado em 2008-01-14].

Estratégia Europeia de Segurança (Acessível em:
<http://ue.eu.int/showPage.aspx?id=266&lang=pt>) [Consultado em 2009-01-14]

Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança (Acessível em: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf) [Consultado em 2008-01-14].

Conselho Europeu – Conclusões da Presidência de Colónia (Junho de 1999) (Acessível em: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/kolnpt.htm) [Consultado em 2009-01-15].

Conselho Europeu – Conclusões da Presidência de Helsínquia (Dezembro de 1999) (Acessível em: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00300-r1.p9.htm) [Consultado em 2009-01-15].

Conselho Europeu – Conclusões da Presidência de Santa Maria da Feira (Junho de 2000) (Acessível em: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00200-r1.p0.htm) [Consultado em 2009-01-16].

Conselho Europeu – Conclusões da Presidência de Nice (Dezembro de 2000) (Acessível em: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00400-r1.%20ann.p0.htm) [Consultado em 2009-01-16].

Conselho Europeu – Conclusões da Presidência de Laeken (Dezembro de 2001) (Acessível em: http://europa.eu/european-council/index_pt.htm) [Consultado em 2009-01-16].

Conselho Europeu – Conclusões da Presidência de Salónica (Junho de 2003) (Acessível em: http://europa.eu/european-council/index_pt.htm) [Consultado em 2009-01-16].

Conselho Europeu – Conclusões da Presidência de Bruxelas (Dezembro de 2003) (Acessível em: http://europa.eu/european-council/index_pt.htm) [Consultado em 2009-01-16].

Conselho Europeu – Conclusões da Presidência de Bruxelas (Dezembro de 2007) (Acessível em: http://europa.eu/european-council/index_pt.htm) [Consultado em 2009-01-16].

Headline Goal 2010 (Acessível em: <http://ue.eu.int/uedocs/cmsUpload/2010%20Headline%20Goal.pdf>) [Consultado em 2009-01-21]

APÊNDICES

APÊNDICE A : CARTA DE APRESENTAÇÃO



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado Integrado em Ciências Militares

14º Curso de Oficiais de GNR Infantaria

Trabalho de Investigação Aplicada

A DIMENSÃO EUROGENDÁRMICA DA GNR

A EUROGENDFOR NA APLICAÇÃO DA PESD

Entrevistas Realizadas

Trabalho realizado por: Aspirante GNR/INF Rui Alves da Silva

Orientador: Capitão GNR/CAV Diogo Almeida Brito Moreira Dóres

Queluz, Janeiro de 2009

A presente entrevista enquadra-se no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada subordinado ao tema “A dimensão Eurogendármica da GNR – A EUROGENDFOR na aplicação da PESD”, e tem como objectivo fundamental analisar os contributos da EUROGENDFOR para a PESD, bem como verificar alguns constrangimentos existentes nesta mesma Força.

De forma a garantir rigor nos dados recolhidos, é essencial realizar algumas entrevistas a pessoas cujos conhecimentos nesta área sejam abrangentes, pelo facto de ser um tema recente, complexo e que exige alguma reflexão.

Neste sentido, consideramos o seu contributo fundamental para o sucesso desta investigação pois irá, com certeza, enriquecê-la e valorizá-la, devido aos seus extensos conhecimentos sobre esta temática de investigação.

No caso de V. Ex^a aceitar conceder-nos esta entrevista, gostaríamos de lhe solicitar que responda até dia 6 de Fevereiro de 2009, e que elabore um breve resumo do seu percurso profissional.

Esta entrevista será analisada e servirá como suporte à componente teórica deste mesmo trabalho, complementando assim ideias extraídas da pesquisa bibliográfica realizada.

De forma a garantir os interesses de V.Ex^a e se assim o mencionar, serão colocadas à sua disposição as análises resultantes das suas respostas nesta mesma entrevista, antes da exposição pública deste trabalho.

Gratos pela sua colaboração.

Atenciosamente,

Rui Alves da Silva

Asp. GNR INF

CARTA DE APRESENTAÇÃO EM INGLÊS

The current interview within the compass of Applied Investigation Work is subordinate to the theme “The Eurogendarmic dimension of the GNR – The EUROGENDFOR as an instrument of ESDP”, and has the fundamental objective of analyzing the manner in which EUROGENDFOR contributes to ESDP, as well as verifying some of the constraints that exist in the cited force.

In order to assure rigor in the data gathered, it is essential that interviews be carried out to people who have vast knowledge in this area, due to the fact that this issue is rather recent, complex and requires deeper reflection.

In this sense, it is our belief that your contribute will be fundamental for the success of this investigation as it will certainly enrich it and give added value to it, due to your extensive knowledge on this investigation theme.

If you would be so kindly as to grant us this interview, we would like to request that you reply before February 6, 2009, and that you include a brief summary of your professional background.

This interview will be analyzed and used as a basis for the theoretical part of the mentioned work, consequently complementing the ideas withdrawn from the bibliographic research done.

In order to assure your best interests and if you so wish, the analysis resulting from the answers given to this interview will be at your disposal before the cited work is publicly exhibited.

Thank you for your cooperation.

Respectfully yours,

Rui Alves da Silva

GNR INF Subordinate Officer

APÊNDICE B : GUIÃO DE ENTREVISTA

- 1- Quais são as principais necessidades da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) relativamente à Gestão Civil de Crises?
- 2- Que potencialidades apresenta a EUROGENDFOR (EGF) para a PESD?
- 3- Quais são os constrangimentos mais significativos que surgem quando é necessária a actuação da EGF?
- 4- Que consequências podem resultar do Tratado de Lisboa para a PESD? E para a EGF?
- 5- Quais são os reflexos da falta de personalidade jurídica da EGF?
- 6- Que vantagens/desvantagens podem advir do facto de as Forças e pessoal colocados pela GNR (integrando a contribuição nacional) ao dispor do Catálogo de capacidades da União Europeia em matéria de Gestão Civil de Crises, serem, genericamente ou em grande parte, os mesmos que inscreveu no Catálogo de Capacidades da EGF?
- 7- Na sua opinião, que aspectos poderiam ser melhorados para beneficiar a EGF e consequentemente a PESD?
- 8- Quais são as suas perspectivas futuras relativamente à EGF na aplicação da PESD?

GUIÃO DE ENTREVISTA EM INGLÊS

- 1- What are the main necessities of the European Security and Defence Policy (ESDP) concerning Civil Crisis Management?
- 2- What potentials does EUROGENDFOR (EGF) present for ESDP?
- 3- What are the most significant constraints that arise when it is necessary for EGF to intervene?
- 4- What consequences may come of the Lisbon Treaty for ESDP? And for EGF?
- 5- How is EGF's lack of legal character reflected?
- 6- What advantages/disadvantages may come of the fact that the Forces and the personnel of the Forces that integrate EUROGENDFOR (integrating the national contributions) at the disposal of the Catalogue of Capabilities of the European Union in matters of Civil crisis management are generally or in great part the same as the ones included in the Catalogue of Capabilities of EGF?
- 7- In your opinion, which aspects could be improved to benefit EGF and consequently ESDP?
- 8- What are your future perspectives concerning EGF applicability for ESDP?

APÊNDICE C : TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 1

1- Na minha opinião a União Europeia pretende com a PESD, entre outros objectivos, ter uma voz única e credível na arena internacional no que respeita à Gestão Civil de Crises. Com vista a atingir este objectivo, a PESD alicerça-se em duas importantes vertentes:

- Estruturas de decisão (*Decision making bodies*):
 - *Military Staff* – responsável pelo planeamento das operações Militares;
 - CPCC – responsável pelo planeamento das operações civis;
 - PSC – discute e prepara as decisões para ser aprovadas pelo Council.
- Capacidades credíveis (e vontade de as usar):
 - Capacidades Militares;
 - Capacidades Civis (*Rule of Law, Police, Civil protection and Civil Administration*).

2- Em primeiro lugar, há que ter presente que a EGF é uma Força Multinacional de polícias com estatuto Militar que integra “*Gendarmeries*” de seis países, membros da União Europeia. Esta Força pode ser posta à disposição da UE, de outra Organização Internacional ou de uma colisão *ad hoc*.

As principais vantagens da EGF quando integrada numa missão PESD serão:

- Capacidade de projecção de Forças (até 800 efectivos) num curto espaço de tempo (30 dias);
- Capacidade de desenvolver o planeamento de uma operação num período de tempo reduzido (30 dias) em virtude de possuir um Quartel-General em permanente actividade;
- Possibilidade de operar integrada em cadeias de comando Civil e Militar;
- Capacidade para operar em ambientes desestabilizados e desta forma evitar o que é internacionalmente conhecido como “*security gap*”, período de tempo que medeia entre a projecção da componente Militar, com a responsabilidade de providenciar um ambiente seguro e estável, e a projecção da componente policial responsável pela manutenção da ordem pública;

- Uma abordagem compreensiva sobre a Gestão Civil de Crises projectando Forças com diferentes valências, consoante as necessidades, e não apenas com a componente de ordem pública;
 - Interoperabilidade reforçada devido à utilização de:
 - Conceitos doutrinários comuns;
 - Metodologias de planeamento similares;
 - Processos de treino semelhantes (incluindo exercícios entre as diferentes Forças);
 - Capacidade para assegurar a transição de uma missão Militar para uma missão Civil no capítulo da lei e ordem.
- 3- O constrangimento mais significativo está relacionado com o facto de qualquer intervenção da EGF necessitar de ser aprovada por unanimidade pelo CIMIN.
- 4- O Tratado de Lisboa poderá trazer maior consistência à PESD, principalmente devido às seguintes medidas:
- Um político exercerá o cargo de Presidente do Conselho Europeu por dois anos e meio e não por seis meses como actualmente;
 - Um novo cargo englobando as funções de “*foreign affairs*” e “*external affairs*” será criado dando à UE maior visibilidade e consistência de actuação no palco mundial;
 - A redistribuição do peso dos votos entre os Estados-Membros - uma maioria qualificada baseada numa dupla maioria de 55% dos Estados-Membros, representando 65% da população da UE, facilitará o processo de decisão;
 - Por último, a remoção dos vetos nacionais em várias áreas simplificará também o processo de tomada de decisão.
- Relativamente à EGF não consigo antever quaisquer consequências directamente relacionadas com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa.
- 5- A falta de personalidade jurídica da EGF limita a sua acção no sentido de a inibir de estabelecer qualquer tipo de contrato ou ser representada em tribunal sempre que necessário. A ratificação do Tratado da EGF superará estas lacunas, todavia, não prevê dotar a EGF de capacidade jurídica internacional. Isto significa que qualquer participação da EGF numa operação PESD terá de ser considerada como contribuição individual de cada um dos países membros e não da organização como um todo.

- 6- Seria extremamente dispendioso e provavelmente inexecutável para alguns países terem Forças colocadas à disposição da UE e Forças diferentes colocadas à disposição da EGF, ou então, as contribuições para cada uma das organizações seria substancialmente mais reduzida.

A consequência mais importante desta abordagem está relacionada com o facto de as Forças empregues em favor da UE ou da EGF não poderem ser consideradas disponíveis para futuras intervenções. Assim, os países deverão actualizar as suas disponibilidades sempre que isto aconteça. Na EGF foi desenvolvido um instrumento, Catálogo de Capacidades, que, em princípio, permite a esta organização ter informação fidedigna sobre as Forças que cada país disponibiliza num dado momento.

- 7- O aprofundamento de mecanismos de cooperação entre a EGF e a UE, a participação da EGF em exercícios da UE, quer no âmbito Civil quer no âmbito Militar, a participação de peritos da EGF no desenvolvimento da doutrina PESD da UE, a implementação de treinos e formações comuns, a participação de técnicos da EGF durante a fase de planeamento de missões e exercícios e o estabelecimento de protocolos na área logística são alguns dos aspectos que poderiam melhorar a cooperação entre a EGF e a UE.

Por outro lado, o desenvolvimento de uma abordagem compreensiva que aglutine os instrumentos civis e Militares na Gestão Civil de Crises parece-me um desafio interno da UE que potenciaria a PESD.

- 8- De acordo com o Tratado da EGF esta organização está à disposição da União Europeia. Existem no entanto alguns pontos que importam realçar:

- A EGF está preparada para actuar de acordo com o conceito de Gestão de Crises Civis desenvolvido pela UE; assim, quando integrada numa operação PESD as *“Guidelines for Police Command and Control”* aplicar-se-ão.

- Todos os países da EGF são simultaneamente membros da União Europeia.

APÊNDICE D : TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 2

- 1- A União Europeia, num quadro de novas ameaças (terrorismo, proliferação das armas de destruição maciça, conflitos regionais, fracasso dos Estados, criminalidade organizada, entre muitas outras) e de conflitos permanentes nos mais diversos pontos do globo, incluindo na sua vizinhança próxima, no âmbito da sua “Estratégia Europeia em Matéria de Segurança”, pretende ser capaz de “defender a sua segurança”, promover os seus valores e estar pronta “a assumir a sua parte de responsabilidade na segurança global e na criação de um mundo melhor”.

Para ser capaz de atingir os seus objectivos estratégicos neste domínio, entre muitas outras, emerge a necessidade de dispor de Forças, de Equipas e de especialistas para projectar para cenários externos, nas vertentes militar, de polícia, da justiça, da protecção civil e da administração.

De entre as vertentes destacadas, a disponibilização de polícias, por parte dos Estados-Membros, para projecção para o exterior constitui um factor crítico de sucesso da PESD, dado que, por um lado, tornou-se progressivamente claro que o exclusivo recurso a meios militares não é suficiente para resolver situações de crise, privilegiando-se, cada vez mais, intervenções articuladas das diferentes vertentes, num quadro único de resposta à crise, sendo que, por outro, para os Estados-Membros, enviar elementos das suas Forças de Segurança para o exterior constitui um desvio de meios essenciais à segurança interna, dificilmente aceite por uma opinião pública e por uma comunicação social pouco sensíveis à importância da construção da nossa própria segurança e defesa extra-muros.

Por outro lado, ainda no campo dos meios de polícia, há algumas lacunas graves, especialmente no tocante à resposta rápida (mecanismo desenvolvido pelos militares, designadamente através da criação dos *Battle Groups*) e à capacidade para actuar em ambientes não estabilizados e de risco acrescido, tanto mais que é actualmente claro, até pelas lições aprendidas das missões anteriores, que a chegada dos meios de polícia a um território em crise deverá ocorrer o mais cedo possível, idealmente em simultâneo com os meios militares, reduzindo-se ao mínimo o período durante o qual os militares asseguram as funções de polícia.

Resumindo, as principais necessidades actuais da PESD situam-se ao nível das “Capacidades”, militar e, sobretudo, em matéria de polícia.

- 2- A Força de *Gendarmerie* Europeia reúne um conjunto de características perfeitamente ajustadas a fazer face às principais limitações e necessidades da União Europeia, em matéria de PESD.

Arriscaria até a dizer que a EUROGENDFOR oferece à PESD o que mais ninguém, Estado ou Organização, pode oferecer, sendo que se trata de uma oferta capaz de suprir as principais lacunas da União em matéria de capacidades policiais.

De entre as potencialidades da EUROGENDFOR, no quadro da PESD, destaco:

- A capacidade de colocar Forças de Polícia a actuar em ambientes instáveis e de elevada perigosidade e risco, permitindo iniciar as acções de polícia, num cenário de crise, em simultâneo ou logo a seguir a uma intervenção militar, permitindo eliminar ou reduzir o tempo durante o qual as Forças Militares asseguram as funções de polícia, essencialmente ao nível da segurança e da ordem pública;
- A capacidade de projecção rápida de Forças de Polícia, num quadro de compromisso que prevê a projecção de 800 elementos no prazo 30 dias, independentemente da localização do cenário de crise;
- A capacidade de actuar tanto sob comando civil como militar, abrindo portas à participação em operações militares ou civis e, simultaneamente, constituindo-se como uma Força especialmente apta para assegurar a fase de transição entre uma eventual primeira fase de intervenção militar e uma posterior fase de reconstrução e qualificação das estruturas e das Instituições de um Estado ou região em crise;
- A capacidade de planeamento operacional, fruto da existência de uma estrutura permanente essencialmente direccionada para tal fim: o Quartel-General Permanente, localizado em Vicenza – Itália;
- A modularidade da oferta, cobrindo todo o espectro de funções policiais, o que permite um ajustamento da Força às necessidades específicas e a todas as necessidades, em matéria de polícia, de um qualquer cenário de crise;
- A existência de um suporte doutrinal próprio para as operações da EUROGENDFOR, tanto a nível operacional como logístico, financeiro, de comunicações, etc, compatível com a doutrina, os conceitos e as regras de empenhamento da União Europeia.

- 3- O principal constrangimento resulta da falta de personalidade jurídica da EUROGENDFOR, que obriga a que o processo negocial para participação numa missão, por exemplo, tenha que ser assegurado, não pelas estruturas comuns, mas por todos e cada um dos Estados que participam nessa missão.

Tal é tanto mais relevante quanto os mecanismos de criação de Forças multinacionais, militares ou de polícia, ao nível da União Europeia, por força da redacção do actual Tratado da União Europeia, não prevêem que um conjunto de Estados-Membros possa oferecer uma Força conjunta para utilização no âmbito da PESD.

Este constrangimento faz com que uma Força da EGF envolvida num cenário de crise seja, em teoria, o somatório de um conjunto de contribuições nacionais e não uma oferta conjunta e global dos Estados EGF.

Contudo, tal como acontece na Bósnia-Herzegovina, a experiência vem mostrando que é possível superar este constrangimento, recorrendo-se a mecanismos de concertação e de coordenação prévios, no seio da EGF, que dão coerência, unicidade e visibilidade comum às contribuições individuais dos países para uma Força da EUROGENDFOR.

- 4- O Tratado de Lisboa, se vier a haver Tratado de Lisboa, alterando profundamente o processo de decisão e os mecanismos de funcionamento da União Europeia, abrirá portas à superação do constrangimento referido no ponto anterior, dado que prevê que um conjunto de Estados-Membros possa oferecer, em conjunto, uma Força, militar ou civil, à União Europeia, para utilização no âmbito da gestão internacional de crises.
- 5- A resposta a esta questão já está incluída nas respostas anteriores.
- 6- Está aqui em causa a economia de recursos. Como se disse, é muito sensível para um Estado ter Forças de Polícia em *stand-by*, à espera, exclusivamente, de uma possível projecção para cenários externos. A Segurança é uma das funções vitais de qualquer Estado e a opinião pública não perdoaria qualquer fragilização deste bem precioso que é a segurança em nome das intervenções externas, especialmente por não haver, ainda, uma consciência colectiva de que a segurança no espaço europeu se começa, hoje, a construir no exterior, muito para além dos próprios Estados que integram a União.
Em tal quadro, vem constituindo prática normal que os Estados ofereçam as mesmas Forças para os diferentes Catálogos de Capacidades.
Ora, tal implica, necessariamente, que, caso as Forças, as Equipas e as contribuições individuais oferecidas por um país se encontrem a ser utilizadas, passam, necessariamente a constituir capacidades “*dormants*” nos demais Catálogos de Capacidades para os quais tenham sido oferecidas.
É isto, exactamente, que se passa com as contribuições da GNR, dado que algumas estão inscritas nos dois Catálogos referidos. Trata-se de uma questão de boa gestão de recursos que, naturalmente, tem algumas desvantagens associadas.
- 7- A EGF, nesta sua fase de consolidação, necessita, essencialmente, de aprofundar o seu relacionamento com as Instituições Europeias responsáveis pelo planeamento,

geração de Forças e condução de operações internacionais de gestão de crises, vencer algumas resistências de origem corporativista, especialmente da parte dos responsáveis das polícias civis da Europa, e desenvolver as suas próprias capacidades em matéria de logística e comunicações.

A oferta da EUROGENDFOR é única, no sentido de que ninguém pode oferecer à paz no mundo o que a EGF oferece, sendo certo que o que a EGF oferece permite suprir algumas das fragilidades e vulnerabilidades da resposta colectiva global às crises.

Restará à EGF, apenas, vencer eventuais barreiras corporativistas, aprofundar o relacionamento com os demais actores e eliminar Algumas das suas próprias fragilidades.

Se for capaz de o fazer, a PESD, principal destinatária da actuação da EGF, sairá, naturalmente, reforçada e mais apta para cumprir os seus desígnios.

- 8- A EUROGENDFOR, não sendo um instrumento da PESD, no sentido literal, existe e foi criada, essencialmente, para ser colocada ao serviço da PESD, sem prejuízo da sua utilização a favor e a pedido de outras Organizações Internacionais, como a ONU, a NATO e a OSCE.

Em tal contexto, ciente das mais-valias da EGF, das dificuldades de recrutamento para missões PESD, especialmente no campo das funções policiais, do crescimento significativo do número e dimensão das Missões PESD e do empenho das Forças de tipo *Gendarmerie* da Europa em contribuir para a paz no mundo, através, essencialmente, deste seu instrumento comum, perspectivou um futuro de sucesso para a EUROGENDFOR.

A EGF tem, sempre, a PESD no seu horizonte e a PESD necessita da EGF e da especificidade da sua “oferta”. A PESD necessita de qualidade e a EGF garante qualidade. A PESD necessita de resposta rápida em matéria de polícia e a EGF assegura essa resposta. A PESD necessita de projectar Forças de polícia desde o primeiro momento da resposta a uma crise e a EGF é a única Força que o pode garantir.

APÊNDICE E : TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 3

- 1- As principais necessidades prendem-se com as questões dos meios materiais uma vez que a disponibilização dos meios humanos por parte dos Estados-Membros está, com maior ou menor dificuldade, assegurada.
- 2- A EUROGENDFOR apresenta como maior potencialidade a possibilidade de projectar para um Teatro de Operações uma Força Constituída (*IPU - Integrated Police Unit*), num curto período de tempo (30 dias) e capaz de efectuar missões desde a Manutenção da Ordem Pública à Investigação Criminal podendo ainda desempenhar missões militares em ambientes não estabilizados. Tem ainda a particularidade de poder actuar sob Comando Militar ou Civil.
- 3- Os maiores constrangimentos dizem respeito à falta de personalidade jurídica.
- 4- Não me parece que possam resultar grandes consequências práticas para a PESD uma vez que apesar de estar previsto a possibilidade de contribuições conjuntas, em pouco irá alterar o actual sistema do “*Call for Contributions*” da UE para as missões. As consequências para a EGF poderão ser mais animadoras uma vez que este sistema está implementado na estrutura da EGF.
- 5- A falta de personalidade jurídica reflecte-se principalmente no terreno. Por outras palavras a EGF efectua compras virtuais, todo o sistema inerente a afectação de recursos tem de passar pelo controlo efectivo dos Carabinieri segundo as suas regras e regulamentos. Por exemplo, na Missão EUFOR, na Bósnia Herzegovina, apesar de a EGF ter Orçamento próprio, a Unidade de Apoio dos Carabinieri é que efectuou as compras, depois de requisitadas pela EGF, o que torna o processo complicado, moroso e por vezes inviável.
- 6- A desvantagem que advém do facto da contribuição nacional ser de grosso modo a mesma é que poderá haver uma missão em que estrategicamente Portugal esteja interessado em participar e não poder ser possível uma vez que os meios estão empenhados noutro TO. Importa acrescentar que a contribuição para as Nações Unidas é também a mesma, o que quer dizer que a GNR contribui com uma IPU/FPU (cerca de 140 Militares) para a UE e ONU, mas na prática é a mesma Força pois se ela estiver empenhada nas Nações Unidas, como é o caso em Timor, não temos outra Força disponível para a UE. Quanto à EGF, é um pouco diferente pelo

facto da contribuição ser modular, podemos participar com um pelotão, equipas de Investigação Criminal, *Swat Team*, equipas EOD, etc., tal como acontece actualmente na EUFOR BiH.

- 7- Neste momento a personalidade jurídica é fundamental embora por só não seja fulcral pois a UE ainda tem dúvidas quanto a esta Força, muito por interferência dos Países nórdicos que não são a favor destas polícias tipo *Gendarmerie*. Penso que a participação num TO em que a União Europeia tivesse algum poder executivo poderia projectar a EGF para outros voos.
- 8- Tudo depende do interesse que a UE venha a manifestar neste tipo de Forças bem como do empenhamento estratégico e político dos 6 Governos que constituem a EUROGENDFOR na Defesa dos interesses nacionais.

APÊNDICE F : TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 4

- 1- Tendo por objectivo permitir à União Europeia desenvolver as suas capacidades civis e Militares de Gestão de Crises e de prevenção de conflitos a nível internacional, a PESD contribui para a manutenção da paz e da Segurança internacional respeitando os princípios constantes na Carta das Nações Unidas e acompanha de forma compatível as evoluções da OTAN.

Neste âmbito, parece-me que nos dias de hoje, e para uma actuação eficaz ao nível da Gestão de Crises, é cada vez mais necessário que a PESD possua rápida capacidade de actuação, com pessoal especializado e dotada de Forças multidisciplinares que cubram todo o espectro de missões no âmbito da Gestão de Crises.

- 2- A EUROGENDFOR foi criada para reforçar, não só mas prioritariamente, a PESD, tendo vindo a desenvolver toda uma doutrina que permita adaptar-se facilmente a todo o espectro de missões no âmbito da Gestão Civil de Crises.

A EGF pretende colaborar e facilitar a resolução de Crises internacionais onde esteja integrada uma componente policial, ou onde a própria EGF venha a constituir essa componente, normalmente em cenários críticos, num ambiente Civil ou em paralelo com uma componente Militar.

Neste âmbito, as mais-valias para a PESD são várias destacando-se principalmente as seguintes:

- Capacidade para projectar rapidamente (dentro de 30 dias) uma missão policial interoperável com as eventuais restantes componentes da UE, com possibilidade de englobar 800 “gendarmes” e, integrar a PESD, principalmente em quatro cenários diferentes:

1. Integrar uma componente policial PESD, no primeiro momento da sua projecção, abrindo caminho para a implantação de uma missão policial de larga escala;

2. Como componente essencial da rápida capacidade de projecção da UE num cenário de substituição das autoridades locais;

3. Como componente de uma missão policial da UE num cenário de substituição ou reforço das autoridades locais;

4. Reforçando temporariamente uma missão da UE já projectada num determinado cenário.

- A EGF tem ainda a capacidade de planear ao nível estratégico e operacional, apoiando o Secretariado Geral do Conselho (SGC) da UE ou ainda destacar pessoal para o mesmo SGC contribuindo para o processo de planeamento de uma nova missão;

- Pode ainda contribuir para o desenvolvimento doutrinal e conceptual da UE na rápida projecção de elementos de polícia, nomeadamente, no que se refere à rápida projecção de um Quartel-General para o teatro de operações, para o desenvolvimento do modelo de *Integrated Police Unit (IPU)*, na interoperabilidade entre as IPU, FPU e Elementos Especializados, no treino e condução de exercícios comuns e ainda contribuir para o melhoramento dos conceitos logístico e do sistema de comunicações e informações.

- 3- Sendo a EGF uma organização relativamente recente, e apesar dos esforços já desenvolvidos para colmatar todas as necessidades no âmbito da colaboração e actuação na Gestão de Crises internacionais a que se propõe, existem ainda alguns constrangimentos.

Desde logo o facto de ser constituída por 6 países diferentes em que a decisão para actuação em qualquer cenário tem de ser tomada pelo CIMIN (Comité Interministerial de Alto Nível) onde estão representados os 6 países através dos ministros responsáveis pelas respectivas Forças de Segurança (ou fazendo-se representar por outra entidade que possa tomar essa decisão) devendo a decisão final tomada por unanimidade. Podendo-se deduzir que nem sempre se torna num processo célere.

De momento outro constrangimento prende-se com a interoperabilidade, em termos operacionais e logísticos.

O facto de 6 Forças de Segurança diferentes, com doutrinas e modos de actuação diferentes perante um determinado cenário leva a que, quando a EGF é chamada a actuar num teatro de operações, se torne imprescindível um treino antecipado da Força antes da sua projecção para o terreno. Para se ultrapassar este constrangimento, a experiência retirada da actual missão da EGF na Bósnia e Herzegovina tem sido uma mais-valia.

O suporte logístico é outro elemento essencial para a projecção de uma Força EGF em qualquer cenário, bem como na retirada dessas mesmas Forças, assim que o mandato para a missão acabe ou haja uma decisão nesse sentido.

Doutrina está a ser desenvolvida no sentido de aumentar o nível de interoperabilidade logístico e compatibilidade entre os meios utilizados pelos seis países. Esta interoperabilidade será um factor essencial para um melhor funcionamento de toda a missão EGF, facilitando todo o processo de projecção para o terreno, manutenção do apoio logístico, bem como na retirada da Força do terreno.

- 4- Relativamente à EGF, as consequências não serão significativas tendo em conta que a EUROGENDFOR é totalmente adaptável e versátil podendo integrar (dentro das missões a que se propõe) qualquer cenário PESD (por exemplo as missões de Petersberg e algumas previstas no art.º 28-B, Secção 2, Capítulo 2 do Tratado de Lisboa).

O n.º 3, art.º 28-A, Secção 2, Capítulo 2 - DISPOSIÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA, introduzido no Tratado de Lisboa, vem especificar que “*Os Estados-Membros que constituam entre si Forças multinacionais podem também colocá-las à disposição da política comum de Segurança e Defesa*”, reforçando o objectivo de criação da EUROGENDFOR por parte dos cinco países fundadores da mesma (agora constituída por seis com a adesão da Jandarmeria da Roménia). É com este intuito, não só mas principalmente, que a EGF tem vindo a desenvolver a sua doutrina, adaptando-se constantemente à realidade do quadro internacional da Gestão de Crises.

- 5- Devido ao facto de o Tratado da EUROGENDFOR, já assinado pelos cinco países que criaram a EGF, mas que, para entrar em vigor, deve ser ratificado pelas entidades governamentais competentes desses mesmos países, a EGF não possui ainda personalidade jurídica.

Este pormenor leva a que a principal restrição se prenda com o facto de a EGF não poder realizar qualquer contrato, seja de aquisição de material ou de qualquer outro tipo, situação que entretanto está a ser colmatada pela realização individual, por parte de cada país, desses mesmos contratos. Exemplo disso é Itália, onde se encontra localizado o Quartel-General Permanente da EGF, em que apoia a EUROGENDFOR para todo e qualquer tipo de contratos com entidades externas à EGF.

Mas outros são os reflexos da falta de personalidade jurídica da EGF que poderão ser ultrapassados com a ratificação do Tratado:

- Como a possibilidade de se fazer representar no Tribunal se assim for necessário;
- Possibilidade por parte do Comandante da EGF em negociar e realizar acordos técnicos com outras Organizações Internacionais para o correcto funcionamento da EGF e para a condução de eventuais exercícios ou operações, sempre previamente mandatado pelo CIMIN;
- Esta possibilidade de coordenação directa com outras Organizações Internacionais permitirá à EGF uma melhor definição dos aspectos relacionados com

inteligência, operações, logística e toda a parte financeira da participação da EGF em operações PESD.

- 6- Para começar e, na minha opinião, sendo quase senso comum, se as contribuições forem as mesmas para o Catálogo de capacidades da UE e para a EGF poderá haver um constrangimento no caso de ambas as contribuições serem necessárias (isto no caso de a EGF ser chamada para uma missão que não UE. ex. NATO, ONU ou outra). Não se podendo utilizar as mesmas contribuições para duas organizações diferentes deverá haver uma definição de prioridades por parte da Nação.

No entanto, sendo o Catálogo de capacidades da EGF, para intervir em operações de Gestão de Crises, definido de acordo com a Declaração de Intenções, o Tratado da EGF e outros documentos politico-estratégicos, deverá estar, decerto, de acordo com outras contribuições nacionais já assumidas com diferentes organizações internacionais. Perante esta análise, e uma vez que a decisão de empenhar Forças numa missão da EGF é uma prerrogativa nacional, as capacidades declaradas no catalogo de capacidades da EGF são decerto alvo de coordenação com outros contribuições.

A vantagem em relação às contribuições para o Catálogo de capacidades da UE, e no caso de uma possível chamada da EGF para actuar no âmbito da PESD, prende-se com o facto de a UE saber de antemão que possui à sua disposição uma Força constituída por 6 dos seus Estados-Membros com rápida capacidade de projecção de acordo com o Declarado no Conselho Europeu de Santa Maria da Feira em Junho de 2000 e com os prazos estabelecidos para projecção de Forças no *Civilian Headline Goal* (30 dias depois da decisão de se iniciar uma missão, facto declarado também pela EGF).

- 7- Em relação à EGF podem-se identificar, claramente, a parte respeitante à obtenção de personalidade jurídica, facilitando toda a celeridade do processo de integração numa operação de outras Organizações Internacionais, e até numa missão isolada da própria EGF, sendo que os restantes melhoramentos estão a ser feitos e constantemente analisados quanto à sua prioridade por parte do Quartel-General Permanente da EGF, que fornece as suas análises e propostas ao CIMIN se assim for necessário ou requisitado. Podemos-nos referir à parte doutrinária de interoperabilidade operacional e logística entre as próprias unidades da EGF e entre esta e outras Organizações Internacionais, facto que tem sido tomado como prioritário e alvo de elaboração de doutrina alguma já concluída e aprovada.

No que se refere à PESD, e aos aspectos que podem ser melhorados, penso que não serei a pessoa indicada para fornecer uma resposta adequada e sólida nessa área.

- 8- As perspectivas vão no sentido de uma cooperação mais estreita na área da Gestão de Crises com a PESD.

Tal como já referido anteriormente, a EGF possui mais-valias que poderão ajudar ambas as estruturas a evoluir na área da Gestão de Crises, melhorando a capacidade de reacção a situações que sejam susceptíveis de actuação por parte da PESD.

Por parte da EGF, não só a participação em missões PESD (já participa em uma – EUFOR Operação ALTHEA) mas também a participação no desenvolvimento de doutrina e no planeamento no âmbito da Gestão de Crises são alguns dos objectivos em termos de cooperação e como possível instrumento a ser utilizado pela PESD.

APÊNDICE G : TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 5 EM INGLÊS

- 1- For Civil Crisis Management ESDP can use a lot of instruments, which many already exist, at least in EU Member States. This includes gendarmerie type capacities, but also justice, disaster relief, development assistance etc. In general EU Member States have enough Military means, but too little they can quickly dispatch for operations further away. This problem is even larger for Civilian instruments: these are even less mobilisable and fast deployable in larger numbers.
- 2- EGF has the potential to be of service to ESDP for all activities in the policing and robust policing realm. This includes stability and reconstruction, but also SSR, monitoring, Non combatant evacuation, disaster relief and developing technical cooperation with non-Member States.
- 3-
 - a. EGF Member States disagree politically whether EGF should be used
 - b. EGF has too few Member States, making the EU Member States or UN will not agree to ask EGF for the mission
 - c. At present EGF Member States and EGF are only focused on 'Balkan type' transition phase type of missions. Others types of activities they are not so likely to volunteer for.
- 4- I have been following discussions and Treaties on ESDP for some 15 years now. I do not think the Lisbon Treaty will be a breakthrough for ESDP, but another step, making EU's ambitions more clear and raising the level of ambitions.
The real question is whether Member States are willing and able to put these at the disposal of joint European operations, whether they will react faster to Crises, make greater contributions to operations, cooperate better in operations and lessen differences on tactical levels. As for robust policing: EGF can solve these problems to some degree.
- 5- The fact that EGF couldn't act without permission of the others member-countries is a real problem. There are too few countries in EGF to have a large voice in EU decision making on new operations. That's why EGF needs more member states.

I do not see EGF's autonomy as a limitation for its success. If it would be an EU body only it would limit chances working for UN, OSCE and a coalition of the willing of EU or other states. Now it can work for all and for all kind of coalitions. EGF's autonomy does create some confusion as to what kind of organization it is, but this factor is think smaller than the advantage of being able to operate for others than the EU.

- 6- The big disadvantage is that it creates confusion: 'why do we have the EGF if it offers the same as is stated in the EU Catalogue?'

Big advantage is using the same terminology and system: if the EU requests some capabilities it is immediately clear for EGF and gendarmerie forces what kind of units and which precise units are requested for.

- 7- a. EGF should have more Member States

b. EGF should start more operations

c. EGF should prepare for more than transition phase operations, but also the kind of activities mentioned in 2a.

- 8- - EGF has great potential. Also because the US or other major world powers do not have similar instruments
- EGF could be used to mobilize more capacity for (robust) policing operations
 - EGF could be a provider of many and many kind of ESDP operations.
 - EGF could be used to develop or intensify security cooperation with, professionalize security forces in and increase security in many countries in EU-neighbour states, but also in Africa, Latin America and Eastern Europe.

ANEXOS

ANEXO H: EXTRACTO DO TRATADO QUE INSTITUI A EGF

O Reino de Espanha,
A República Francesa,
A República Italiana,
O Reino dos Países Baixos,
e

A República Portuguesa,

Doravante referidos como “Partes”,

Considerando a Declaração de Intenções relativa à EUROGENDFOR, assinada em Noordwijk, a 17 de Setembro de 2004;

Considerando o Tratado do Atlântico Norte, assinado em Washington, a 4 de Abril de 1949;

Considerando a Carta das Nações Unidas, assinada em S. Francisco, a 26 Junho de 1945;

Considerando a Convenção entre os Estados parte no Tratado do Atlântico Norte sobre o estatuto das suas Forças, assinada em Londres, a 19 de Junho de 1951;

Considerando o Tratado da União Europeia, alterado pelo Tratado de Nice, assinado a 26 de Fevereiro de 2001;

Considerando a Acta Final da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, assinada em Helsínquia, a 1 de Agosto de 1975;

Considerando o Acordo entre os Estados-Membros da União Europeia relativo ao estatuto do pessoal Militar e Civil destacado nas Instituições da União Europeia, dos quartéis-generais e das Forças que poderão ser postos à disposição da União Europeia no âmbito da preparação e da execução das operações referidas no n.º 2 do artigo 17.º do Tratado da União Europeia, incluindo exercícios, bem como do pessoal Militar e Civil dos Estados-Membros da União Europeia destacado para exercer funções neste contexto, assinado em Bruxelas, a 17 de Novembro de 2003;

Contribuindo para o desenvolvimento da identidade europeia de Segurança e Defesa e para o reforço da Política Europeia de Segurança e Defesa; 3

Acordam no seguinte:

Capítulo I
Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

1. O objecto do presente Tratado é instituir a Força de Gendarmerie Europeia, que deverá ser operacional, pré-organizada, robusta e rapidamente projectável, constituída exclusivamente por elementos das Forças policiais com estatuto Militar das Partes, visando assegurar todas as funções policiais no âmbito das operações de Gestão de Crises.
2. O presente Tratado define os princípios fundamentais relativos aos objectivos, ao estatuto e às modalidades de organização e de actuação da Força de Gendarmerie Europeia, doravante referida como EUROGENDFOR ou EGF.

Artigo 2.º

Princípios

O presente Tratado tem por base a aplicação dos princípios da reciprocidade e da repartição de custos.

Artigo 3.º

Definições

Para os efeitos do presente Tratado, a expressão:

- a) EUROGENDFOR designa a Força policial multinacional com estatuto Militar composta por:
 - i) Um Quartel-General Permanente;
 - ii) Forças da EGF designadas pelas Partes, após a transferência de autoridade.
- b) QUARTEL-GENERAL PERMANENTE designa o Quartel-General Permanente multinacional, modular e projectável, sediado em Vicenza (Itália). O papel e a estrutura do Quartel-General Permanente e o seu envolvimento numa operação são aprovados pelo CIMIN;
- c) PESSOAL DO QUARTEL-GENERAL PERMANENTE designa os elementos da Força policial com estatuto Militar, nomeados pelas Partes para o Quartel-General Permanente, bem como um número limitado de pessoal Civil designado pelas Partes para apoiar de forma permanente o funcionamento do Quartel-General Permanente, em funções de assessoria ou apoio;
- d) FORÇAS DA EGF designam os elementos das Forças policiais com estatuto Militar, nomeados pelas Partes para a EUROGENDFOR, para levar a cabo uma missão ou

um exercício, após a transferência de autoridade, e um número limitado de outros elementos designados pelas Partes com funções de assessoria ou apoio;

- e) QUARTEL-GENERAL DA FORÇA designa o quartel-general multinacional activado numa área de operação, com o objectivo de apoiar o Comandante da Força da EGF no exercício do comando e do controlo da missão;
- f) PESSOAL DA EUROGENDFOR designa o Pessoal do Quartel-General Permanente e os elementos das Forças da EGF;
- g) CIMIN: designa o Comité Interministerial de Alto Nível. É o órgão responsável pela tomada de decisões relativas à EUROGENDFOR;
- h) COMANDANTE DA EGF designa o oficial, nomeado pelo CIMIN, para comandar o Quartel-General Permanente e, quando apropriado, as Forças da EGF;
- i) COMANDANTE DA FORÇA DA EGF designa o oficial, nomeado pelo CIMIN, para comandar uma missão da EGF;
- j) ESTADO DE ORIGEM designa a Parte que contribui com Forças e/ou pessoal para a EUROGENDFOR;
- k) ESTADO ANFITRIÃO designa a Parte em cujo território o Quartel-General Permanente está sediado;
- l) ESTADO DE ACOLHIMENTO designa a Parte em cujo território as Forças da EGF se encontram estacionadas ou em trânsito;
- m) ESTADO CONTRIBUINTE designa um Estado que, não sendo Parte neste Tratado, participa nas missões e nas tarefas da EUROGENDFOR;
- n) MEMBRO(S) DA FAMÍLIA significa:
 - i) O cônjuge de um elemento do Pessoal do Quartel-General Permanente;
 - ii) Qualquer outra pessoa que viva em união de facto registada com um elemento do Pessoal do Quartel-General Permanente, com base na legislação do Estado de Origem, desde que a legislação do Estado Anfitrião considere as uniões de facto registadas como sendo equivalentes ao casamento e em conformidade com as condições estipuladas na legislação aplicável do Estado Anfitrião;
 - iii) Os descendentes directos com idade inferior a 21 anos ou que sejam dependentes, bem como os do cônjuge ou companheiro(a), conforme definido na subalínea ii);

- iv) Os familiares directos na linha ascendente que sejam dependentes, bem como os do cônjuge ou companheiro(a), conforme definido na subalínea ii).

Capítulo II

Missões, Empenhamento e projecção

Artigo 4.º

Missões e tarefas

1. Em conformidade com o mandato de cada operação, actuando independentemente ou em conjunto com outras Forças, a EUROGENDFOR deverá ter capacidade para assegurar todo o espectro de missões policiais, por via da substituição ou do reforço, durante todas as fases de uma operação de Gestão de crise.
2. As Forças da EGF poderão ser colocadas tanto sob autoridade Civil como sob comando Militar.
3. A EUROGENDFOR poderá ser utilizada para:
 - a) Desempenhar missões de Segurança e de ordem pública;
 - b) Monitorizar, aconselhar, orientar e fiscalizar a polícia local no seu trabalho quotidiano, incluindo a investigação criminal;
 - c) Levar a cabo a vigilância pública, a regulação do trânsito, o policiamento de fronteiras e o serviço geral de informações;
 - d) Desempenhar funções em matéria de investigação criminal, incluindo a detecção de infracções, a identificação dos infractores e a sua entrega às autoridades judiciais competentes;
 - e) Proteger as pessoas e os bens e manter a ordem em caso de alterações à ordem pública;
 - f) Ministras formação aos elementos policiais, de acordo com os padrões internacionais;
 - g) Formar instrutores, designadamente através de programas de cooperação.

Artigo 5.º

Enquadramento das missões

A EUROGENDFOR poderá ser colocada à disposição da União Europeia (UE), bem como das Nações Unidas (ONU), da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e de outras organizações internacionais ou de uma coligação ad hoc.

Artigo 6.º

Condições de empenhamento e de projecção

1. As condições de empenhamento e de projecção da EUROGENDFOR, definidas pelo CIMIN caso a caso, deverão ser reguladas por um mandato específico para cada operação e ser objecto dos acordos necessários entre as Partes e a organização requerente.
2. Para preparar as missões confiadas à EUROGENDFOR, as Partes poderão, sob direcção do CIMIN, estacionar e projectar as suas Forças e pessoal no território das outras Partes.
3. O estacionamento e a projecção no território de um terceiro Estado serão regulados por um acordo entre os Estados de Origem e o terceiro Estado, especificando as condições de tal estacionamento e projecção, tendo em conta os princípios fundamentais do presente Tratado.

Capítulo III

Aspectos institucionais e jurídicos

Artigo 7.º

CIMIN

1. O CIMIN é composto por representantes dos competentes ministérios de cada Parte. A escolha dos representantes é uma responsabilidade nacional. Os detalhes específicos relativos à composição, à estrutura, à organização e ao funcionamento do CIMIN serão definidos por regras a adoptar pelo CIMIN.
2. As decisões e as directivas do CIMIN são adoptadas por unanimidade.
3. As atribuições gerais do CIMIN são as seguintes:
 - a) Exercer o controlo político da EUROGENDFOR, emitir orientações estratégicas e assegurar a coordenação político-Militar entre as Partes e, quando apropriado, com os Estados Contribuintes;
 - b) Nomear o Comandante da EGF e dar-lhe directivas;
 - c) Aprovar o papel e a estrutura do Quartel-General Permanente, bem como os critérios de rotação das posições-chaves do Quartel-General Permanente;

- d) Nomear o Presidente do Conselho Financeiro e decidir sobre os critérios de rotação da sua presidência;
 - e) Monitorizar a implementação dos objectivos estabelecidos no presente Tratado;
 - f) Aprovar os objectivos e o programa de formação anuais, propostos pelo Comandante da EGF;
 - g) Decidir sobre:
 - i) A participação da EUROGENDFOR em missões;
 - ii) A participação dos Estados Contribuintes em missões da EUROGENDFOR;
 - iii) Pedidos de cooperação formulados por terceiros Estados, organizações internacionais ou outros.
 - h) Elaborar o enquadramento das acções conduzidas pela EUROGENDFOR ou a pedido da UE, da ONU, da OSCE, da OTAN, de outras organizações internacionais ou de uma coligação ad hoc;
 - i) Definir o enquadramento para cada missão, quando apropriado em consulta com as organizações internacionais relevantes, nomeadamente:
 - i) A designação do Comandante da Força da EGF;
 - ii) O envolvimento do Quartel-General Permanente na cadeia de comando.
 - j) Aprovar a estrutura do Quartel-General da Força;
 - k) Orientar e avaliar as actividades da EUROGENDFOR em caso de projecção;
 - l) Decidir sobre a necessidade de celebração dos acordos de Segurança referidos no número 3 do Artigo 12.º.
4. O CIMIN aprova as principais medidas relativas aos aspectos administrativos do Quartel-General Permanente e da projecção da EUROGENDFOR, em particular o orçamento anual e outras questões financeiras, em conformidade com o Capítulo X do presente Tratado.
5. O CIMIN, de acordo com as suas directivas específicas:

- a) Avalia o preenchimento das condições para adesão ao presente Tratado, em conformidade com o disposto no Artigo 42.º, e encaminha a sua proposta às Partes para aprovação;
- b) Decide sobre a atribuição do Estatuto de Observador, no âmbito da EUROGENDFOR, em conformidade com o disposto no Artigo 43.º do presente Tratado;
- c) Decide sobre a atribuição do Estatuto de Parceiro, no âmbito da EUROGENDFOR, em conformidade com o disposto no Artigo 44.º do presente Tratado.

6. As reuniões do CIMIN são realizadas de acordo com os regulamentos internos adoptados pelo CIMIN.

Artigo 8.º

Comandante da EGF

O Comandante da EGF desempenha as seguintes funções principais:

- a) Comandar o Quartel-General Permanente e estabelecer as regras necessárias ao seu funcionamento;
- b) Implementar as directivas recebidas do CIMIN;
- c) Sob mandato expresse das Partes, através do CIMIN e em seu nome, negociar e celebrar os acordos ou protocolos técnicos necessários ao funcionamento adequado da EUROGENDFOR e à realização de exercícios ou operações em território de um terceiro Estado;
- d) Adoptar todas as medidas necessárias, em conformidade com a legislação do Estado Anfitrião, para manter a ordem e a Segurança no interior das instalações e, quando necessário, no exterior das mesmas, com o consentimento prévio e a assistência das autoridades do Estado Anfitrião;
- e) Elaborar o orçamento dos custos comuns da EUROGENDFOR e, após o fecho do ano fiscal, elaborar o relatório final relativo às despesas da EUROGENDFOR do ano em questão;
- f) Comandar as Forças da EGF, quando apropriado.

Artigo 9.º

Capacidade Jurídica

1. Para atingir os seus objectivos e executar as suas missões e tarefas previstas no presente Tratado, a EUROGENDFOR dispõe, no território de cada uma das Partes, de capacidade jurídica para celebrar contratos. Consequentemente, a EUROGENDFOR poderá comparecer em tribunal, quando necessário.
2. Para os efeitos previstos no número 1 do presente Artigo, a EUROGENDFOR será representada pelo Comandante da EGF ou por qualquer outra pessoa expressamente designada pelo Comandante da EGF para agir em seu nome.
3. O Comandante da EGF e o Estado Anfitrião poderão acordar que o Estado Anfitrião aja, por sub-rogação, em todas as acções em que a EUROGENDFOR seja Parte perante os tribunais daquele Estado. Nesse caso, a EUROGENDFOR deverá reembolsar as despesas efectuadas.

Capítulo IV

Instalações do Quartel-General Permanente

Artigo 10.º

Instalações cedidas pelo Estado Anfitrião

1. O Estado Anfitrião compromete-se a fornecer gratuitamente à EUROGENDFOR as instalações do Quartel-General Permanente, necessárias à realização das suas missões. Estas instalações são identificadas num documento específico aprovado pelo CIMIN.
2. O Estado Anfitrião tomará todas as medidas adequadas a assegurar, ao Quartel-General Permanente, a disponibilidade dos serviços necessários, em particular a electricidade, a água, o gás natural, os serviços postais, os serviços de telecomunicações (telefone e telégrafo), a recolha de resíduos e a protecção contra incêndios. As condições relativas aos serviços de apoio prestados pelo Estado Anfitrião serão adicionalmente especificadas nos protocolos de implementação entre as competentes autoridades das Partes.

Artigo 11.º

Autorização de acesso

Após a recepção de um pedido fundamentado, o Comandante da EGF deve autorizar os funcionários do serviço competente a inspeccionar, reparar, manter, reconstruir ou transferir instalações, redes eléctricas e canalizações da infra-estrutura do Quartel-General Permanente, desde que essas actividades não constituam obstáculo ao funcionamento normal e à Segurança.

Capítulo V

Protecção da informação

Artigo 12.º

Protecção da informação

1. Os princípios básicos e os requisitos mínimos de protecção da informação ou materiais classificados deverão ser definidos num acordo de Segurança entre as Partes.
2. As Partes tomarão todas as medidas adequadas, em conformidade com as suas obrigações internacionais e a legislação e regulamentos nacionais, para proteger toda a informação ou material classificados, produzidos ou emitidos pela EUROGENDFOR.
3. A troca de informação ou materiais classificados com terceiros Estados ou organizações internacionais deverá ser regulada por acordos de Segurança específicos, que serão negociados, assinados e aprovados pelas Partes.

Capítulo VI

Disposições relativas ao Pessoal

Artigo 13.º

Respeito pela legislação em vigor

O Pessoal da EUROGENDFOR e os membros das suas famílias devem respeitar a legislação em vigor no Estado Anfitrião ou no Estado de Acolhimento. Adicionalmente, o Pessoal da EUROGENDFOR deve abster-se de levar a cabo quaisquer actividades incompatíveis com o espírito do presente Tratado, enquanto permanecer em território do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento.

Artigo 14.º

Entrada e permanência

No que respeita às normas relativas à imigração e às formalidades previstas na legislação que regula as condições de entrada e permanência, o Pessoal do Quartel-General Permanente e os membros das suas famílias não se encontram sujeitos às normas aplicáveis a estrangeiros em vigor no Estado Anfitrião.

Artigo 15.º

Aspectos jurídicos e médicos em caso de óbito

1. Em caso de óbito de um elemento do pessoal Militar ou Civil, um representante do Estado de Origem está autorizado a presenciar a autópsia, quando as autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento solicitem que esta seja realizada no âmbito de um processo judicial ou administrativo.
2. As autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento deverão autorizar a trasladação dos restos mortais para o Estado de Origem, de acordo com as normas aplicáveis em vigor no Estado Anfitrião ou no Estado de Acolhimento.

Artigo 16.º

Uniformes e armas

1. O Pessoal da EUROGENDFOR faz uso do uniforme de acordo com as respectivas normas nacionais. O Comandante da EGF pode estabelecer procedimentos específicos, quando apropriado.
2. O Pessoal da EUROGENDFOR pode deter, possuir e transportar armas, munições, outros sistemas de armas e explosivos, nos termos em que estejam autorizados a fazê-lo e em conformidade com a legislação do Estado Anfitrião e do Estado de Acolhimento.

Artigo 17.º

Cartas de condução

As cartas de condução Militares emitidas por cada uma das Partes são igualmente válidas no território dos demais Estados Parte no presente Tratado, permitindo aos titulares a condução de todos os veículos da EUROGENDFOR na respectiva categoria, quando em serviço oficial.

Artigo 18.º

Assistência Médica

1. O Pessoal da EUROGENDFOR e os membros das suas famílias beneficiam de assistência médica nas mesmas condições em que esta é garantida ao Pessoal da mesma graduação ou de categoria equivalente do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento.
2. Os cuidados médicos serão assegurados em conformidade com as modalidades definidas pelas autoridades competentes das Partes.

Capítulo VII

Privilégios e imunidades

Artigo 19.º

Impostos e direitos alfandegários

1. Quando utilizados para fins oficiais, os activos, os rendimentos e outros bens pertencentes à EUROGENDFOR, estão isentos de qualquer tipo de tributação directa.
2. A aquisição, por um valor substancial, de bens ou serviços, efectuada pela EUROGENDFOR para uso oficial, está isenta do imposto sobre o volume de negócios e de outras formas de tributação indirecta.
3. A importação de bens e mercadorias necessários para uso oficial da EUROGENDFOR está isenta de direitos alfandegários e de outras formas de tributação indirecta.
4. Os veículos da EUROGENDFOR, destinados a uso oficial, estão isentos de impostos relativos ao registo e circulação automóvel.

5. As disposições dos números 1, 2 e 3 do presente Artigo não se aplicam às Forças da EGF.
6. A aquisição e a importação de combustíveis e de lubrificantes necessários ao uso oficial da EUROGENDFOR estão isentas de direitos alfandegários e de outros impostos indirectos. Esta isenção não se aplica às aquisições e às importações efectuadas pelas Forças da EGF no seu próprio território nacional.
7. Os bens e as mercadorias adquiridos ou importados, e que se encontrem isentos ou que beneficiem do direito de reembolso, nos termos do presente Artigo, apenas podem ser cedidos ou colocados à disposição de um terceiro, a título gratuito ou oneroso, de acordo com as condições definidas pela Parte que concede as isenções ou os reembolsos.
8. Em todo o caso, não é concedida qualquer isenção à EUROGENDFOR por impostos e taxas que constituam pagamento de serviços de utilidade pública.
9. Nenhuma isenção de taxas ou impostos, de qualquer natureza, pode ser concedida na aquisição de material e equipamentos Militares.

Artigo 20.º

Privilégios individuais

1. O Pessoal da EUROGENDFOR mencionado na alínea c) do Artigo 3.º, que não seja residente permanente ou nacional do Estado Anfitrião, no momento da sua primeira chegada para desempenhar funções nesse Estado, pode – no prazo de um ano a partir do momento da sua primeira chegada e num máximo de duas remessas – importar do Estado da sua última residência ou do Estado da sua nacionalidade os seus bens e mobiliário pessoais, incluindo um veículo motorizado, com isenção de direitos alfandegários e de outros impostos indirectos, ou adquirir, isentos de imposto sobre o volume de negócios, tais bens por um valor substancial no Estado Anfitrião.
2. As disposições do número 1 do presente Artigo apenas se aplicarão ao pessoal destacado pelo período mínimo de um ano.
3. Para aplicação das disposições do presente Artigo, o elemento do pessoal em causa deverá apresentar um requerimento às autoridades do Estado Anfitrião, no prazo de um ano após a sua primeira chegada.
4. Os bens que tenham sido importados livres de impostos ao abrigo do número 1 do presente Artigo podem ser reexportados gratuitamente.
5. Os veículos motorizados referidos no número 1 do presente Artigo e os que se encontrem registados noutro Estado-Membro da União Europeia, até ao limite de um veículo por cada elemento do pessoal acima mencionado, estão isentos de impostos relativos ao registo e circulação automóvel, durante o período em que esse elemento se encontre em serviço no Estado Anfitrião.

Artigo 21.º

Inviolabilidade das instalações, dos edifícios e dos arquivos

1. As instalações e os edifícios da EUROGENDFOR são invioláveis no território das Partes.
2. As autoridades das Partes não podem entrar nas instalações e nos edifícios, referidos no número 1 do presente Artigo, sem o consentimento prévio do Comandante da EGF ou, quando aplicável, do Comandante da Força da EGF. Presume-se o consentimento em caso de catástrofe natural, de incêndio ou de qualquer outra ocorrência que exija medidas de protecção e socorro imediatas. Noutros casos, o Comandante da EGF ou, quando aplicável, o Comandante da Força da EGF, deverá ponderar seriamente um pedido de autorização, proveniente das autoridades das Partes, para entrar nas instalações e nos edifícios, sem prejuízo dos interesses da EUROGENDFOR.
3. Os arquivos da EUROGENDFOR são invioláveis. A inviolabilidade dos arquivos estende-se a todos os registos, correspondência, manuscritos, fotografias, filmes, gravações, documentos, dados informáticos, ficheiros informáticos ou qualquer outro dispositivo de armazenamento de dados pertencente à EUROGENDFOR, ou na posse desta, independentemente do local onde se encontrem no território das Partes.

Artigo 22.º

Imunidade de execução

A propriedade e os fundos da EUROGENDFOR, bem como os bens que tenham sido colocados à sua disposição para fins oficiais, independentemente do local onde se encontrem e de quem seja o seu detentor, deverão beneficiar de imunidade relativamente a todas as medidas executivas em vigor no território das Partes.

Artigo 23.º

Aspectos relativos a comunicações

1. As Partes tomarão todas as medidas razoáveis destinadas a assegurar a boa transmissão das comunicações oficiais da EUROGENDFOR.
2. A EUROGENDFOR tem o direito de receber e transmitir mensagens encriptadas, bem como de enviar e receber correspondência e encomendas oficiais por correio ou em embalagens seladas, não podendo os mesmos ser abertos ou confiscados.
3. As comunicações endereçadas à EUROGENDFOR, ou recebidas pela mesma, não podem ser objecto de interceptação ou interferência.

Artigo 24.º

Domicílio fiscal

No que respeita aos impostos sobre o rendimento e sobre o património, o Pessoal do Quartel-General Permanente que estabeleça a sua residência no Estado Anfitrião, apenas

por motivos do exercício das suas funções ao serviço do Quartel-General Permanente, será considerado como mantendo o seu domicílio fiscal, para efeitos de impostos, no Estado de Origem responsável pelo pagamento das remunerações devidas pelo serviço prestado no Quartel-General Permanente. A presente disposição aplica-se igualmente aos membros da família que não exerçam actividades profissionais ou comerciais no Estado Anfitrião.

Capítulo VIII

Disposições em matéria de jurisdição penal e disciplinar

Artigo 25.º

Jurisdição penal e disciplinar

1. As autoridades do Estado de Origem terão o direito de exercer toda a jurisdição penal e disciplinar, que lhes é conferida pela legislação do Estado de Origem, sobre o pessoal Militar e Civil, quando este último esteja sujeito à legislação aplicável a todas ou qualquer uma das Forças policiais com estatuto Militar do Estado de Origem, em razão da sua projecção com aquelas Forças.
2. As autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Origem terão o direito de exercer jurisdição sobre o pessoal Militar e Civil e os membros das suas famílias, relativamente às infracções cometidas nos respectivos territórios e que sejam puníveis pela legislação desse Estado.
3. As autoridades do Estado de Origem terão o direito de exercer jurisdição exclusiva sobre o pessoal Militar e Civil, quando este último esteja sujeito à legislação aplicável a todas ou qualquer uma das Forças policiais com estatuto Militar do Estado de Origem, em razão da sua projecção com aquelas Forças, relativamente a infracções, incluindo as referentes à sua Segurança, puníveis pela legislação do Estado de Origem, mas não pela legislação do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento.
4. As autoridades do Estado Anfitrião e do Estado de Acolhimento terão o direito de exercer jurisdição exclusiva sobre o pessoal Militar e Civil e os membros das suas famílias relativamente às infracções, incluindo as referentes à sua Segurança, puníveis pela legislação do Estado de Acolhimento, mas não pela legislação do Estado de Origem.
5. Nos casos de jurisdição concorrente, deverão aplicar-se as seguintes regras:
 - a) As autoridades competentes do Estado de Origem deverão ter o direito de exercer prioritariamente a sua jurisdição sobre o pessoal Militar e Civil quando este último esteja sujeito à legislação aplicável a todas ou qualquer uma das Forças policiais com estatuto Militar do Estado de Origem, em razão da sua projecção com aquelas Forças, relativamente às:
 - i) Infracções exclusivamente contra o património ou Segurança desse Estado, ou infracções unicamente contra as pessoas ou propriedade do pessoal Militar ou Civil desse Estado ou de um membro da sua família;

- ii) Infracções resultantes de todo e qualquer acto ou omissão cometidos no exercício de serviço oficial;
 - b) No caso de qualquer outra infracção, as autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento deverão ter o direito de exercer prioritariamente a sua jurisdição;
 - c) Se o Estado com direito de exercer prioritariamente a sua jurisdição decidir não a exercer, deverá notificar, logo que possível, as autoridades do outro Estado. As autoridades do Estado com direito de exercer prioritariamente a sua jurisdição deverão examinar com espírito de boa vontade os pedidos de renúncia a esse direito, apresentados pelas autoridades do outro Estado, nos casos em que este último Estado considere que tal renúncia se reveste de particular importância.
6. Para os efeitos do previsto nos números 3, 4 e 5 do presente Artigo, são consideradas como sendo infracções cometidas contra a Segurança de um Estado:
- a) Traição contra o Estado;
 - b) Sabotagem, espionagem ou violação de normas relativas a segredos de Estado ou a informações secretas relativas à Defesa nacional desse Estado.
7. As disposições do presente Artigo não implicarão para as autoridades do Estado de Origem qualquer direito de exercer jurisdição sobre os cidadãos nacionais do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento, ou que neles residam habitualmente, a menos que sejam elementos da Força do Estado de Origem.

Artigo 26.º

Auxílio judiciário mútuo

1. As Partes deverão auxiliar-se mutuamente na detenção de elementos de uma Força ou da sua componente Civil ou de membros das suas famílias, no território do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento, bem como na apresentação dos mesmos à autoridade competente para exercer a jurisdição, em conformidade com as disposições supracitadas.
2. As autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento deverão notificar prontamente as autoridades Militares do Estado de Origem sobre a detenção de qualquer elemento de uma Força ou da sua componente Civil ou de membros das suas famílias.
3. A custódia de um elemento de uma Força ou da sua componente Civil sobre quem recaia uma acusação e sobre o qual o Estado Anfitrião ou o Estado de Acolhimento decida exercer o seu direito de jurisdição, deverá, se aquele elemento estiver à guarda do Estado de Origem, manter-se com esse Estado até ser formalmente acusado pelo Estado Anfitrião ou pelo Estado de Acolhimento.

4. As Partes deverão auxiliar-se mutuamente na realização de todas as investigações relativas às infracções, bem como na recolha e na produção de prova, incluindo a apreensão e, quando apropriado, a entrega dos objectos relacionados com a infracção. A entrega desses objectos pode, contudo, ser sujeita a devolução no prazo definido pela autoridade que procedeu à sua entrega.
5. Nos casos de jurisdição concorrente, as Partes informar-se-ão reciprocamente sobre o andamento dado aos respectivos processos.
6. As autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento deverão examinar com espírito de boa vontade os pedidos de auxílio das autoridades do Estado de Origem, no sentido de penas privativas da liberdade decretadas pelas autoridades do Estado de Origem serem executadas no território do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento, nos termos do presente Artigo.

Artigo 27.º

Repatriamento, ausência e afastamento

1. Quando um elemento do Pessoal da EUROGENDFOR deixar de estar ao serviço da sua Força e não tenha sido repatriado, as autoridades do Estado de Origem deverão notificar imediatamente as autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento e fornecer toda a informação considerada útil.
2. As autoridades do Estado de Origem deverão informar, igualmente, as autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento sobre qualquer ausência ilegal do serviço que exceda os vinte e um dias.
3. Se o Estado Anfitrião ou o Estado de Acolhimento requerer o afastamento do seu próprio território de elementos do Pessoal da EUROGENDFOR ou tenha sido emitida uma ordem de expulsão para elementos do Pessoal da EUROGENDFOR ou membros das suas famílias, as autoridades do Estado de Origem deverão acolhê-los no seu território, ou permitir que abandonem o território do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento.

Capítulo IX

Responsabilidade por danos

Artigo 28.º

Renúncia

1. Cada uma das Partes renunciará a todos os pedidos de reparação contra qualquer outra Parte, por danos causados em bens de que é proprietária, no âmbito da preparação e execução de tarefas mencionadas no presente Tratado, incluindo exercícios, se tais danos:
 - a) Tiverem sido causados por Pessoal da EUROGENDFOR, no exercício das suas funções no âmbito do presente Tratado; ou

- b) Resultarem da utilização de qualquer veículo, navio, aeronave, arma ou outro equipamento pertencente à outra Parte e utilizado ao seu serviço, desde que o veículo, o navio, a aeronave, a arma ou o equipamento causador do dano estivesse a ser utilizado no âmbito do presente Tratado ou que os danos tenham sido causados em bens que estivessem a ser utilizados no mesmo âmbito.
- 2. Cada uma das Partes renunciará a todos os pedidos de reparação contra qualquer outra Parte, em caso de ferimentos ou morte de Pessoal da EUROGENDFOR no exercício das suas funções oficiais.
- 3. A renúncia mencionada nos números 1 e 2 do presente Artigo não se aplicará, no caso de o dano, o ferimento ou a morte resultarem de negligência grosseira ou conduta dolosa do pessoal de uma das Partes, caso em que a reparação pelo dano, ferimento ou morte será consequentemente da responsabilidade dessa Parte.
- 4. Não obstante a excepção mencionada no número 3 do presente Artigo, cada Parte renuncia aos pedidos de indemnização nos casos em que o dano seja inferior a um valor a ser definido pelo CIMIN.

Artigo 29.º

Danos causados a terceiros

- 1. Em caso de danos causados a terceiros ou em bens pertencentes a terceiros por um elemento ou bem pertencente a uma das Partes, na preparação e execução das missões previstas no presente Tratado, incluindo exercícios, a reparação dos referidos danos será repartida entre as Partes, de acordo com o disposto nos acordos ou protocolos de implementação mencionados no Artigo 45.º e em conformidade com as seguintes disposições:
 - a) Os pedidos de reparação serão apresentados, analisados e negociados ou decididos, em conformidade com a legislação e os regulamentos do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento, no que respeita aos pedidos de reparação decorrentes das actividades da EUROGENDFOR;
 - b) O Estado Anfitrião ou o Estado de Acolhimento poderão negociar ou decidir qualquer um dos referidos pedidos de reparação, sendo o pagamento dos montantes acordados ou decididos efectuado pelo Estado Anfitrião ou pelo Estado de Acolhimento, em Euros;
 - c) Este pagamento, resultante de acordo ou de sentença proferida por tribunal competente do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento, ou a decisão definitiva de tribunal competente que recuse o pagamento, terá carácter definitivo e obrigatório para as Partes envolvidas;
 - d) Cada uma das indemnizações pagas pelo Estado Anfitrião ou pelo Estado de Acolhimento deverá ser comunicada aos Estados de Origem envolvidos, juntamente com uma informação detalhada e uma proposta de repartição

elaborada em conformidade com o presente Artigo. Na falta de resposta no prazo de dois meses, a proposta de repartição será considerada como aceite.

2. Contudo, se os referidos danos resultarem de negligência grosseira ou de conduta dolosa do pessoal de uma das Partes, os custos resultantes da sua reparação serão suportados exclusivamente por essa Parte.
3. Nenhum elemento do Pessoal da EUROGENDFOR será sujeito a qualquer procedimento visando a execução de sentença contra si proferida no Estado Anfitrião ou no Estado de Acolhimento, por uma situação resultante do desempenho de um serviço oficial.
4. Sem prejuízo da responsabilidade individual, no caso de danos causados a terceiros ou em bens pertencentes a terceiros, por uma pessoa ou bem pertencente a uma das Partes, fora do exercício de funções oficiais, os respectivos pedidos de reparação serão tratados do seguinte modo:
 - a) As autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento examinarão o pedido de reparação e avaliarão, de forma justa e equitativa, a indemnização devida ao requerente, tendo em conta todas as circunstâncias do caso, incluindo a conduta do lesado, devendo elaborar um relatório sobre o assunto;
 - b) O relatório será remetido às autoridades do Estado de Origem, que decidirão então, sem demora, se concedem um pagamento a título voluntário, e, nesse caso, em que montante;
 - c) Se for feita uma proposta de pagamento a título voluntário, e esta for aceite pelo requerente a título de reparação integral pelos danos sofridos, as autoridades do Estado de Origem efectuarão elas mesmas o pagamento e notificarão as autoridades do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento da sua decisão e do montante pago;
 - d) O disposto no presente número não prejudica, em caso algum, a jurisdição dos tribunais do Estado Anfitrião ou do Estado de Acolhimento, em caso de interposição de uma acção contra o Pessoal da EUROGENDFOR, a menos que ou até que tenha sido efectuado o pagamento correspondente à integral satisfação do pedido de reparação dos danos.

Artigo 30.º

Análise das circunstâncias

Sem prejuízo do disposto no Artigo 31.º do presente Tratado, em caso de dúvida sobre se os danos foram causados ou não no exercício de funções oficiais, o CIMIN tomará uma decisão, após ter analisado o relatório circunstanciado elaborado pelo Comandante da EGF.

Artigo 31.º

Exercícios e operações

Em caso de um exercício ou de uma operação a realizar no território de um terceiro Estado, o método de distribuição das compensações entre as Partes e, quando apropriado, os

Estados Contribuintes, pode ser especificado num acordo ad hoc que regule o exercício ou a operação.

Artigo 32.º

Peritos técnicos ou científicos

As disposições constantes dos Capítulos VIII e IX do presente Tratado aplicar-se-ão igualmente ao cidadão de uma das Partes, que, não sendo membro do pessoal Militar ou Civil, desempenhe uma missão específica de natureza técnica ou científica no âmbito da EUROGENDFOR e apenas durante o período dessa missão.

Capítulo X

Disposições financeiras e relativas a direitos de propriedade

Artigo 33.º

Conselho Financeiro

1. É criado um Conselho Financeiro, composto por um perito financeiro nomeado por cada uma das Partes.
2. O Conselho Financeiro desempenha as seguintes funções:
 - a) Assessorar o CIMIN sobre assuntos financeiros e orçamentais;
 - b) Implementar os procedimentos financeiros, contratuais e orçamentais, e propor, quando necessário, alterações à fórmula de repartição de custos, a submeter à aprovação do CIMIN;
 - c) Analisar o projecto de orçamento e o planeamento de despesas a médio prazo, propostos pelo Comandante da EGF e a submeter à aprovação do CIMIN;
 - d) Analisar o relatório anual relativo ao balanço final das despesas anuais elaborado pelo Comandante da EGF e assessorar o CIMIN quanto à sua adopção;
 - e) Em caso de emergência, aprovar despesas extraordinárias que não excedam 10% da respectiva rubrica, por delegação do CIMIN. O Conselho Financeiro apresentará o respectivo relatório na reunião seguinte do CIMIN;
 - f) Resolver os litígios financeiros. Se o Conselho Financeiro não conseguir resolver o litígio, o assunto será remetido ao CIMIN para resolução;
 - g) Propor ao CIMIN a realização de auditorias aos custos comuns da EUROGENDFOR. O CIMIN determinará a forma como as auditorias deverão ser conduzidas.
3. As regras de funcionamento do Conselho Financeiro e o calendário para apresentação, análise e aprovação do projecto de orçamento da EUROGENDFOR serão definidos em regras financeiras a aprovar pelo CIMIN.

Artigo 34.º

Despesas

1. Existem três tipos de despesas referentes às actividades da EUROGENDFOR:
 - a) Custos comuns;
 - b) Despesas do Estado Anfitrião relativas ao Quartel-General Permanente;
 - c) Despesas nacionais.
2. Os diferentes tipos de despesas e a sua forma de financiamento serão definidos em regras financeiras da EUROGENDFOR a aprovar pelo CIMIN.

Artigo 35.º

Orçamento

1. O orçamento anual dos custos comuns da EUROGENDFOR, calculado em Euros, deverá compreender receitas e despesas.
2. As despesas consistem, por um lado, nos custos de investimento e custos operacionais do Quartel-General Permanente e, por outro, nas despesas aprovadas pelas Partes relativas às actividades da EUROGENDFOR.
3. As receitas resultam das contribuições das Partes, de acordo com os critérios a definir por estas nas regras financeiras da EUROGENDFOR.
4. O exercício financeiro tem início a 1 de Janeiro e termina a 31 de Dezembro.

Artigo 36.º

Auditorias

Visando assegurar as funções de auditoria perante os Governos nacionais e informar os respectivos parlamentos, de acordo com os correspondentes regimentos, os auditores nacionais podem obter toda a informação e analisar todos os documentos na posse do Pessoal da EUROGENDFOR.

Artigo 37.º

Concursos públicos

1. A EUROGENDFOR pode submeter contratos a concurso público de acordo com os princípios em vigor na União Europeia.

2. As normas da União Europeia relativas a concursos públicos aplicam-se sob as seguintes condições:
 - a) O Comandante da EGF é a pessoa responsável por submeter os contratos a concurso público;
 - b) A decisão de adjudicação do contrato pode ser objecto de recurso, isento de custos, para o CIMIN, que decidirá no prazo máximo de um mês.
3. Sem prejuízo do disposto nos números 1 e 2 do presente Artigo, estão excluídos de participar nos concursos públicos os candidatos que:
 - a) Forneçam bens ou serviços provenientes de um Estado com o qual uma das Partes não mantenha relações diplomáticas;
 - b) Directamente ou indirectamente prossigam objectivos que uma das Partes considere contrários aos seus interesses essenciais em matéria de Segurança ou de política externa.

Capítulo XI

Disposições finais

Artigo 38.º

Línguas

As línguas oficiais da EUROGENDFOR são as línguas oficiais das Partes. Uma língua de trabalho comum pode ser utilizada.

Artigo 39.º

Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia entre as Partes relativa à interpretação ou à aplicação do presente Tratado será solucionada através de negociação.

Artigo 40.º

Emendas

1. O presente Tratado poderá, a qualquer momento, e mediante proposta de uma Parte, ser objecto de revisão, com o acordo de todas as Partes.
2. Qualquer emenda entrará em vigor nos termos previstos no Artigo 46.º do presente Tratado.

Artigo 41.º

Denúncia

1. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Tratado mediante notificação prévia, por escrito, ao depositário.
2. A denúncia produzirá os seus efeitos doze meses após a data de recepção da notificação de denúncia pelo depositário, ou, se for o caso, em data posterior especificada na notificação de denúncia.

Artigo 42.º

Adesão

1. Qualquer Estado-Membro da União Europeia que possua uma Força policial com estatuto Militar poderá requerer ao CIMIN a adesão ao presente Tratado. Após receber a aprovação das Partes, em conformidade com o disposto no Artigo 7.º, número 5, alínea a), o CIMIN notificará o Estado requerente da decisão das Partes.
2. A adesão será realizada através do depósito de um instrumento de adesão junto do depositário do Tratado, o qual deverá notificar cada uma das Partes, bem como o Estado aderente, da data de depósito do referido instrumento.
3. Relativamente a qualquer Estado em nome do qual foi depositado um instrumento de adesão, o presente Tratado entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês após a notificação do depositário a todas as Partes.

Artigo 43.º

Estatuto de Observador

1. Os Estados candidatos à União Europeia que possuam uma Força policial com estatuto Militar poderão requerer o Estatuto de Observador. Os Estados-Membros da União Europeia que tenham uma Força policial com estatuto Militar poderão igualmente requerer o Estatuto de Observador como primeiro passo para a adesão.
2. O Estatuto de Observador confere o direito de destacar um oficial de ligação para o Quartel-General Permanente, em conformidade com as regras aprovadas pelo CIMIN.

Artigo 44.º

Estatuto de Parceiro

1. Os Estados-Membros da União Europeia e os Estados candidatos à União Europeia que possuam uma Força com estatuto Militar e algumas competências policiais poderão requerer o Estatuto de Parceiro.
2. O CIMIN definirá os direitos e deveres específicos dos Parceiros.

Artigo 45.º

Acordos ou protocolos de implementação

O presente Tratado pode ser complementado por um ou mais acordos ou protocolos de implementação específicos.

Artigo 46.º

Entrada em vigor

O presente Tratado entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês após a notificação feita pelo depositário a todas as Partes do depósito do último instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação.

Artigo 47.º

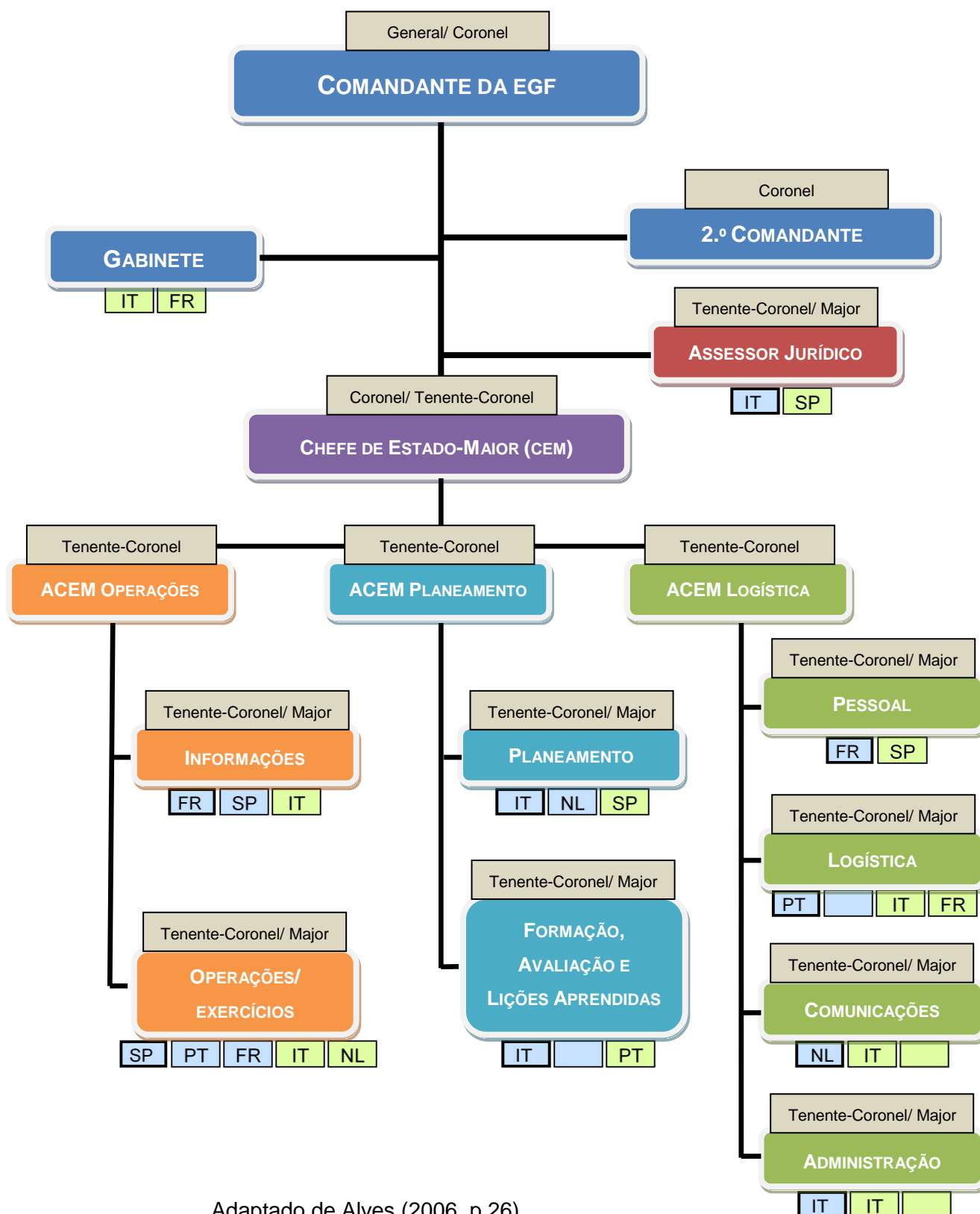
Depositário

O Governo da República Italiana será o depositário e notificará todos os Estados signatários e aderentes do depósito de cada instrumento de ratificação, aceitação, aprovação, adesão ou denúncia.

Assinado em Velsen, aos dezoito dias do mês de Outubro de 2007, num único exemplar original nas línguas espanhola, francesa, italiana, neerlandesa, portuguesa e inglesa, fazendo todos os textos igualmente fé. O original será depositado junto do Governo da República Italiana. O Governo da República Italiana remeterá cópias certificadas a todas as Partes.

ANEXO I: ORGANOGRAMA DO QUARTEL-GENERAL PERMANENTE

Figura I.1 Organograma do Quartel-General Permanente (2008/2011)






























Adaptado de Alves (2006, p.26)

Legendas:

- ACEM significa Adjunto do Chefe de Estado-Maior.

Adaptado de Alves (2006, p.26)

Posto do Comandante					
	Chefe de Gabinete				
	Oficial				
	Sargentos Superiores				
	IT	Itália			
			4	0	6
	FR	França			
			2	1	2
	SP	Espanha			
			1	1	3
	PT	Portugal			
			1	1	1
	NL	Holanda			
			1	1	1
		Livre			
			0	2	2

ANEXO J: DECLARAÇÃO DE INTENÇÕES

1. SCOPE

In order to contribute to the development of the European Security and Defense Policy and the creation of an area of freedom, security and justice, France, Italy, the Netherlands, Portugal and Spain, all of whom possess police forces with a Military status capable of carrying out, in accordance with the Nice European Council conclusions, police missions through substitution and/or strengthening of local police, propose the following:

- to provide Europe with a full capability in order to conduct all police missions in crisis management operations within the framework of the Petersberg Declaration, with particular regard to substitution missions;
- To offer a multinational operational structure to those States which intend to join EU operations;
- To participate in initiatives of international organizations in the area of crisis management.

To that end, the above-mentioned countries have decided to create a gendarmerie force, called EUROGENDFOR (EGF) which will be operational, pre-organized, robust and rapidly deployable, in order to perform all police tasks.

In crisis management operations, the EGF will ensure an effective presence with other actors, including the Military component, and with the local police. This in order to facilitate the reactivation of security facilities, particularly during the transition between the Military and the Civilian operational environment.

EGF Operations are open to the participation of third countries with appropriate police skills.

2. MISSIONS

Units of the EGF must be placed under a defined chain of command that can be changed during the mission according to the phases of the operations. These units can be put either under Military command or Civil authority, in order to guarantee public security, public order and to fulfill judiciary police tasks.

The EGF must be capable of covering every aspect of crisis response operations:

- During the initial phase of the operation, the EGF could enter the theatre along with the Military force in order to perform its police tasks;
- During the transitional phase, EGF could continue its mission alone or together with a Military force, facilitating co-ordination and co-operation with local or international police units;
- During the Military disengagement phase, this force could facilitate the handing over of responsibilities to Civilian authorities and agencies taking part in the co-operation efforts, if necessary.

During crisis prevention, the EGF could be deployed on its own or jointly with a Military force. In accordance with the mandate of each operation, the EGF will perform a broad spectrum of activities related to its own police capability, such as:

- performing security and public order missions;
- monitoring of and advice for local police in their day-to-day work, including criminal investigation work;
- conducting public surveillance, traffic regulations, border policing and general intelligence;

- performing criminal investigation work, covering detection of offences, tracing of offenders and their transfer to the appropriate judicial authorities;
- protecting people and property and keeping order in the event of public disturbances;
- Training of police officers as regards international standards;
- Training of instructors, particularly through co-operation programmes;

3. FRAMEWORK

The EGF will be mainly composed of the same forces as those included by the Party States in the Helsinki Headline Goal catalogue and the capacity of Civilian crisis management, stemming from the conference held in Brussels on November 19, 2001. For this reason it will be, first and foremost, at the disposal of the EU. When deployed for the EU, the PSC assumes the political control and the strategic direction.

The EGF could also be put at the disposal of the UN, OSCE, NATO, other international organizations, or an *ad hoc* coalition. Planning of EGF operations must take into account the need for close co-ordination with the Military and/or Civilian bodies. When the EGF is an integrated part of the Military force, it has to maintain a functional link with local or international police authorities and forces present in theatre.

The EGF operational deployment requires a unanimous decision to be taken by the Party States.

4. COMMAND STRUCTURE

A High Level Interdepartmental Committee, composed of representatives of the responsible ministries of each country¹, assures the political-Military co-ordination, appoints the EGF Commander, provides him with directives and provides the guidance for employment.

Working groups will assist this Committee.

The structures and the procedures that will permit the implementation of the decisions adopted by the Party States, as well as the conditions of employment, will be worked out in detail in due course.

The EGF will have a multinational, modular and projectable HQ². This permanent HQ will be directed by the EGF Commander and consists of a multinational core that can be reinforced as needed and by agreement of the Party States. The EGF HQ deals with the operational planning and, on request, contributes to the strategic decision-making process. The permanent HQ will be based in Italy.

Its key positions will be manned by rotation criteria.

In the event of an operation the Party States will designate a Force Commander for an EGF mission. The permanent HQ of the EGF will act as a Parent HQ for the Force Commanders' HQ. The involvement of the permanent HQ in the chain of command must be defined according to the situation.

5. FORCE STRUCTURE

In the event of an operation the unit of the EGF may, in addition to the HQ, consist of:

- An operational component, dedicated to missions of general public security and maintenance of public order;
- a crime-fighting component, including specialists in criminal investigation missions, detection, gathering, information analysis and processing, protection and assistance of individuals, traffic control, Explosive Ordnance Disposal (EOD), fight against terrorism and other major crimes, and other specialists. The company consists of modules and specialists assigned to the EGF;
- a logistic support component, able to perform all activities related to supplies, restocking, maintenance, recovery and evacuation of equipment, transportation,

medical and health care. If necessary, some of these functions will be provided by other actors.

The Party States will have to identify periodically the dedicated forces in terms of capabilities, carrying out the definitive nominal designation at an appropriate moment. The units will be assigned “on request” to the EGF.

The EGF will possess an initial rapid-reaction capability of approximately 800 persons within 30 days.

Each Party State will retain its full freedom to decide whether its units will participate in an EGF operation.

6. TRAINING

The operational standards for EGF units will be set by the High-Level Interdepartmental Committee.

The attainment and maintenance of that level will be a national responsibility. Training should take into account the annual objectives proposed by the Commanding Officer and approved by the high-level Interdepartmental Committee.

Multinational training organized by the EGF should make it possible to attain the required level of interoperability. This programme will be proposed by the Commanding Officer, and validated by a working group created for that purpose.

7. FINANCIAL AND ADMINISTRATIVE ASPECTS AND LOGISTICAL SUPPORT FUNDING AND SUPPORT FOR THE PERMANENT HQ OF THE EGF

Each Party State will sustain the expenditures arising from its participation to the EGF.

Common costs will be divided proportionally between Party States.

Support for the permanent HQ structure will be provided by Italy and will be the subject of a technical arrangement between the Party States which will also set the modalities of reimbursement of the common costs.

Party States will provide a budget for the permanent costs of the EGF. The amount of the contributions of the budget will be set annually by the Party States.

The annual budget will be requested by the Commanding Officer of the EGF and has to be approved by the High Level Interdepartmental Committee. Each Party State will be able to designate a financial expert for advice on the budget and expenses.

Support during operations

Funding (for operational matters) will be provided by contributing States and, when appropriate, by EU, UN and other international organizations. .

Interoperability

The Party States will strive for an improvement of interoperability between their forces.

8. LANGUAGE

The official languages of the EGF will be those of the Party States. A common working language may be used.

9. ADMISSION

Full membership of the EGF will be open to EU Member States, possessing a police force with a Military statute. At their request, they may be admitted to the EGF after agreement by the Party States and following acceptance of the terms of the present Declaration.

On their request, EU Candidate Member States possessing police forces with a Military status can obtain an Observer Status by detaching a liaison officer to the HQ.

With due respect for the Military status, conditions of admission can be reviewed, on request of one of the Party States and with the agreement of all the other Party States.

10. LEGAL ASPECTS

The Party States will conclude a Treaty to establish the precise functions and status of the EGF and of its members.

Before the entry into force of this Treaty, the Party States recognize the application of the provisions of the agreement between parties to the North Atlantic Treaty of the status of their forces, done at London on 16 June 1951, to the EGF members.

11. SPECIFIC ARRANGEMENTS

The above-stated points and the measures that may be necessary to organize the concrete aspects of relations among the Party States will be the subject of specific arrangements.

ANEXO K: EXTRACTO DO CONCEITO OPERACIONAL DA EGF

I - AIM, SCOPE AND GENERALITIES

1.1 AIM AND SCOPE

The aim of the EGF “Operational Concept” (OC) is to establish and define common principles for planning, preparing and conducting EGF operations. Their definition has been finalized in accordance with the already existing and applicable doctrine. Therefore, some fundamentals may coincide with standardized concepts.¹ Nevertheless, with a view to EGF peculiarities within international crisis management, the OC also introduces specific EGF principles, generally in line with the existing doctrine and mainly focused on the real added value EGF would provide, i.e. the aspects related to its rapid planning capability, rapid deployment capability, the possibility to be temporarily deployed under a Military chain of command, as well as its self sustainability and its capability to operate in a non-benign environment.

The OC provides a crucial reference for future EGF employments. It establishes guidelines for further development of EGF operations, both for the permanent HQ and the Force. The OC bridges the two pillars represented by the political guidance, issued by the decisional level, and the operational procedures, produced by the EGF HQ. These two pillars constitute the borders of the OC scope.

1.2 GENERALITIES

Past experiences in Peace Support Operations emphasized that police missions in the international crisis management are an essential tool for conflict prevention and enhancement of international stability.

In this context, France, Italy, the Netherlands, Portugal and Spain, agreed to create the European Gendarmerie Force (EUROGENDFOR or EGF) as a multinational police force capable of carrying out, in accordance with the Nice European Council conclusions, police missions through substitution and/or strengthening of local police.

The EGF will be offered as an operational, pre-organized, robust and rapidly deployable asset, able to perform all police tasks. EGF can be put mainly at disposal of the EU and also of the UN, OSCE, NATO and other International Organizations² or *ad hoc* coalitions.

The Military status of the Police Forces in EGF and its capacity to cover the full spectrum of police functions, grant the due flexibility to operate under a Civilian chain of command and, in certain circumstances, even under a Military chain of command. The circumstances will be defined and agreed by CIMIN on a case by case basis considering the scenario, the mission and the force to be deployed. Its mandate will always be supported by a clear legal basis consisting of relevant UN Security Council Resolutions or on political guidelines from EU or other IOs.

The added value that EGF can provide to international crisis management, in terms of potential to offer, is twofold: an appropriate tool to act in a non benign environment, in particular during substitution missions, and a rapid deployment capability.

II - SCENARIOS

With a view to the definition of the required capabilities, the following generic scenarios, in which EGF can be requested to intervene, have been identified.

2.1 SUBSTITUTION

A substitution scenario is mainly characterized by the following factors:

2.1.1 General factors

- A conflict in the Area of Operations³ has led to a significant breakdown of the central administration. In particular the Rule of Law system⁴ is not functioning properly and the central State Institutions are not able to provide a secure environment.
- Some former Military, paraMilitary and/or terrorist groups, as well as rampant organized crime, remain active in the AO putting in danger the efforts of the international community to stabilize the country.
- Human rights violations have significantly increased, especially against ethnic minorities.
- The corruption in the AO has become endemic and has spread within the whole administration.
- The economy has practically collapsed and foreign investments are not possible because of the insecure and volatile environment.
- Normally in this scenario an election process will be developed to provide the Country with democratic institutions.
- The situation requires a broad international involvement, including a strong Military component, to help national authorities to restore control over their national territory.
- The desired end state is the reestablishment of the State institutions under local ownership, including an effective rule of law system.

2.1.2 Police factors

- High levels of insecurity and criminality due to the lack of a functioning rule of law system. In particular the presence of organized crime constitutes an obstacle to the efforts of re-establishing a secure environment.
- To some extent, it will be necessary to substitute the Local Police either because they do not exist anymore or are not able or willing to cope with law and order. Normally the Local Police forces are not neither up to international standards, nor well trained and equipped.
- The international police presence in the conflict area may be mandated to perform the full range (or just some) of the police functions, thus being entitled to executive police powers, and should therefore be armed.
- Normally, during the initial phase of the operation, a Military component will be responsible for providing a secure environment in the AO: coordination and cooperation with it is a critical factor. In some circumstances and if necessary, international police presence could be requested to act temporarily under the Military chain of command. In some other situations it could perform a “stand alone” operation.
- In the case of a Military primacy in providing a secure environment, a necessary mechanism for handing over the responsibility toward the Civilian authorities should be implemented, thus entrusting the international police presence with a key role in bridging the process.
- Normally the operation will evolve from a pure substitution (initial phase) to a pure strengthening one (last phase) with a progressive hand over of responsibilities, as appropriate, to the Local Police.

- The exit strategy of the international police with executive powers should consist of building up, progressively and according to best international practices, reliable and trustable local police forces able to take over, in a phased way, the functions of the international police. Therefore from the start, and in parallel with the substitution of the Local Police, a strategy for building up the Local Police under local capabilities ownership should be implemented.

According to the above mentioned factors and to the level of EGF engagement and role within the substitution scenario, the following situations can be envisaged:

- Comprehensive police substitution mission.** EGF will provide all the elements of such a mission until the end state is reached. This is the most demanding scenario for EGF, where it should provide enough resources to grant effective solutions to the aspects related to the territorial control, general policing, the performance of specialized police functions and the running of coexistent strengthening activities with the necessary logistic support. The total strength of the deployed force⁵ will depend on the current situation in the conflict area and has to be timely adjusted according to its evolution (from substitution to strengthening).
- Partial contribution to substitution missions.** EGF will be requested to provide the police presence during the first phase of the mission (mainly through a mobile element, some specialized elements and the logistic support for them). During the next phases other Countries will integrate the necessary police presence until the completion of the specialized, the territorial and the strengthening elements. EGF will progressively reduce its presence depending on the evolution of the situation.

The role of the Local Police within the substitution scenario could be:

- Local Police has to be totally replaced.** A high level political decision has been adopted to totally substitute the Local Police because they do not exist or the existing structure is not organized, able or reliable to perform its functions. It will be necessary to re-establish from scratch a new Local Police system. This will be a very demanding situation for EGF that would be called upon to undertake the full responsibility for police executive functions until the restoration of responsibilities to the new Local Police.
- Local Police can be maintained.** The existing Local Police will remain and will be allowed to provide generic police functions⁶. The existing Local Police will have to be submitted to vetting and re-training processes and, once new personnel has been recruited and trained, will then progressively take over full responsibility for police functions. The international police presence will have primacy over the Local Police in performing police functions, and will retain the responsibility in carrying out high profile investigations.

Due to the low security of the environment and the role to be performed in the substitution scenario, especially during the first phase, the international police presence has to be robust, flexible, interoperable, rapidly deployable and provided with adequate logistic capacity. This means that structured police units⁷ will be the most suitable to be deployed in these circumstances.

According to accepted doctrine,⁸ a substitution mission is composed of three consecutive stages: the initial, the stabilization and the final ones.

2.2 STRENGTHENING

A strengthening scenario is mainly characterized by the following factors:

2.2.1 General factors

- A conflict in the AO has weakened the governmental and administrative structures of the State, including the Rule of Law system.

- The economy of the area is being affected by the lack of a proper security environment.
- Human rights violations are becoming more frequent. These infringements, the insecure environment and the weaknesses of the structures are endangering the democratization of the State.
- Confidence building measures are needed, including those linked to the strengthening of the Rule of Law system.
- The desired end state will consist of the development up to an appropriate level of the domestic structures according to international standards, with no more requirements for external interventions.

2.2.2 Police factors

- A high level of insecurity and criminality due to the lack of a proper Rule of Law system. In particular the presence of organized crime is jeopardizing the security environment.
- The international police presence in the conflict area will not have executive powers; they will not carry out executive police duties in the Host Country and, therefore, in principle they will not be armed. On a case by case basis, exceptional situations might justify the need for self defense means for EGF personnel, including the presence of a protection element.
- The international police officers will be tasked to the monitoring, mentoring and advising as well as training the Local Police in order to raise their professional standards according to a code of conduct compatible with international human rights. These activities might encompass the restructuring of the Local Police, including screening and vetting programmes.
- The exit strategy for the international police presence will be to build up local capacities under local ownership approach, by raising the Local Police standards up to international best practices.

The force to be deployed will depend on the goals to be achieved and can range from a reduced targeted operation for strengthening specific police fields of expertise, to a comprehensive strengthening operation that includes the whole restructuring of the Local Police system. In this particular scenario, the intervention of international police officers is usually based on individual contributions or specialized teams, and consequently, the employment of structured units⁹ is not foreseen. The organization and structure of the EGF operation will be tailored according to those police fields of expertise to be strengthened and will comprise such expertise needed to monitor, mentor, advice and train the Local Police.

Under some special circumstances it can be advisable to deploy Integrated Police Units in this type of scenario if, due to the insecure environment, there is a need to provide security for the international police officers performing the strengthening operation. This unusual possibility requires careful assessment during the planning phase and agreement by the relevant decision making bodies. These Units will not be tasked to substitute the Local Police but they will provide an appropriate security environment for the international operation.

Considering the nature and added value that EGF is called to provide to police international crisis management operations, the stand alone strengthening mission will not constitute a typical “EGF operation”. Nevertheless, some special circumstances could lead up to the employment of EGF capabilities such as, *inter alia*:

- The need of a rapid deployment capacity to set up the operation if it cannot be provided by other sources.

- The need for a stronger police component to act in a non benign environment and/or when there are not sufficient resources available in the AO.
- An *ad hoc* operation agreed by the five Countries members of EGF.
- The need to develop training and subsequent monitoring, mentoring and advising of “special Units” with antiriot capacity.

A strengthening operation is composed of three consecutive stages: the activation, the development and the consolidation ones.¹⁰

2.3 OTHER POSSIBLE EMPLOYMENTS

2.3.1 Humanitarian Operations

A humanitarian operation is mainly characterized by the following factors:

2.3.1.1 General factors

- A violent conflict in the AO or a huge natural disaster has provoked a large amount of people to flee from a crisis area to a more secure one. This movement has caused a large number of Internally Displaced People¹¹ and refugees.
- The local authorities are not able to cope with the consequences of the conflict/natural disaster and the management of the problems related to IDPs and refugees is critical to them.
- Human rights violations are reported to take place very frequently. These violations are linked to the inability of the local authorities to cope with the situation.
- The high insecurity in the area is preventing an appropriate international assistance and the lives of the international workers and the refugees IDPS are put in danger.
- The Local authorities have requested international assistance to provide relief to the population.
- Local infrastructures are heavily damaged, provoking a lot of problems in the movement throughout the AO.
- The lacks of supplies are creating a large scale dangerous sanitarian situation.

2.3.1.2 Police factors

- High level of insecurity and criminality, in particular looting, is putting the distribution of the humanitarian assistance in danger. In addition, there is a lack of an appropriate secure environment for the international community presence in the area as well as for the refugee camps.
- The international police presence in the conflict area will be entrusted with executive powers regarding the security of the humanitarian relief and of the refugee camps. These powers will entitle them to use the necessary force. As a consequence of this, the International police forces will be armed.
- The police tasks required for these types of operations will include, *inter alia*: to provide security to the refugees’ camps and to the international workers, to provide escort to the humanitarian relief, and to provide escort to the refugee convoys.
- In case of large scale casualties, forensic capabilities can be needed for the identification of bodies.

- Normally during these operations the Military component may be present as well. Therefore it will be of utmost importance to coordinate and cooperate with them especially with a view to the possible support to be received from the Military component, in particular to facilitate logistic support and access to remote areas.

Due to the insecure environment and the lack of appropriate infrastructure, the international police presence should be robust, flexible, interoperable, rapidly deployable and provided with adequate logistic and MOVCON capacity. This means that Integrated Police Units¹² will be the most suitable components to be deployed in these circumstances. The strength of the operation will have to be tailored according to the particular affected area.

The humanitarian operations will be phased in accordance with the specific characteristics of the international intervention.

Humanitarian operations require a clear cut mandate, with a view to preventing “mission creep” from the outset of such an operation. Thus preventing that EGF will be confronted with those additional tasks to which the Force has not been tailored.

2.3.2 Other Interventions

Due to the expertise that EGF is able to provide, the CIMIN could authorize the EGF Permanent HQ to contribute to the strategic planning process developed by the political/strategic level. In addition, EGF Permanent HQ can be requested to participate in a comprehensive Fact Finding Mission led by an International Organization.

In these situations, that have not the relevance to represent an autonomous scenario, an appropriate provision for augmentees of the EGF Permanent HQ should be foreseen, when required, in order to maintain the operational capability of the HQ.

III - OPERATIONS

3.1 GENERALITIES

The EGF peculiarity consists of its inherent nature of multinational composition of gendarmerie type police forces. Its primary reason of existence is to intervene in crisis management operations by covering the full range of police functions, in particular within a substitution scenario, filling the gap between a Military operation and the reactivation of a proper security structure in the receiving Country. On the basis of the scenarios described in Chapter II, EGF will be called to participate to deriving operations, during which it will employ its forces, inspired by the following **general principles** consistently drafted with the mentioned identity:

- Full spectrum of police assignments;
- Integrated approach towards other mission components, rooted in EGF essence of police service with Military background;
- Information gathering oriented attitude, aimed at obtaining general crime prevention through deep knowledge and control of the territory;
- Proactive disposition toward needs and protection of populations;
- Respect of EGF unique police nature, even in case of deployment within a Military structure.

3.2 MANAGEMENT OF AN EGF OPERATION

When dealing with an EGF operation, the following principles drafted on the basis of relevant doctrine, should be taken into account.

3.2.1 Initial contacts

Bearing in mind a possible EGF rapid deployment (less than 30 days) and in order to speed up the planning process, initial contacts between the relevant body of the mandating IO and the EGF Permanent HQ should be started as soon as possible, when appropriate, in order to

assess the feasibility of a possible EGF operation. Due to the rapid response needs, these initial contacts need to be activated as soon as possible, and will have an exploratory nature without prejudging the final decision to engage EGF. The Commander of the Permanent HQ will keep the CIMIN Presidency updated on these contacts.

3.2.2 Fact Finding Missions (FFMs)

Appropriate FFMs will be launched in order to provide the concerned decision making bodies with the necessary information aimed at adopting a pronouncement on the feasibility of a possible future EGF operation. The role of the EGF Permanent HQ in a FFM will vary according to the EGF level of engagement in the operation. This role will differ from the launching of an own overarching FFM, when EGF takes the full responsibility of the operation, to the participation in a common one initiated in collaboration with the IO that will lead the operation. During the first stage of a substitution mission, in which the Military component is responsible for providing a secure environment, the FFM should be part of an integrated planning and execution process with the Military element involved.

Regardless of the framework of action and after an agreement between CIMIN and the relevant body of the IO, EGF Permanent HQ should be able to launch or participate in a FFM **within five days**. Appropriate mechanisms for promptly financing a FFM should be developed and, if necessary, taken into account in the annual EGF budget, in sight of further reimbursements.

When necessary, the IO will provide the legal basis and status to the personnel participating in the FFM.

3.2.3 Official Request for Intervention

After the assessing process about the feasibility of a possible operation, an official request from the relevant body of the concerned IO should be addressed to CIMIN. This official request will represent the starting point for the decision to engage EGF and will affect the rapid reaction capability.

3.2.4 Decision to engage EGF

No EGF operation will start unless unanimously agreed by CIMIN; in any case, the contribution to a specific EGF operation by the participating Countries lays with the National Authorities.¹³ Considering rapid reaction capability as the primary added value EGF is able to express, CIMIN should adopt the decision as soon as possible for the sake of a rapid reaction capacity. The decision to participate will represent the starting point for the rapid reaction capacity (less than 30 days).

3.2.5 Legal basis for action

The IO concerned will provide the legal basis for the operation, and will facilitate all contacts with the receiving Country, when needed, in order to provide EGF with appropriate legal framework and status of the Force in the mission area. Appropriate Memoranda of Understanding (MOU) will be negotiated to establish the conditions, including the financing, under which EGF will provide its capabilities. In order to facilitate and speed up the deployment process, a framework MOU could be negotiated in advance.

3.2.6 Planning

EGF Permanent HQ will keep the leading role in planning the intervention of EGF forces in future crisis management operations (CMO), including:

- When requested, the assistance to the relevant body with the elaboration of the political/strategic planning;
- Appropriate planning for the EGF engagement in the CMO. According to the framework of action this planning will be as follows:
 - A full OPLAN when EGF performed an autonomous operation or EGF PHQ plays the operational role;

- When EGF operation will be placed under Military responsibility, EGF PHQ will coordinate or even integrate the planning for EGF forces with the Military planning;
 - When EGF operation will be part of a more comprehensive police operation, in particular under the EU aegis, EGF PHQ will plan the intervention of EGF forces in close coordination with the IO.
- When applicable, the provision of technical expert advice in the elaboration of other relevant documents (ROE, SOFA, Agreement with IOs);
 - The management of the Force Generation process for EGF assets and resources.

3.2.7 Appointment of the EGF Force Commander (FCDR)¹⁴

EGF Permanent HQ, in close coordination with the National Points of Contact, will facilitate the process to detect suitable candidate(s) for FCDR position. CIMIN will appoint a FCDR and will communicate its decision to the relevant body of the concerned IO.

This decision should be taken as soon as possible, even before a final decision to engage EGF, in order to allow a FCDR to participate as early as possible in the planning process.

3.2.8 Force Generation Process

The EGF Permanent HQ will constitute the focal point to liaise with all EGF participating Countries through their national points of contact, and with possible third Countries that might be invited to participate, in order to cope with the technical aspects of the force generation process, based on a pre-agreed catalogue of capabilities. In case of external participations, appropriate legal arrangements should be negotiated at the proper level.

3.2.9 Deployment

The EGF Permanent HQ will facilitate the deployment and initial running of the future operations by temporarily providing the initial core of the Force HQ, until its complete constitution and acquired capability to run the operation have been achieved. Advanced teams might be sent to the mission area to prepare and facilitate the deployment of the force. The Permanent HQ will also co-ordinate the strategic transportation of the EGF Units and equipment to the mission area and will prepare pre-deployment training packages and, if necessary, notably in case of third states participation, induction training courses for the participating Units.

3.2.10 Follow Up

- a) **When EGF PHQ will be called to play the role of an OHQ for an EGF operation,** the PHQ will be in the chain of command of such an operation and, therefore, responsible to follow and control the implementation of the operation.

In this context an operation room will be activated at the Permanent HQ in order to provide 24/7 service in supporting and backing up the ongoing operation.

Appropriate mechanism for reporting will be established, including the reports to be transmitted to CIMIN and to the relevant concerned IOs.

- b) **When EGF PHQ will not play the role of an OHQ for the EGF intervention.** In this situation EGF presence in the area of operations will be a part of a more comprehensive CMO, in particular under the EU aegis. Therefore, EGF PHQ will not be in the chain of command. Nevertheless the EGF PHQ will be the link between the relevant IOs and the EGF deployed assets as far as the logistics and personnel issues are concerned.

Appropriate mechanism of coordination will be established with the IO to define these support modalities for a specific operation.

3.2.11 Close Down

The decision to close down an EGF operation is a CIMIN responsibility, with the need to establish appropriate co-ordination mechanisms in case of the continuation of the international police presence under the same or a different IO. Suitable procedures will be identified, considering the documentation to be stored and in which conditions. EGF Permanent HQ will be responsible for keeping appropriate records of EGF operations.

Once the disengagement from the mission area by EGF is completed, a final report will be elaborated and a debriefing conference will be held from which lessons learned are to be drawn.

IV - INTELLIGENCE

4.1 GENERALITIES

Intelligence is a critical item in the planning and the execution of a deployment by delivering timely, updated and realistic analyses of the situation in the area of interest and in doing so, to facilitate the decision making process at the different levels. The access to relevant information, including classified information, will be paramount for EGF PHQ in order to properly plan future operations. Furthermore, the political dynamics insist to preserve the potential of the force and to avoid casualties; therefore special attention will have to be paid to force protection.

4.2 ACCESS TO RELEVANT INFORMATION

4.2.1 Sources

EGF participating Countries should facilitate, as much as possible, EGF PHQ to have access to relevant national sources of information that can have significant impact in any EGF operation. Appropriate arrangements need to be agreed with the relevant counterparts within EU, NATO or other IOs to allow EGF to have access to relevant information.

4.2.2 Ability

EGF Permanent HQ should have enough capability to collect, store, and analyze relevant information, in particular classified information. Appropriate mechanisms for dealing with classified information will be developed within EGF Permanent HQ including internal security procedures and appropriate secure communications with the relevant sources of information compatible with the level of classification that has to be shared.

During EGF operations, appropriate capacities for collection and information analysis should be set up, commensurate with the importance and the size of the operation. Special attention should be paid to criminal intelligence, focusing in particular on terrorism, organized crime and war crimes. This information must be collected, stored and analyzed in such a way that, respecting the legal framework and Rule of Law applied, proper follow up and criminal investigation can take place.

4.2.3 Information exchange

EGF will seek and exchange relevant information with main actors in the area of operation. EGF Intelligence will in particular establish a working exchange of information with:

- The Military component regarding the security situation and development of operations on the ground, as part of the force protection measures;
- Other police presence in the mission area.
- Other main IOs which can represent valuable sources of information.

4.3 FORCE PROTECTION

The latest events on the international scene have shown new threats and risks to the international presence in conflict areas. Each Commander has the responsibility to preserve the potential of the Force and to reduce to the most any risk of casualties.

4.3.1 Threat assessment

In setting up and during an EGF operation, appropriate risk assessments of the AO will be produced and periodically updated in order to assess the situation, identify and characterize the potential threats to the EGF operation and other relevant international presence on the ground.

As far as the Permanent HQ is concerned, its protection will be developed in accordance with the threat assessments exchanged with the Host State.

4.3.2 Measures

Following the threat assessments and their analysis, appropriate measures will be taken to prevent or mitigate hostile actions against the HQ and the Force personnel, premises and facilities.

In addition, every EGF operation should rely on the appointment of a responsible for the security of the operation as a whole. In the same vein, appropriate security plans (including evacuation) will be developed from the very beginning.

V - EGF STRUCTURE - COMMAND AND CONTROL

5.1 EGF STRUCTURE

The EGF is composed of a Permanent HQ and the Force.

5.1.1 The EGF Permanent HQ

The EGF Permanent HQ, multinational, modular and projectable, is located in Vicenza (Italy), and is structured on the Commander (CDR) and key/flag positions in accordance with the organizational chart approved by CIMIN. During operations or exercises, the total strength of the HQ will be reinforced as deemed necessary by CIMIN upon proposal of the EGF CDR.

5.1.2 Role of the Permanent HQ

The EGF has a multinational, modular and projectable HQ. This permanent HQ is directed by the EGF Commander and consists of a multinational core that can be reinforced as needed and by agreement of the Party States. The EGF HQ deals with the operational planning and, on request, contributes to the strategic decision-making process. The permanent HQ is based in Vicenza, Italy. In the event of an operation the Party States will designate a Force Commander for an EGF mission. The permanent HQ of the EGF will act as a Parent HQ for the Force Commanders' HQ. The involvement of the permanent HQ in the chain of command must be defined according to the situation¹⁵.

The EGF HQ based in Vicenza will from now on be called "Permanent HQ". In case the EGF will deploy an HQ in an operation, this HQ will be called "Force HQ".

5.1.2.1. The Permanent HQ fulfils the following generic tasks:

- To develop an EGF doctrine and to implement it, taking into account lessons learned.
- To plan and execute all necessary measures to ensure the rapid deployability of the EGF.
- To plan and run up to two operations at the same time, one of them being of a small size.
- To provide the capacities of rapidly planning all EGF operations from the activation and development of Fact Finding Missions (FFMs) to the production of the Operation Plans (OPLANS).
- To facilitate the deployment of the mission(s) by preparing all the necessary arrangements, including i.e. specific training requirements and packages, the force generation, the definition of the Use of Force and Rules of Engagement (RoE), and the co-ordination of strategic transportation.

- To ensure the link between the political strategic level, the participating countries and the relevant International Organizations (IOs), reporting to the CIMIN on the ongoing operation(s).
- To support and backup the Force deployed in the field, once the mission is ongoing, in co-ordinating logistics, intelligence, information and operations¹⁶.
- To monitor the areas of possible operational intervention and to prepare prudent planning for those areas, when asked to do so by the CIMIN, using the information and intelligence provided by contributing nations and/or IOs.

5.1.2.2. In times of an EGF operation in the Military chain of command:

- The Permanent HQ should dispatch a liaison team to the competent Operation HQ. EGF Permanent HQ will develop the planning related to police issues in coordination with the Military chain of command.

5.1.2.3. In times of an EGF operation under Civilian authority, or an autonomous EGF operation:

- The Permanent HQ could be tasked by CIMIN to fulfill the role of an Operation HQ¹⁷ within the chain of command.

5.1.2.4. Contribution to Force HQ

- To set up and initially run the mission by deploying part of its staff (according to the size and nature of the mission and for a limited period of time), as the core of the Force HQ, without hampering the planning capability of the Permanent HQ.

5.1.3 Deployable Force

The force that the Party States will make available for EGF operations should be adjusted in compliance with the requirements defined in the Capabilities Chapter within this OC, taking into particular consideration the following factors:

- Future scenarios;
- Capacity to be rapidly deployable (less than 30 days);
- Capacity of covering the full spectrum of police tasks. In particular, special attention should be paid to the capacity of operating in non-benign environments within substitution missions.

The Party States will specifically identify the national forces that will be put at the disposal of EGF, bearing in mind the rapid deployability needs. According to these arrangements, a catalogue of available capabilities will be set up by the Permanent HQ and regularly kept updated; thus contributing to pre-organizational aspects for future operations such as the implementation of common standards for training and/or the participation of designated Commanders/units to common activities.

In any case, the participation of assets from the force to a specific EGF operation will remain the responsibility of the sending Countries.

The relationship between the Permanent HQ and the forces for operational issues will be articulated through the national points of contact.

5.2 COMMAND AND CONTROL

5.2.1 Generalities

The Chain of Command for EGF operations will depend and will be adjusted according to the EGF engagement and role in the structure of the specific international crisis management operation. Nevertheless for the purpose of this OC, three main levels within the EGF chain of command can be considered for future EGF engagements and the following principles should be applied when defining the Chain of Command for a particular operation.

5.2.2 Political strategic level

This level is responsible of defining the political framework and the political parameters of the CMO, in particular the political objectives to be achieved as well as the IO response to a specific crisis. This level controls the operation from the political point of view and provides political guidance to the OPCDR regarding the strategic direction of the operation. In addition, at this level, the strategic planning for the CMO is produced and the police strategic guidelines for the FCDO are given¹⁸.

CIMIN will play a central role in this level of EGF operations. When EGF operation is conducted in the framework of an *ad-hoc* coalition coinciding with the EGF participating Countries, CIMIN will exercise the political control and strategic direction as the highest decisional level.

When the framework of action is under an IO the Political Strategic level should be co-ordinated and agreed with the concerned IO, but as general rules the following considerations will apply:

- **Under EU aegis**, the PSC has the political control and strategic direction of every ESDP operation. If EGF acts in this framework, the role of CIMIN should be compatible with the EU structure and procedures. In this context the co-ordination between PSC and CIMIN could be channeled through the five EGF Countries' Ambassadors to the PSC.
- **Under other IO aegis**, appropriate mechanism of co-ordination should be established between CIMIN and the political/strategic level of the concerned IO¹⁹. In order to articulate this mechanism, CIMIN Presidency will constitute the focal point for maintaining an appropriate channel of communication with the relevant body²⁰ of the concerned IO in reference to Political/Strategic issues of the operation.

5.2.3 Operation Commander (OPCDR) and OHQ

The OPCDR and his OHQ is responsible for the operation, in particular for the following aspects:

- a) To control and supervise from a professional point of view the field operation in order to ensure that the objectives of the mission defined in the planning documents are achieved;
- b) To channel communications to the participating Countries;
- c) To link with the political/strategic level of the operation;
- d) To link with the relevant International Organizations;
- e) To provide support and back-up to the field operation.

The OPCDR/OHQ for EGF engagements in future CMO will be defined in a case-by-case basis according to the situation and the specific characteristics of each particular operation. Therefore, the role of the EGF PHQ will be adjusted according to this specific framework. Nevertheless, the following principles should be taken into account:

- **Under Military responsibility.** As set out above, an EGF operation can temporarily act under Military responsibility²¹. During this period EGF will be integrated in the Military Chain of Command. At operational level appropriate mechanism of co-ordination should be established between the EGF Permanent HQ and the Operational HQ of the Military operation. This co-ordination will be of utmost importance in particular during the planning phase, including the FFM.
- **Under EU²².** When a specific ESDP Civilian operation will be set up, the EU will nominate and appoint an OPCDR. The role of EGF PHQ will be adjusted to each particular situation taking into consideration the level of engagement of EGF in such an operation²³. EGF Permanent HQ will establish a mechanism of co-ordination with the Secretariat of the Council of the EU, in particular with the Police Unit. This mechanism should be clearly defined in the CONOPS and in the OPLAN of the ESDP operation, with special attention to the reporting system.
- **Under other IO and for EGF stand-alone operations.** EGF Permanent HQ will normally acts as OHQ, EGF permanent HQ will establish a mechanism of co-ordination with the relevant body of the concerned IO²⁴. The relationship between these relevant bodies and the EGF operation in the field should be channeled through EGF Permanent HQ.

5.2.4 Area of Operations (FCDR and FHQ)

The EGF Force Commander (EGF FCDR) will command and exercise the day-to-day management of the EGF assets and resources and will be responsible for accomplishing the EGF objectives of the operation as defined in the relevant OPLAN.

The EGF FCDR will establish appropriate co-ordination with the relevant international and local presence in the AO including exchange of Liaison Officers; in particular the following principles should be taken into account:

- **Under Military responsibility.** During this temporary situation, EGF operation will be integrated in the Military structure and will depend directly on the Military Force Commander to whom the EGF FCDR will refer directly.
- **Under Civilian responsibility.** If EGF is conducting a stand-alone police operation, the EGF FCDR will receive local political guidance from the highest Civilian authority in the AO²⁵. When the EGF operation will represent just one component of a larger international police presence in the AO, a mechanism of relationship will be established between the Police Head of Mission and the EGF FCDR. This mechanism should be clearly defined in the OPLAN of the whole police operation.

With particular reference to joint operations with Military components in robust missions, considering the possible fragmentation of EGF Units in the AO, an appropriate mechanism for the co-ordination of the tactical responsibilities in a unique C2 system will be established, on the basis of the respective responsibilities, capabilities, tasks and equipment.

5.2.5 Transfer of Authority (ToA)

The EGF FCDR will be granted with an appropriate level of authority from the EGF participating Countries over their personnel within the structure of the EGF operation through a ToA mechanism. An appropriate level of delegated authority²⁶ will be unanimously decided by CIMIN for a specific operation.

VI - LOGISTIC CONCEPT

6.1 GENERALITIES

The logistic principles are based on already agreed general principles enumerated in the Declaration of Intent. Therefore EGF, once committed through a political decision to any type of mission, shall have the benefit of an ad hoc tailored logistical support.

The logistical support to the EGF deployed assets will rely on and take benefit of already existing national logistical means, procedures and agreements in force among the EGF participating Countries, and/or the ones provided by the EU, NATO, UN, OSCE, other international organizations or “ad hoc” coalitions.

When EGF acts under the aegis of an IO which is responsible for providing the support, the eventual extra support needs will be provided either by the Logistic Lead Nation (LLN)/Role Specialist Nation (RSN) or, if appropriate, through national support elements.

While the logistical support to the EGF deployed assets is always a collective responsibility, their strategic transportation always remains a National one.

Aiming at facilitating the deployment, withdrawal and rotation of National assets to/from the AoO, the Permanent HQ will set up all the necessary arrangements for the coordination of their strategic transportation.

The Permanent HQ will support and backup the Force deployed in the field, once the mission is ongoing, in coordinating logistics.

The EGF FHQ CDR will be entrusted with sufficient authority to sustain the forces assigned to him in the most effective manner.

Due to the peculiar nature of the forces which compose EGF, being all of them Police Forces with Military status, and with a view to realizing economies of scale, as well as optimizing the use of strategic means, the concept of LLN is more appropriate than the Framework Nation (FN) one. Depending on the mission, the concept of Role Specialist Nation (RSN) might also be envisaged. Notwithstanding the assumption that those roles lies on the national voluntary basis, CIMIN will entrust, case by case, the volunteer participating Country/ies as LLN/RSN.

The duration of LLN/RSN mandate, subject to a pre-agreed period of time, can be renegotiated upon CIMIN decision in case of absolute necessity, except during the deployment phase of an operation.

The full spectrum of logistical support provided by the LLN will encompass all the necessary and specific requirements to carry out a police mission.

During the planning phase, to enhance logistical interoperability effectiveness and efficiency, consistently with the above mentioned general principles, the CIMIN guidelines and the outcomes of the FFM will be appropriately considered.

6.2. GENERAL LOGISTICAL FACTORS

Apart from the environmental factors that may affect any operation on the ground, amongst the general factors characterizing the three possible EGF intervention scenarios (substitution, strengthening, humanitarian), those that will mostly affect the solutions of the EGF logistic support are:

- A stable situation where it is possible to totally rely on local resources by contracting (permissive situation);
- A deteriorated situation where it is possible to partially rely on local resources (semi-permissive situation);
- An aggravated situation where it is not possible to rely on local resources (no permissive situation).

The more the mission area situation aggravates, the more the EGF deployed assets will be called to rely on the Military component and/or other mission actors' support.

6.2.1 EGF scenarios and related levels of sustainability

As above envisioned, the logistic support may differ and will be tailored according to the logistic conditions in the AO. With particular reference to the two different scenarios EGF might be called to intervene in, the following considerations apply:

- Substitution scenarios: The IPUs provided by the mission participating Countries must possess a common minimum level of sustainability required by the operational situation;
- Strengthening scenarios: for such missions where normally specific capabilities of robustness and self-sustainability are not indispensable, it may be decided, according to the

conclusions of the FFM, to rely as much as possible on local resources, thus tailoring the size of the logistic support unit and/or element.

VII - CIS CONCEPT

7.1 EGF GENERAL CIS CONCEPT

As soon as a possible EGF engagement arises, it will be necessary to create the following links:

- **Political/Strategic level**, to connect the EGF Permanent HQ in Vicenza, to the CIMIN Presidency, to the concerned IOs and to the five EGF participating Countries;
- **Operational level**, to connect the EGF FCDR to the Operational HQ leading the mission whatever it could be, meaning the EGF Permanent HQ when the EGF PHQ is acting as Operational level, or any other Operational HQ leading the EGF mission;
- **Tactical level**, to connect the EGF FCDR in the AO to the deployed EGF Units, teams or elements and to other components of the mission (Military, Civilian, Rule of Law or other police components). Moreover, the EGF Units need to establish internal and horizontal communications.
- In any case, the EGF Force HQ will have to be linked to the EGF Permanent HQ at least for reporting, monitoring and/or logistical reasons.

7.2 CIS GENERAL PRINCIPLES

Taking into consideration that the five participating Countries have at their disposal National CIS equipment in general not fully interoperable and sometimes even incompatible and that the level that would be more affected by interoperability problems is the tactical one, the EGF needs to rely on a common deployable **tactical** CIS, between EGF Force HQ and the subordinate units in the AoO. This system should possibly take advantage of the national CIS equipment internally used by the deployed EGF Units and of the local existing communications infrastructure. To this aim, the tactical EGF CIS will have to satisfy the following requirements:

- Transportable and rapidly deployable;
- Flexible;
- Interoperable (within EGF Units and other components of the mission);
- Secure;

7.3 CIS LEAD NATION PRINCIPLE

Being aware of the difficulties to make interoperable all the different systems used by EGF Mission Participating Countries, following the same principles above mentioned related to economies of scale, the CIMIN will entrust a Nation, willing to do so, to play the leading role in order to provide EGF with the necessary tools and to take appropriate actions in the field of adaptability, modularity and coherence in the maintenance.

The duration of Lead Nation mandate, subject to a pre-agreed period of time, can be renegotiated upon CIMIN decision in case of absolute necessity, except during the deployment phase of an operation.

7.4 CIS REQUIREMENTS

On the basis of the previous principles, EGF CIS will satisfy the following requirements.

7.4.1 Strategic / Political level needs

Strategic/political links have to be permanently established between the CIMIN Presidency and the EGF Permanent HQ and, when necessary, between the latter and the relevant IOs or the National commands/POCs.²⁸

Whatever the scenario could be or even in standby condition, the strategic level system has to provide the EGF PHQ with the capability to establish secure voice, fax and data communications with the strategic/political level.

Taking into account the sensitivity of the exchanged information, the technical requirements requested for managing classified information up to the appropriate level of Classification in accordance with the guidelines that will be issued on this specific matter.

7.4.2 Operational level needs

-Links between the FCDR and the Operational HQ

As soon as a mission starts, the FCDR in the AoO will be provided with the capability to establish secure communication with the Operational HQ, should the EGF Permanent HQ act as Operational level or in case of any other Operational HQ leading the mission (Military chain of command or IO directly). This system will be principally composed of secure telephone links for voice and data communications.

Taking into account the sensitivity of the exchanged information, the technical requirements requested for the managing of classified information up to the defined level must be satisfied. In any case, the EGF Force HQ will have the same kind of link to the Permanent HQ at least for reporting, monitoring and/or logistical reasons even if not playing the operational role.

-Links between the EGF Permanent HQ and other operational HQ involved

When the EGF PHQ acts as the Operational level, secure links, if required, have to be established with other operational commanders or equivalent involved in the same AoO.

7.4.3 Tactical level needs

-Links between the FCDR and the deployed units

The FCDR in the AoO will be provided with a complete CIS capability in order to be able to establish vertical and horizontal (with other components of the mission such as Military, Civilian component) secure voice, fax or data communications.

This system should be composed, at least, of one communication network and a minimum backup system at least for voice communications, extendable to the other networks as soon as possible. Depending on the mission, this CIS can combine the following elements:

- **An EGF deployable Communication System³⁰**, providing as soon as possible the EGF with the capability to establish fix and mobile voice and data secure radio communications, with an average radio coverage of 5,000 sq. km., able to reach the detachments and units/subunits in the field;
- **Computer networks** with all the necessary hardware and operational software, for the FCDR and for the EGF Unit locations in the AO;
- **Local telephone networks** (public analogue and/or digital telephone network, ADSL, GSM VoIP...);
- **Satellite telephones;**
- **Radio networks** already existing in the AoO, particularly for strengthening missions;

Taking into account the sensitivity of the exchanged information, the technical requirements requested for the managing of classified information up to the defined level must be satisfied.

-Horizontal links amongst EGF Units

- EGF IPU or similar units

When the nature of the mission requires the deployment of IPU, national UHF or VHF communication equipment will be used for internal communications. These networks could be integrated into the EGF radio network via radio gateways set up either permanently or temporarily by the CIS Lead Nation.

Taking into account the sensitivity of the exchanged information, Countries have to be aware that the technical requirements requested for the managing of classified information have to match the defined required level .

- Disseminated small or composite 31 EGF units, teams or isolated elements

When the nature of the mission leads to a dissemination of EGF Units, teams or elements in the AO, those elements will have to be provided with the complementary CIS equipment by the CIS Lead Nation.

When an IPU is composed of elements coming from several Nations, it will be their responsibility to provide their own compatible internal common communication system.

7.4.4 CIS needs for other possible EGF employments

For some particular EGF engagements, such as advice, audit or fact finding missions involving few EGF personnel with basic communication needs, a light transportable CIS kit able to grant voice and data links will be made available by the EGF Permanent HQ. This system will have the level of confidentiality "UNCLASSIFIED".

7.5 EGF CIS PROCEDURES

In addition to the technical requirement arrangements necessary to achieve interoperability, the EGF needs to adopt common communication procedures and a working language within its networks. To this aim, the EGF will standardize its radio procedures to those in use in NATO, and in particular to those described in ACP 125. A common language will be used for EGF communications. Internal communications within national units at tactical level could be maintained in native language.

7.6 RESPONSIBILITIES

7.6.1 The EGF Permanent HQ

-Planning activity

On the basis of previous general principles and of the outcomes of the fact finding mission, as well as of any other operational needs/constraints, the EGF Permanent HQ will define, in co-ordination with the CIS Lead Nation, the organization and main features of the EGF CIS networks.

-Specific Networks

In compliance with the contents of § 3.4.4, the EGF Permanent HQ will be responsible for the purchase and the maintenance, on Common Costs, of the light transportable CIS kit.

7.6.2 The Nation hosting the EGF Permanent HQ

-Strategic networks

The EGF Permanent HQ HN32, via the local National Security Agency channel, has taken the responsibility to propose technical solutions to CIMIN, in order to set up and to maintain the permanent secure strategic links described in § 7.4.1.

-Operational networks

When the EGF PHQ acts as Operational level, as soon as a mission starts, the EGF Permanent HQ HN will have the responsibility, in close coordination with the CIS Lead Nation, to set up and maintain in the EGF Permanent HQ, the Operational links described in § 7.4.2.

7.6.3 The CIS Lead Nation

-Tactical EGF network

In close co-ordination with the EGF Permanent HQ and the Participating Countries, the CIS Lead Nation will have the following responsibilities:

Before the deployment:

- To propose to the CIMIN the appropriate tactical level CIS 33 as described in § 7.4.3;
- Once approved, to make it promptly available for the EGF.
- To coordinate with the LOG Lead Nation the projection on the theatre of the EGF tactical CIS when and where required;
- To set up this CIS in the AO within the required time framework;
- To set up and maintain at FHQ level, the operational links with the EGF Permanent HQ and any other Operational HQ leading the mission (Direct command by the IO or EGF under Military operational command) described in § 7.4.2.;
- To perform the maintenance of the systems deployed, by providing the necessary CIS specialized assets to the Logistic Support Unit.

-Tactical Internal IPU networks

The setting up of the internal IPU networks is a national responsibility in close co-ordination with the CIS Lead Nation as far as the interoperability aspects are concerned. However, if the nature of the mission makes it impossible to comply with this principle, particularly in case of dissemination of small units, teams or elements within the AoO, the CIS Lead Nation will have the responsibility to provide them with a CIS capability as described in § 7.4.3. In case of composite units, it will be a national responsibility to provide their own compatible internal common CIS.

7.6.4 The Participating Countries

The Participating Countries, in close co-ordination with the CIS Lead Nation, will have the responsibility to deploy their units with a capability to establish their own internal communications systems. Moreover, once deployed, they will have to provide the first level of maintenance of the CIS national internal EGF C2 System.

VIII - EGF OPERATIONS MAIN FINANCIAL ASPECTS

The financing of EGF operations will be based on the combination of common and national costs, whose categorization will be defined in the Financial Agreement for EGF missions. Detailed financial conditions between EGF participating Countries, other Contributing Countries and/or mandating International Organizations / ad hoc Coalition will be taken up in a separate agreement.

While the common costs will be financed by all the participants on the basis of a formula that will be described in the above mentioned agreements, the national costs will be individually financed by each mission participating country.

The support services provided by the LLN/CIS LN/RSN are on a reimbursement basis.

Before deciding on launching a mission, CIMIN will be provided by the Permanent HQ with an estimation of the common costs budget requested for the setting up phase and the running of the first year of the operation. Should it be necessary and following the FFM conclusions, the participating Countries may be called for contribution by the CIMIN in order to anticipate funds to finance the starting up of the mission through the appropriate bodies.

IX - RELATIONS WITH INTERNATIONAL ORGANISATIONS

9.1 GENERAL PROVISIONS

EGF is an international tool that is mainly at disposal of the EU, and also of the UN, OSCE, NATO and other International Organizations or *ad hoc* coalitions. Therefore, appropriate mechanisms for co-ordination, exchange of information and situational assessment through a functional linkage with these relevant IOs are needed in order to facilitate the planning, preparation and execution of future EGF engagements under these IOs, as well as to allow the necessary pre-organizational arrangements.

9.2 TYPES OF RELATIONS

The relationships of EGF with International Organizations or in the international environment will be as follows:

- a) Relations with political impact. These relationships are exclusive competence of the CIMIN. The CIMIN Presidency, on CIMIN's request, will act as a link between the CIMIN and third states and/or international organizations. Within this category fall, inter alia, the arrangements to be established with the IOs, and the acceptance of the candidature of new EGF members.
- b) Occasional contacts. Within this category fall, inter alia, the attendance to meetings, workshops, training courses or seminars, and visits to be paid to the EGF Permanent HQ. If any third state or international organization gets in touch with the EGF Commander directly for these purposes, the EGF Commander submits to the CIMIN Presidency his/her analysis, intention and projects on the issue. The CIMIN Presidency informs the EGF countries and applies a silence procedure. Afterwards, the EGF Commander reports to the Presidency about the outcomes.
- c) Relations for operational purposes. These relations are linked with operational and technical issues to be dealt for future EGF engagements under the aegis of relevant IOs. According to each specific case and to the relevance of the link to be set up, these relations can be arranged:

- on a permanent basis (exchange of Liaison Officers);
- on a temporary basis for particular issues (temporary dispatching/reception of Liaison Officers/Observers);
- through exchange of information.

In any case the setting up of these relationships will require the previous approval of CIMIN upon a request of the EGF CDR.

- d) Relations for specific ongoing operations. When a specific EGF operation is set up, the relations to be maintained with the Contributing Countries and with the mandating IO will be defined during the planning phase and approved by this IO and/or CIMIN when endorsing the CONOPS and OPLAN for the operation.

X – CAPABILITIES

10.1 GENERAL CAPABILITIES

The general capabilities requested to EGF during an operation derive both from the application of the above mentioned principles and requirements, and from the analysis of the common factors that characterize the different scenarios. These capabilities are:

- **Timely Force Availability**, as the ability to build up and receive adequate resources in the required timeframe to conduct the assigned mission, in particular through the employment of selected assets with the necessary expertise in view of the mission requirements;
- **Sustainability**, related to the availability of personnel, material and financial resources. The participating Countries have the requirement to ensure that the EGF HQ (Parent and/or Force HQ) and the Force (once deployed) are provided with sufficient personnel with the necessary equipment and supplies as well funds to sustain its operations;
- **Flexibility**, as the attitude to operate in crisis situations with the same effectiveness in different scenarios within either a Civilian or a Military Chain of Command, as well as to be able to run the transformation from a substitution into a strengthening mission;
- **Survivability and Force Protection**, aimed at maintaining the Force capabilities at the required level of effectiveness by reducing the efficacy of adversary/opposing activities, so as to be able to guarantee the own freedom of action in particular in a non-benign environment;
- **Effective Intelligence**, as the aptitude to build up a picture of the environment by timely collection, evaluation and dissemination of validated information in order to prevent any threat to the safety and security of the Force and to increase the efficacy of the own action, also providing benefits to external relevant bodies. It also helps in detecting and preventing possible threats to public security and order;
- **Preventative Orientation**, as the capacity to carry out deterrent functions in the frame of the development of a crisis, even before or without the deployment of Military forces, if allowed by the conditions;
- **Deployability and Mobility**, as the possibility to deploy units and their material within a predefined timeframe to their deployment areas and to have them start with operations;

- **Effective Engagement**, as the possibility to employ EGF personnel and appropriate weaponry and equipment in the whole spectrum of police engagement;
- **Effective Command and Control**, as the ability to lead and direct units and HQ to attain the goals that have been set.

10.2 SPECIFIC CAPABILITIES REQUIRED

10.2.1 Substitution and Strengthening

The EGF will be called upon to express specific capabilities in relation with the distinct factors originated from the different scenarios.

The **substitution** scenario is the most demanding one in which EGF will have to re-establish the receiving State institutions, including the enforcement of law and order.

In substitution assignments, the spectrum of required capabilities covers, *inter alia*:

- **Protection of people and property and riot control**. The risk of situations getting out of control with a resulting need for supporting Military forces should be considered;
- **Public surveillance attitude**, capacity of entering and understanding the territory, with an information gathering approach;
- **Crime Fighting Competence and criminal investigation vocation**, particularly against terrorism, organized crime and war crimes that more than any other affects the possibility to reach the end state, mainly when human rights violations occur in different degrees. This capability covers detection of offences, tracing of offenders and their transfer to the appropriate judicial authorities. In this context, a strong synergy needs to be developed between the actions undertaken in support of the Rule of Law and those of the police mission, as to avoid any legal vacuum.

In the **strengthening** scenario, EGF aim will be the development of weakened State institutions, focusing on the police field of action. The EGF will be primarily composed of specialized elements with the provision of modular Units to establish and maintain a secure frame in case of insecure environment. More specifically, in assignments to strengthen local police, the spectrum of required capabilities covers, *inter alia*:

- **Proactive approach** in monitoring, mentoring and advising existing local police, in the view of their reorganization and reinforcement;
- **Ability in training activities** towards police officers and their instructors, with regard to international standards, particularly through co-operation programmes including professional ethics and human rights respect.

Even during strengthening missions, the risk of worsening situations should be considered, with the eventual requirement for robust capabilities.

10.2.2 Humanitarian Operations

The **humanitarian** operation is characterized by a fractured area with deriving consequences for the population. The spectrum of required capabilities covers, *inter alia*:

- **Ability for crowd control** to achieve the restoration of public security;
- **Public surveillance attitude** to protect people and property, with particular reference to international presences within the area;
- **Effective liaison and co-ordination** capacity with IOs present in the area, both governmental and nongovernmental, to provide assistance to refugees;
- **Criminal investigation aptitude**, including forensic capability, to support the local authorities.

10.3 INTEROPERABILITY

Interoperability deserves special reference being a key feature for operational effectiveness of multinational forces. In EGF context, it will be achieved through:

- Development of the aspects related to CIS standardization;
- Definition of adequate common Tactics, Techniques and Procedures (TTPs) for the employment of assets provided by different national police forces;
- Agreement on common training standards;
- Setting up and conducting of combined exercises;
- Adoption/improvement of English as common operational language;
- Purchasing, when required, of common equipment.

This needs to be supported by an ongoing effort of all EGF participating Countries to enhance internal co-operation and understanding.

In the above principles, the application of EU, UN, OSCE and NATO standards will be duly taken into account in the development of doctrine as well as in Standing Operating Procedures (SOPs).